

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA**

PRISCILA MARCHINI MARINS

**O LIBERALISMO POLÍTICO DE *ISTO É* NO PROCESSO DA ASSEMBLÉIA
NACIONAL CONSTITUINTE BRASILEIRA
NOS ANOS DE 1985 ATÉ 1988.**

Marechal Cândido Rondon/PR

2009

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO MESTRADO EM HISTÓRIA**

PRISCILA MARCHINI MARINS

**O LIBERALISMO POLÍTICO DE *ISTO É* NO PROCESSO DA ASSEMBLÉIA
NACIONAL CONSTITUINTE BRASILEIRA
NOS ANOS DE 1985 ATÉ 1988.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná-Campus de Marechal Cândido Rondon/PR, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof Dr. Gilberto Grassi Calil

Marechal Cândido Rondon/PR

2009

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR.,
Brasil)

M3391	Marins, Priscila Marchini O liberalismo político de Isto É no processo da Assembléia Nacional Constituinte brasileira nos anos de 1985 até 1988. / Priscila Marchini Marins. - Marechal Cândido Rondon, 2009 131 p. Orientador: Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, 2009. 1. Revista Isto É - Aparelho privado de hegemonia. 2. Assembléia Nacional Constituinte. 3. Neoliberalismo. I. Universidade Estadual do Oeste do Paraná. II. Título. CDD 21.ed. 320.51 CIP-NBR 12899
-------	--

Ficha catalográfica elaborada por Marcia Elisa Sbaraini Leitzke CRB-9/539

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

PRISCILA MARCHINI MARINS

**O LIBERALISMO POLÍTICO DE *ISTO É* NO PROCESSO DA ASSEMBLÉIA
NACIONAL CONSTITUINTE BRASILEIRA
NOS ANOS DE 1985 ATÉ 1988.**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como requisito para obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon/PR.

Marechal Cândido Rondon, 26/ 08 / 2009.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilberto Grassi Calil (orientador)

Prof. Dr. Gelson Rozentino de Almeida (Membro)

Prof. Dr. Paulo José Koling (Membro)

Aos meus pais e aos meus irmãos.

In Memoriam

Ao meu eterno nono Carlos que nunca esqueceu de me dar cana de açúcar.
Ao Chris pela imensa alegria.

Saudades...

AGRADECIMENTOS

Enquanto desenvolvia essa pesquisa muitos atos tristemente aconteceram em minha vida. Pude entender que somos nós que construímos o sentido de nossa vida e o objetivo a que nos dedicamos. Tudo o que se engloba na vida é difícil de nos atermos em todos os seus conjuntos. Os momentos em que vivemos por não ser contínuo, não encontramos forma de nos expressar a aqueles que em nossas vidas passaram e ficaram, ou que ainda estão por passar, mas não sabemos como irá terminar. Nos apegamos e ao nos separar ficar a dor pela ausência e a saudade do que vivemos.

Assim, entre a alegria e a tristeza, agradeço...

Aos meus pais, a quem devo o meu amor e a minha vida por amá-los. Consolando-me sempre, me apoiando financeiramente, moralmente, me dando auto-estima, agradeço pelas preocupações e por não deixar que nada me faltasse.

Aos meus irmãos, que pela mesma dor e sofrimento, juntos mantivermos unidos. À minha família que apesar das distâncias, longe de casa, choramos e sorrimos juntos. Peço desculpa por vários dias e meses de pesquisas que me ausentei de nossas convivências e dos momentos em que sempre precisaram de mim. Cuja distância me mostrou o quanto eu os amo e o quanto são importantes para mim, sem vocês sou apenas uma estrela no meio do nada.

A Carla Luciana Souza da Silva, ex-orientadora, devo meu inestimável agradecimento e o reconhecimento dessa pesquisa. Pesquisando tive diversas e inúmeras discussões que me fizeram pensar, repensar e refletir sobre a pesquisa. O caminho percorrido contribuiu para o trabalho e o desenvolvimento da pesquisa e para que eu buscasse entender: quem é a Revista *Isto É*? Muito obrigada por tudo!

Ao Gilberto Grassi Calil, orientador, por acreditar na minha capacidade, pelo trabalho de orientação que tem feito comigo para superar as minhas dificuldades encontradas na pesquisa nesses últimos meses para a finalização desta dissertação.

Aos professores doutores do Programa de Pós-Graduação em História-Nível Mestrado da Unioeste: a Carla Luciana da Silva, ao Gilberto Grassi Calil, ao Antonio de Pádua Bosi, ao Rinaldo Varussa, a Sarah Ribeiro, a Méri Frostcher, ao Paulo Koling, a Geni Duarte, ao Robson Laverdi e a Sônia Regina Mendonça.

Aos pesquisadores do Grupo História e Poder e da Linha de Pesquisa Estado e Poder da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Unioeste, Campus de Marechal Cândido Rondon/PR.

Aos estudiosos do Grupo de Discussão História e Marxismo da Unioeste - Campus Marechal Cândido Rondon/PR.

Aos colegas do mestrado em História do Programa de Pós-Graduação em História da Unioeste.

A Iraci Urnau, secretária do Programa de Pós-Graduação em História-Nível Mestrado da Unioeste sempre atenciosa com todos nós: professores e mestrandos.

Ao Thi, pelas forças, palavras e abraços que me mantiveram firme em meu objetivo. Pela companhia, conforto, distração, conselhando e compartilhando os momentos difíceis e alegres, reforçando a importância para enfrentar e viver a vida.

Agradeço ao Dan, por esse amor encontro à vida e a quem muito tenho o que aprender. A cada abraço, a cada conversa, a cada presença, a cada força, a cada consolação, a cada distração, a cada palavra, a cada conselho e a cada partilha da minha dor e da minha alegria, são significativos e importantes para mim, os que contribuíram e muito para enfrentar e viver a vida.

SUMÁRIO

	PÁG
RESUMO	10
ABSTRACT	11
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1: HEGEMONIA E NEOLIBERALISMO NO BRASIL: A REORDENAÇÃO DO CAPITAL	18
1.1 Construção da Hegemonia: a estratégia de dominação do capital	19
1.2 O modelo neoliberal: a nova estratégia de organização e de reprodução do capital	26
1.3 A Imprensa escrita enquanto aparelho privado de hegemonia	38
CAPÍTULO 2: REVISTA <i>ISTO É</i>: A DEFESA DE UMA NOVA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL (1985-1986)	45
2.1 O novo mecanismo do empresariado brasileiro: a construção do projeto político através da Constituinte	48
2.2 Constituinte: como <i>ISTO É</i> se posicionou?	55
CAPÍTULO 3: REVISTA <i>ISTO É</i> E A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE BRASILEIRA (1987-1988)	79
3.1 1987: A instalação da Constituinte vista através do jornalismo da revista <i>ISTO É</i>	80
3.2 E a Nova Constituição? Como foi avaliada pela <i>ISTO É</i> ?	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	107

BIBLIOGRAFIA	111
Livros e Capítulos de livros.....	111
Teses e Dissertações	114
Artigo e Resenha de Jornais e Revistas.....	114
Verbetes em Dicionários.....	114
ANEXOS	116
Anexo 1: Revista <i>ISTO É</i> - Levantamento dos Editoriais	116
Anexo 2: Revista <i>ISTO É</i> - Levantamento das Matérias	119
Anexo 3: Revista <i>ISTO É</i> – Editoriais analisados	129
Anexo 4: Revista <i>ISTO É</i> – Matérias analisadas	130

RESUMO

O objetivo desta dissertação é investigar a linha política e ideológica da revista ISTO É. Essa pesquisa busca perceber como a revista se constituiu e se posicionou como aparelho privado de hegemonia. Para isso, procuramos entender a atuação e a posição política desse periódico semanal a partir da análise de editoriais e matérias acerca do acompanhamento, da cobertura jornalística, da notícia e da narração do processo de preparação, de instalação e de aprovação da Constituição pela Assembléia Nacional Constituinte. Esse estudo se centraliza em uma perspectiva nacional, entre o período que se estende do ano de 1985 - início da gestão de José Sarney e do encaminhamento da Assembléia Nacional Constituinte - até o ano de 1988 - promulgação da nova Constituição brasileira. Procurando apreender, nessa pesquisa, a estratégia jornalística e a prática hegemônica utilizada pela revista ISTO É através de suas matérias e editoriais que atuaram como força política na sociedade brasileira e na disputa com outros meios de comunicação pelo espaço de poder. Para isso, o entendimento do diálogo da revista ISTO É com a Assembléia Nacional Constituinte, parte dos elementos que estiveram presentes e encontrados durante a análise desse veículo jornalístico impresso. Analisamos também se houve elementos existentes nas matérias/editoriais jornalísticos que defendiam ou encaminhavam proposições ou medidas de cunho neoliberal já naquele contexto na década de 1980.

PALAVRAS-CHAVES: Revista ISTO É, Assembléia Nacional Constituinte, Aparelho Privado de Hegemonia, Neoliberalismo.

ABSTRACT

THE POLITICAL LIBERALISM OF ISTO É IN THE PROCESS OF THE BRAZILIAN NATIONAL CONSTITUENT ASSEMBLY IN 1985 TO 1988.

The main purpose of this research is to investigate the ideological and political ideas of the magazine ISTO É. This research intends to understand how the magazine's position is and how it grew as a private device of hegemony. In order to achieve that, we analyzed the performance and political position of this weekly magazine considering the analysis of leads and articles of ISTO É about the accompaniment, the journalistic covering and news about the process of preparation, installation and approval of the Constituent National Assembly, between the period that extends into 1985 - beginning of the management of Jose Sarney and the guiding of the Constituent National Assembly - until 1988 - promulgation of the new Brazilian Constitution. The journalistic strategy and the practical hegemonic used by ISTO É magazine through its articles and editorials that had acted as political forces in the Brazilian society and the dispute with other means of communication have been studied in order to find out there were elements in the journalistic editorial that defended or directed proposals or measured neoliberal project already in that context of the decade of 1980.

KEYWORDS: Magazine ISTO É, Constituent National Assembly, Private Device of Hegemony, Neoliberalism.

INTRODUÇÃO

Para sabermos se uma matéria jornalística é um texto “de qualidade” para ser lido, se sua informação coesa é suficiente para que o leitor tenha condição de produzir um senso crítico da realidade em que vive, surgiu-se a problematização dessa mesma realidade. Um exemplo é a que pretendemos fazer nessa dissertação, por meio da produção de pesquisa acadêmica, tendo como fonte e objeto de estudo a imprensa escrita. As pesquisas que já foram produzidas sobre esses assuntos, mais especificamente a imprensa escrita, apresentaram resultados que acompanharam ou possuem alguma ligação com cada novo domínio, nova conquista, nova reestruturação e nova acumulação do capital. Esse processo passa ser direcionado e orientado pela classe burguesa que necessita de um meio capaz de atingir o conjunto da sociedade civil de forma uniforme e, ao mesmo tempo aparentemente, hegemônica em que possam controlar e se manter no poder, para atender as exigências que o sistema capitalista necessita para a sua manutenção, bem como a sua reordenação. Indo nessa direção, um dos estudiosos sobre imprensa, Denis de Moraes discute

o significado concreto da articulação existente entre o modo de produção capitalista e as tecnologias de comunicação e informação: uma sinergia que, de um lado, alimenta a acumulação de capital financeiro numa economia de interconexões eletrônicas e, de outro, permite ao capital mobilidade para conservar a rédea sobre os circuitos produtivos e as inovações. A informação assumiu a dianteira na rotação vertiginosa do capitalismo global. Tornou-se fonte alimentadora das engrenagens indispensáveis à hegemonia do capital, uma espécie de “mais-valia decisória” que se qualifica como recurso básico de gestão e produção. A própria noção de informação não se cinge mais à idéia de notícia e embute várias concepções: informações de base (bancos de dados, acervos digitais, arquivos multimídias), informação cultural (filmes, vídeos, jornais, programas televisivos, livros, etc.) e *know-how* (invenções, patentes, protótipos etc.). Cada vez mais, a produtividade e a competitividade dependem da capacidade dos agentes econômicos de aplicar de modo eficiente informações baseadas em conhecimentos. (MORAES, 2006, p. 6. Destaque no original).

Essa citação explicita que a informação não possui mais simplesmente a função de noticiar, informar o leitor sobre os acontecimentos dia a dia, ela assume outros sentidos, como demonstra o autor, informação de base, informação cultural, entre outras. A ligação do modo de produção capitalista com a tecnologia da informação (novas tecnologias) facilitou o acesso a nível internacional, como por via da internet, aos textos jornalísticos veiculados por esse meio, possuem muitas informações e poucas clarezas da mesma o que se deve, ao mesmo

tempo, ao crescente número de matérias jornalísticas veiculadas e ao estreitamento das mesmas, devido a grande quantidade de notícias. Destacamos da citação de Denis Moraes que a tecnologia da informação sustenta e mantém o capital, conforme e através de inovações tecnológicas. O autor faz uma relação do aumento da produtividade e da competição que depende dos agentes econômicos e tal qual sua relação a um meio de imprensa que produza além de uma informação rápida que reproduza conhecimento ideológico da classe dominante, sua visão de mundo. Cabe mencionar, que a imprensa escrita tenha se transformado num instrumento de difusão da *hegemonia do capital*, como diz Denis Moraes (2006).

O que discutimos foi o ponto de partida para o estudo da presente dissertação em que procuramos entender qual a hegemonia a revista ISTO É defendeu nos anos 1980, precisamente, entre os anos de 1985 até 1988. Como mencionado, a nossa fonte de pesquisa é a revista ISTO É. A escolha dessa revista ISTO É¹ se deve ao fato de que não há muitas pesquisas com e sobre a mesma. Em se tratando de nossa fonte de pesquisa, optamos por estudar a revista ISTO É, porque enquanto meio de comunicação corresponde a um

grupo dotado de interesses próprios que tem se mostrado capaz de ampliar seu espaço, seu potencial de fogo político e sua influência cultural, seja no interior da classe dirigente seja no conjunto da sociedade brasileira. (MICELI, 1994, p. 54).

Devido a existência de interesses de grupos, me interessei em entender, além do funcionamento desse setor de imprensa, o papel político, assumido, nos anos 80, como também, as estratégias utilizadas pela revista através de seus conteúdos jornalísticos relativos à política brasileira.

Ratificamos que nossa proposta é entender qual a hegemonia da revista, por hegemonia, compartilhamos do entendimento do sociólogo Edmundo Fernandes Dias que especifica que “*a hegemonia (direção + dominação) é a forma privilegiada das classes em luta para o exercício do comando de uma formação social*”. (DIAS, 2006, p. 20). Dessa maneira, podemos constatar que a hegemonia está em disputa entre as classes capitalistas pelo poder, o que nos dá ênfase para estudarmos a década de 1980. Segundo o cientista político

¹ As revistas foram doadas pela senhora Maria Luiza Jaeger através dos professores doutores Carla Luciana Silva e Gilberto Grassi Calil, compôs, primeiramente, o acervo do Laboratório de Ensino de História e, atualmente fazem parte do acervo do Laboratório da Linha de Pesquisa Estado e Poder, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon/PR. Dentre as revistas que compõem o acervo, temos: *Isto É, Isto É/ Senhor, Senhor, Veja, Época, Visão e Afinal*.

Francisco César Fonseca “*a década de 1980 (...) foi palco, em nível internacional, da hegemonia (neo)liberal enquanto ideologia propagadora de certo princípios, fossem eles clássicos e/ou renovados*”. (FONSENCA, 1994, p. 4). Nesse caso, visa saber se há existência ou tentativa de defesa de um projeto de hegemonia neoliberal, preparando o espaço político para esse modelo por via das matérias jornalísticas da revista ISTO É. Para Carlos Eduardo Lins e Silva “*ela [atuação dos meios de comunicação] pode contribuir decisivamente para a eventual construção de uma nova hegemonia*”. (SILVA, 1994, p. 222). O que por acaso, sustenta a idéia de que o neoliberalismo iniciado, no Brasil, durante a gestão de Fernando Collor, já tinham os seus seguidores e que os defendiam por alguns setores da sociedade civil, e também por alguns membros da classe política e integrantes da burguesia brasileira.

A presente dissertação foi produzida de forma básica, que dará coerência a mesma, tornando-a clara, fácil de ser consultada. Iniciou-se pelo período de análise dos editoriais e matérias. A delimitação para análise vai do período de 1985 até 1988. A justificava para a escolha desse período se deve à grande repercussão no cenário político brasileiro da elaboração da nova Carta Constitucional, durante a gestão de José Sarney. A discussão para a elaboração da nova Carta foi iniciada, na passagem da transição política do governo ditatorial para o governo civil. A nível nacional e em todos os setores da sociedade civil, incluindo o meio da imprensa escrita, particularmente a ISTO É, que marcaram a sua participação nos debates, por concernência da necessidade que viam de reconstruir a vida nacional política em todos os aspectos sociais que sofreram e foram atingidas - pelas conseqüências das duras medidas do regime militar. Para isso, viram no discurso da necessidade de construir a democracia, através dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Essa estratégia foi utilizada, e aproveitada justamente no momento do processo da Assembléia Nacional Constituinte, pela burguesia brasileira para impor a sua concepção de democracia.

O processo de delimitação já integrado, partimos para outra etapa da pesquisa, o objetivo. Neste segmento de pesquisa foi feito uma análise dos editoriais e matérias da revista ISTO É em que buscamos investigar qual a linha editorial da revista. Orientaremos-nos a partir de três objetivos específicos para o estudo mais aprofundando: analisar as estratégias utilizadas pela revista, tendo como eixo a questão política, a Assembléia Nacional Constituinte; identificar, na revista, quais foram os elementos do projeto hegemônico defendido por ela e, por último, perceber se nela houve uma existência de princípios neoliberais em suas matérias e editoriais.

Para descrever melhor todo o processo de desenvolvimento e concretização da pesquisa, utilizamos de uma metodologia rigorosa, permitindo um conhecimento sistemático, preciso e objetivo conforme segue: durante o desenvolvimento da pesquisa, foi feito mapeamento, levantamento e seleções de editoriais e matérias sobre o tema da Constituinte e os que narraram os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Este tema compõe a seção Brasil da revista ISTO É. Com a seleção dos conteúdos jornalísticos feita, analisamos os conteúdos que abordavam questões sobre a Constituinte, depois do questionamento, problematizamos a atuação de ISTO É na Assembléia Nacional Constituinte, através da análise das matérias e editoriais localizamos elementos que constassem o processo e medidas políticas neoliberais e como a ISTO É se situou diante desse projeto hegemônico.

A pesquisa está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo, cujo título é **“Hegemonia e Neoliberalismo no Brasil: a reordenação do capital”**, estabelece uma discussão teórica sobre hegemonia e neoliberalismo em que buscamos entender essas concepções. Para que possamos ter um rendimento, no diálogo deste capítulo, dividimos em três tópicos: o primeiro tópico *“Construção da hegemonia: a estratégia de dominação do capital”* tem por finalidade uma discussão sobre hegemonia em que propomos entender como podemos caracterizar a hegemonia, qual o elemento do projeto de organização da classe burguesa e sua elaboração, enquanto projeto hegemônico; no segundo tópico, *“O modelo neoliberal: a nova estratégia de organização e de reprodução do capital”*, procuramos discutir e entender a formulação do pensamento neoliberal tal como a propagação das idéias e a tática de divulgação dessas mesmas idéias, incluindo, dessas forma, as medidas neoliberais, utilizada pela classe burguesa. E, por fim o terceiro e último tópico desse capítulo, *“A imprensa escrita enquanto aparelho privado de hegemonia”*, aqui, consiste em uma abordagem da concepção gramsciana da imprensa como aparelho privado de hegemonia, a qual é a referência teórica da nossa investigação, mostrando alguns autores que trabalham com imprensa e a problematização deles sobre ela.

O segundo e o terceiro capítulo são os mais específicos da pesquisa, em se tratando da análise de nosso objeto e fonte de estudo. Tendo em vista os anos de estudos que se estendem de 1985 até 1988, optamos por separar os anos conforme o debate presente na revista. O que resultou na divisão de dois anos em cada capítulo, tal como resultou também, o assunto presente em cada ano da análise. Nesse ínterim, o segundo capítulo nomeado de **“Revista ISTO É: a defesa de uma nova Constituição brasileira e o processo de democratização no Brasil. (1985-1986)”**, objetiva entender qual foi o projeto político que ISTO É defendeu

nesses dois anos e o que foi narrado e apresentado pela mesma nesses anos. Para isso, esse capítulo, foi subdividido em dois tópicos. Num primeiro momento, no primeiro tópico, “*O novo empresariado brasileiro: a construção do projeto político através da Constituinte*”, situamos uma reflexão teórica e historiográfica sobre o período de elaboração da nova Carta Constitucional e os posicionamentos do empresariado brasileiro, o que intenta saber, pela reflexão teórica, a movimentação da classe empresarial e sua atuação. Já no último tópico, “*Constituinte: como ISTO É se posicionou?*”, fizemos, num primeiro momento, uma breve reflexão do contexto histórico em que se estruturou a revista ISTO É, indo de 1976 até 1988, pois, assim, é possível conhecer um pouco a revista ISTO É. Posteriormente, analisamos os editoriais e as matérias da revista a partir da discussão presente e encontrada na análise para o processo que antecede a instalação da Assembléia Nacional Constituinte, nos anos de 1985 e 1986.

No terceiro capítulo, “**Revista ISTO É e a Assembléia Nacional Constituinte brasileira (1987-1988)**”, damos continuidade à análise da revista, em relação aos anos de 1987 e 1988. Com a sua divisão também em dois tópicos, o que facilitou o processo de estudo da fonte, o primeiro: “*1987: A instalação da Constituinte vista através do jornalismo da revista ISTO É*”, buscou, com a Assembléia Nacional Constituinte instalada, destacar quais os elementos presentes nas matérias e editoriais e como se sucedeu o trabalho dos textos constitucionais. E no segundo tópico, “*E a Nova Constituição? Como foi avaliada pela ISTO É?*”, procurou destacar quais os resultados dos trabalhos dos constituintes até a sua aprovação no Congresso Nacional.

A última parte da dissertação são as considerações finais em que fazemos uma avaliação da revista ISTO É, sua atuação, por meio de sua produção jornalística, na Assembléia Nacional Constituinte e sua posição diante da mesma. Além disso, fizemos um balanço do resultado da pesquisa.

Esperamos que essa pesquisa possa contribuir para a produção e difusão do conhecimento crítico sobre a imprensa escrita. Para alertarmos-nos, na nossa atualidade, sobre que tipo de texto jornalístico e de qual imprensa escrita nós estamos tendo acesso, procurando conhecer seu posicionamento e sua atuação como agente político e ideológico dominante – tendo em vista a produção do capital. Lembrando que em cada época, cada acontecimento ou situação se insere na lutas de classes, onde a concentração de poder pela classe burguesa e a concentração de renda promovida pela mesma, se fortalecem a partir da necessidade de reprodução e reestruturação do capital conforme a sua necessidade dessa mesma classe em

buscar e adquirir novos instrumentos de obtenção de poder. A saber, qual o resultado que podemos obter dessa pesquisa, de outra forma, qual foi a postura de ISTO É durante o debate e os trabalhos dos textos constitucionais da Assembléia Nacional Constituinte.

CAPÍTULO 1

HEGEMONIA E NEOLIBERALISMO NO BRASIL: A REORDENAÇÃO DO CAPITAL

Neste capítulo propomos entender os termos neoliberalismo e hegemonia, a partir do debate historiográfico que procura desdobrar e ampliar o entendimento desses termos. Diante disso, pensar a teoria para compreender na prática qual é o significado desses termos. A discussão desses conceitos é importante, pois possibilita estudar nosso objeto de pesquisa, que consiste na análise da revista ISTO É apresentada nos próximos capítulos da presente dissertação, em que buscamos entender a discussão da Assembléia Nacional Constituinte promovida pela revista, qual o perfil do projeto hegemônico da mesma, como também intentar analisar a existência de um discurso neoliberal - que será mais bem entendido no segundo tópico desse capítulo.

Primeiramente, vamos estudar os conceitos de hegemonia e neoliberalismo. Dentre inúmeras indagações que possamos fazer para esses termos, procuramos entender e refletir algumas questões fundamentais tais como: sobre a hegemonia, devido à complexidade do termo, vamos procurar entender a caracterização da hegemonia enquanto projeto. Qual o instrumento mais acessível para a organização e difusão de um projeto hegemônico? Sobre o neoliberalismo: De que forma podemos falar em neoliberalismo? Como essas práticas neoliberais ocorrem?

Cabe mencionar aqui nossa ênfase para um aspecto existente nessa pesquisa: a ligação entre teoria e análise empírica. Não basta ficarmos centralizados somente na discussão teórica, mas temos que entender como a teoria orienta a prática, para podermos explicar a complexidade dos conceitos em questão. Nesse caso, mencionamos que queremos entender se ocorreu um discurso neoliberal e a construção e a defesa de um projeto hegemônico através dos conteúdos jornalísticos da revista que nos propomos estudar.

Por várias razões, a necessidade do estudo dos termos se faz necessário para entendermos a nova forma de reordenação do capital e as conseqüências implementadas pelo pensamento neoliberal e hegemônico em detrimento das camadas populares - em todas as suas dimensões: política, econômica, social e cultural. Para tanto, a constituição desse capítulo, está baseada em três momentos de discussão. No primeiro momento vamos compreender a hegemonia, o segundo, por sua vez, visa estudar o neoliberalismo e no terceiro, faremos uma reflexão da imprensa, no caso a ISTO É com os dois conceitos discutidos nos tópicos

anteriores. Esses estudos orientarão nosso caminho, enquanto campo de pesquisa, consubstanciando, dessa forma, a tentativa de entender a organização da revista ISTO É, enquanto aparelho privado de hegemonia.

1.1 CONSTRUÇÃO DA HEGEMONIA: A ESTRATÉGIA DE DOMINAÇÃO DO CAPITAL

O campo da hegemonia não é apenas o da luta política, mas também o da teoria.

Edmundo Fernandes Dias
(1996, p. 42).

As crises do petróleo ocorrida na década de 1970 produziram efeitos no âmbito mundial que afetou o sistema capitalista - a nível internacional - nos anos 1980. Isso fez com que as burguesias repensassem estratégias para a recuperação da acumulação do capital, incluindo a opressão sofrida pelos trabalhadores em seu ambiente de trabalho. Para Leda Paulani, “*o choque do petróleo e a profundidade da crise que se seguiu contribuíram decisivamente para a engorda geral dos capitais em busca de valorização financeira*”. (PAULANI, 2008, p. 115). No início dos anos 1980 no Brasil, as greves do ABC Paulista, cuja bandeira de reivindicações dos trabalhadores metalúrgicos era a luta contra o arrocho salarial e a “reestruturação produtiva”, constituíram reação contra a iniciativa da burguesia na aplicação do novo modelo produtivo nas indústrias. Para a burguesia capitalista, a exigência para uma nova acumulação de capitais se procedeu como estratégia a “reestruturação produtiva” que é um processo específico dos anos de 1970 em diante. Com esse processo é que se interferiu numa forma dos trabalhadores serem integrados à hegemonia - do capital. No estudo sobre a “reestruturação produtiva”, o sociólogo Edmundo Fernandes Dias argumenta que

A história do capitalismo é a história da “reestruturação produtiva”. O capitalismo, desde o início, teve que, seguida e permanentemente, revolucionar-se sem cessar e expropriar os trabalhadores, tanto em relação aos instrumentos de produção quanto ao conhecimento e à identidade; expropriá-los na sua própria condição de existência enquanto classe. (DIAS, 1998, p. 46).

A partir dessa tese de Edmundo Dias, podemos evidenciar que a “reestruturação produtiva” é uma saída - ou alternativa - do capital de sua crise econômica. O autor, quando faz referência à expropriação, inclui os direitos sociais dos trabalhadores como a saúde e a educação, a mercantilização desses direitos. Como saída à crise, o processo de “reestruturação produtiva” reduziu o número de empregos para recuperar o prejuízo econômico sofrido pelo capital nos anos 1980 como aconteceu nas indústrias do ABC Paulista resultando em greves dos trabalhadores. Os trabalhadores, enquanto classe - segundo Edmundo Dias -, ressetem-se da expropriação e precariedade da sua força de trabalho, em que o resultado dessa situação se deve à aplicação do processo da “reestruturação produtiva”, cuja objetividade desse processo aumenta mais a acumulação e manutenção do capitalismo enquanto sistema dominante.

O processo de “reestruturação produtiva” é um exemplo de estratégia de como o capital, através da dominação, constrói sua hegemonia para manter o sistema capitalista quando este é atingido por uma crise. Para um estudo mais preciso do conceito de hegemonia, é preciso abordar o que Antonio Gramsci entende por este conceito dominante. Gramsci, para construir e definir a sua noção de hegemonia se orientou na composição, no desenvolvimento e no processo de organização da sociedade capitalista. Deu atenção para a existência das classes que compõem essa mesma sociedade, nas intrigas e conflitos presentes entre as classes, como também na razão e no interesse dessas classes na sua organização enquanto classe. Além disso, pela existência de interesse, enfatizou a forma de dominação e exploração da classe dominante nos aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais, o que foi o eixo de sustentação e organização da sociedade capitalista baseada na dominação e nos conflitos das relações sociais de uma sociedade em que cada classe procura formar consenso a sua hegemonia.

Na ênfase do comunista Antonio Gramsci, os conflitos das relações sociais se efetivam na disputa de duas outras relações que sustentam e contribuem para o desenvolvimento da sociedade capitalista. A primeira que se enquadra nas relações sociais está contida nas relações de poder (determinadas por quem conquistou o poder de dominação e conseguiu - ou procura conseguir - impor a sua hegemonia para aquele que não possui esse poder) e a segunda que também faz parte das mesmas relações está definida pelas relações de forças entre as distintas frações das classes capitalistas. A disputa existente nessas relações sociais e as da sua sustentação são os elementos que determinam o processo de construção e afirmação do projeto de hegemonia capitalista por atravessar os campos que contribuem para a sustentação e a reordenação capitalista, vistos que tais campos se tratam dos econômicos, dos

políticos, dos sociais e dos culturais. A disputa e o conflito dessas relações, para Antonio Gramsci, relacionam-se ao:

Problema das relações entre estrutura e superestrutura que deve ser posto com exatidão e resolvido para que se possa chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas. (GRAMSCI, 2002, p. 36).

O autor considera que devemos compreender o momento histórico presente a partir da composição da estrutura e da superestrutura da sociedade capitalista para entendermos as relações das relações de poder e de forças presentes na realidade histórica dessas relações. Isso obriga a levar em conta o campo da relação econômica. Pois aquele que detém a força econômica utiliza-a no processo de construção e elaboração da hegemonia, o que facilita a sua imposição enquanto projeto hegemônico pela classe burguesa. Para entendermos melhor essa reflexão, é necessário reproduzir a citação em que a hegemonia pode ser inserida na relação econômica-corporativa.

O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica. (GRAMSCI, 2002, p. 48).

A pertinência da construção de uma hegemonia, conforme Antonio Gramsci, a ser imposta as outras classes, relaciona-se na determinação de uma hegemonia ético-política com o campo da economia, em que o agrupamento de uma ação que se dá de forma econômica da classe burguesa em controlar e dominar para si esse campo econômico. Na citação de Gramsci, sua atenção voltada para a relação da “ordem econômico-corporativa”, privilegia a construção dessa hegemonia tal como na função dessa relação enquanto centro de atenção e orientação da burguesia no âmbito da economia e da efetivação de sua hegemonia. Maria Pagotto, em sua resenha da obra **Política brasileira: embate de projetos hegemônicos**, de Edmundo Dias, ao fazer uma discussão sobre o predomínio da classe dominante, demonstra sua preocupação quando essa dominação não é “*decifrada pelo coletivo*”. (PAGOTTO, 2007, p. 247). Para a socióloga Pagotto

Se a dominação acontece no campo da economia, não é aí que ela se esgota. Ela ganha legitimidade e eficiência, sentido e direção, não apenas no terreno da objetividade, mas, sobretudo, naquele da subjetividade. A análise das ideologias, revelando o poder das palavras e a aderência dos discursos do poder, permite que se perceba que as relações sociais constituem o próprio centro de dominação. E, sendo assim, é no seu interior que a luta de classes deve ganhar maior radicalidade. (PAGOTTO, 2007, p. 248).

Pela citação, não é somente no âmbito da economia que o processo hegemônico se fixa. É ponderável que o espaço de fixação da hegemonia é parte das relações sociais - instruindo as relações de poder e de forças -, neste sentido, a dominação é constituída nas relações sociais, na subjetividade. Com a legitimidade e a eficiência da hegemonia, Maria Pagotto reitera que a luta de classes cria, de acordo com Antonio Gramsci, um “*terreno mais favorável à difusão de determinados modos de pensar, de pôr e de resolver as questões que envolvem todo o curso subsequente da vida estatal*”. (GRAMSCI, 2002, p. 44). De modo conciso, as lutas de classes são travadas através dos embates dos projetos hegemônicos e contra hegemônico das classes, por viés, no campo político, econômico e, até mesmo, ideológico e cultural.

A questão da hegemonia também é discutida pelo italiano Guido Liguori, que fez um estudo dos conceitos gramscianos que possibilita aos pesquisadores entender esses conceitos. Para ele, “*a hegemonia tem como sujeito sobretudo uma classe, e não um partido*”. (LIGUORI, 2007, p. 214). Nas ponderações do autor, o sujeito da hegemonia são as classes, então elas podem ser: ou a classe burguesa ou a classe operária, dentre outras, que pode construir a sua hegemonia, que se consolida nas ações teóricas e práticas daqueles que detém o poder.

Se o sujeito da hegemonia é a classe, então, a hegemonia resulta da construção de consenso em torno de um projeto de classe, definido conforme sua visão de mundo. O que nos remete perceber que quem pratica e elabora um projeto hegemônico tende sempre a reestruturar esse projeto e optar por novos meios de fixação e divulgação desse projeto hegemônico.

Como já discutimos que, Antonio Gramsci, para produzir uma análise do que venha a ser a hegemonia, precisou definir esse conceito através da composição e desenvolvimento da sociedade capitalista. Entendendo essa sociedade capitalista numa divisão em classes sociais: a classe burguesa e a classe trabalhadora. Nessa sociedade capitalista existem várias formas de exploração e dominação para a manutenção e a acumulação do capital. Para a burguesia se manter no poder (relação de poder), procura várias formas e meios em que possam difundir

suas idéias hegemônicas (entendido aqui, na produção de um projeto hegemônico) - como a difusão dessas idéias em ambiente escolar e meios de comunicação compatível com seus ideais -, renovando seu discurso e seu meio de propagação (sempre que necessário, conforme a estrutura e superestrutura da realidade histórica), isso é feito através da construção de um novo projeto hegemônico pela burguesia. Edmundo Dias quando procura entender a hegemonia no campo da política promove uma abordagem que busca identificar o campo de ação das classes sociais e a hegemonia como projeto e suas manifestações. Dias explica que a hegemonia é o

Projeto que permite expressar o programa, o horizonte ideológico, no qual as demais classes se movem. Horizonte que, ao proceder à **padronização**, ao “conformismo”, **desorganiza, inviabiliza, ou tenta, os projetos das demais classes**. Desorganiza ativa ou passivamente: ativamente ao sobrepor com o seu projeto aos outros projetos e assim descaracterizá-los; passivamente pela repressão pura e simples aos demais projetos. Horizonte que é a estruturação do campo das lutas, das alianças, do permitido e do interdito. Racionalidade de classe que se faz história e que **obriga às demais classes a pensar-se nessa história que não é delas**. (DIAS, 1996, p. 34. Grifos meus).

É preciso considerar, nessa citação, a descaracterização de vários projetos quando um projeto se sobrepõe sobre os demais através da desorganização firmada pela padronização ideológica do projeto de classe. A caracterização de um novo projeto de acordo com a realidade histórica pressupõe dizer a construção de uma história definida pela classe burguesa, segundo Dias. Para fazer um estudo dos projetos hegemônicos é preciso entendê-los como instrumentos de reconstrução da ordem do capital. É por esse meio que a classe dominante procura organizar, elaborar e constituir a sociedade capitalista da forma como ela possa controlar e sujeitar os demais setores da sociedade sob seus comandos e aos seus interesses. De um modo geral, é necessário entender como é construída e mantida a hegemonia da classe dominante, com o uso dos aparelhos privados de hegemonia.¹ Se a expressão hegemonia pode expressar ideologia², então ela é uma forma de dominação capitalista em que aparece em

¹ Expressão formulada por Antonio Gramsci. Segundo Bocayva e Veiga, os aparelhos privados de hegemonia são “o coração e a cabeça da sociedade civil. Recobrem uma gama de instituições fundamentais que, somadas, dão organicidade ou são base de determinado conceito de sociedade civil (...) [que] é um conjunto de instituições produtoras de culturas, de rituais, de posturas, de ideologias e de utopias indispensáveis à construção da vida social”. (BOCAYVA; VEIGA, 1992, p. 29-31).

² Segundo Terry Eagleton “um conjunto de idéias, sejam elas verdadeiras ou falsas, pode ser ‘inconscientemente’ motivado pelos interesses egoístas de um grupo dominante, mas talvez não se revele de fato funcional para a promoção ou legitimação desses interesses. Um grupo fatalista de indivíduos oprimidos pode não reconhecer que seu fatalismo é uma racionalização inconsciente de suas condições miseráveis, mas esse fatalismo pode perfeitamente mostrar-se inútil para seus interesses. Poderia, por outro lado, ser funcional para os interesses de seus governantes – caso em que uma falsa consciência ‘genética’ por parte de uma classe social torna-se funcional os interesses de outra”. (EAGLETON, 1997, p. 35-36).

conjunto com as medidas produzidas pelo pensamento dominante. Edmundo Dias, na obra “**Política brasileira: embate de projetos hegemônicos**” ofereceu sustentação teórica em que discute a hegemonia a partir da concepção gramsciana e nos mostra que “*as ideologias são produtoras e produzidas exatamente pelas relações sociais, pelos antagonismos de classe e são absolutamente indispensáveis à própria existência dessas relações*”. (DIAS, 2006, p. 57. Grifos meus). Percebe-se aqui que a discussão do autor está envolta na existência da divergência de classe o que se deve à presença de diversas frações e segmentos dentro da própria classe dominante (interclasse). Dessa reflexão pode-se constatar que a definição de um embate hegemônico, para além dos conflitos interclasse, constituem-se como elemento fundamental os antagonismos entre as classes sociais: a burguesa e a trabalhadora, cuja existência e a imposição da hegemonia se torna empírica através das relações definidas por Edmundo Dias. Ao analisar as relações sociais, no artigo **Crise, Classes e Ordem**, ele compreende que sua estabilidade

Se deve ao fato de que sendo a Ordem socialmente aceita (por consenso ou coerção) expressa o poder das classes que exercem o comando da vida social e as contradições se manifestam em geral como diferenças no seu interior não colocando assim em evidência os contrastes agudos dos antagonistas. (DIAS, 2006, p. 22).

Visto isso, a manutenção da ordem capitalista tem sua sustentação concebida a partir da relação social, na contradição da mesma e na hegemonia da classe dominante que consiste em privilegiar o apaziguamento dos antagonismos entre o capital e o trabalho. Devemos destacar que a relação de dominação ocorre com o consenso produzido e reproduzido pelos aparelhos privados de hegemonia das classes. No caso dessa abordagem, visamos detectar na análise da revista ISTO É, a ser feita nos capítulos 2 e 3, como é possível assegurar o uso do convencimento e do perfil da revista, enquanto aparelho privado de hegemonia. A dominação não se dá necessariamente no uso da repressão, da violência, da coerção, mas também no uso do consenso, do convencimento, tal consentimento é o elemento fundamental que ajuda a estruturar a concepção de hegemonia. Pode-se explicar esta reflexão a partir do artigo de Álvaro Bianchi que faz uma análise da construção da ordem social e da situação atual da hegemonia dos Estados Unidos. No que concerne ao consenso, Álvaro Bianchi especifica que a “*expansão da capacidade dirigente baseada na construção de um consenso internacional, (...) [se dá na] utilização sistemática da corrupção, da chantagem e da ameaça*”. (BIANCHI, 2003, p. 114). Essa dominação se articula com os interesses sociais e interesses de classes. Ao dizer construção de um consenso internacional, a burguesia que atua internacionalmente

constrói e mantém um consenso para garantir o controle da dominação, da subordinação e age de forma que aparenta ser homogêneo para não colocar em risco o seu domínio. Procura dessa forma, não mostrar a existência de conflitos no interior de sua classe, como também o antagonismo entre o capital e trabalho e o controle, por parte da burguesia capitalista, dos meios de produção. Devido a isso, pautando ainda nas formulações de Edmundo Dias em sua obra **Política brasileira: embate projetos hegemônicos**, “*a hegemonia é a elaboração de uma nova civiltá, uma reforma intelectual e moral*”, (DIAS, 2006, p. 62) o que visa na formulação, via projeto hegemônico, cada vez que um projeto é reelaborado, a burguesia procura sempre renovar a reforma intelectual e moral dos que assimilam seu conteúdo, como argumenta Edmundo Dias, em que se articula com o processo de manutenção da ordem social. De outro modo, implica dizer que, tendo em vista a nossa fonte de investigação, a essencialidade para a burguesia utilizar imprensa escrita, como a revista ISTO É, para seus afins.

Para Dias, “*a hegemonia é um espaço de luta*” (DIAS, 2006, p. 77) o que influencia as classes a disputarem o espaço para afirmar seus projetos hegemônicos, tal como sua visão de mundo classista. Para o pensador italiano Gramsci, a hegemonia deve ser pensada enquanto *partido*³, não somente o partido formal⁴, pois se estabelece em aparelhos privados de hegemonia⁵. Como esclarece Edmundo Dias, na

Luta pela(s) hegemonia(s) nada está definido *a priori*, tudo é espaço contraditório onde **as classes tentam afirmar seus projetos e horizontes, suas concepções classistas de mundo**, possuidoras de uma materialidade que constitui suas práticas e lutas concretas. (DIAS, 2006, p. 76. Destaque no original. Grifos meus).

No espaço da hegemonia há embate dos projetos de classes para impor a sua concepção classista de mundo. Na análise do conceito de hegemonia, atemo-nos para a forma de construção do projeto hegemônico no capitalismo contemporâneo. Edmundo Dias entende

³ Antonio Gramsci especifica que “*os partidos têm a tarefa de elaborar dirigentes qualificados; eles são a função de massa que seleciona, desenvolve, multiplica os dirigentes necessários para que um grupo social definido (...) se articule e se transforme, de um confuso caos, em exército político organicamente preparado*”. (GRAMSCI, 2002, p. 85). Como exemplo de partido citamos os meios de comunicação: jornais, imprensa escrita ou falada, sindicatos, entidades estudantis, dentre outros. Segundo a historiadora Carla Luciana Silva, “*como político, militante comunista, utilizou-se do jornal como arma na luta de classes do lado dos trabalhadores. Daí deriva a concepção de imprensa como partido, o que se articula com a de aparelho privado de hegemonia*”. (SILVA, 2007, p. 93).

⁴ Partidos formais de reconhecimento nacional como: PMDB, PT, PSDB, PC do B, entre outros.

⁵ Conceito criado por Antonio Gramsci para explicar que um mecanismo de dominação e de afirmação de um projeto hegemônico, como a elaborada pela classe dominante, pode ser feito por meio de uma imprensa escrita que se constitui enquanto empresa privada.

que a hegemonia se constrói *pedagogicamente*⁶, deve levar em conta que esta perspectiva também é compartilhada por Lúcia Neves e Ronaldo Sant’Anna, embora constitua sua pesquisa para entender que o Estado capitalista desenvolveu uma nova estratégia da hegemonia no campo da educação, a nova pedagogia da hegemonia. Os educadores afirmam que,

Nas sociedades orientais, a pedagogia da hegemonia era exercida principalmente por meio de ações que tinham funções educativas regressivas e **negativas** (...); [enquanto] nas sociedades ocidentais, mais politicamente estruturadas, a pedagogia da hegemonia passa a exercer mais sistematicamente por meio de ações com função educativa **positiva**, que se desenvolvem primordialmente na sociedade civil, nos aparelhos de hegemonia política e cultural das classes dominantes, sendo, para Gramsci, a escola o mais importante deles. (NEVES; ANNA, 2005, p. 27. Grifos meus).

Refletindo, os autores mostram que a presença da pedagogia da hegemonia que possuía função educativa e o meio de ação dessa pedagogia se sucedeu e se constituiu na escola pertencente à “sociedade ocidental”. O que é visto na sociedade “ocidental”, é ausente, segundo os educadores, na sociedade “oriental”, a pedagogia da hegemonia influenciada na área educacional. A hegemonia, então, se constrói pedagogicamente e é um campo de luta. É necessário que se perceba que a ação e afirmação da hegemonia se dão por meio de instrumentos, como os meios de comunicação e da educação. Com base nesse tópico, podemos concluir que a discussão sobre hegemonia nos dá firmamento e importância para reafirmarmos a contribuição e a necessidade de saber qual o projeto hegemônico de ISTO É na década de 1980.

1.2 O MODELO NEOLIBERAL: A NOVA ESTRATÉGIA DE ORGANIZAÇÃO E DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL

Nesse tópico, pretendemos sistematizar, de forma breve, uma discussão acerca do neoliberalismo, cuja perspectiva de investigação é recente, pensado no processo de reorganização do sistema capitalista. A idéia desse tópico partiu da perspectiva de que a

⁶ Para um melhor entendimento: “pedagógica não no sentido de que ela se reduza ‘as relações especificamente ‘escolares’, pelas quais as novas gerações entram em contato com as antigas, e lhe absorvem as experiências e os valores historicamente necessários, ‘amadurecendo’ e desenvolvendo uma relação própria, histórica e culturalmente superior (...) pelo contrário, ela ‘existe em toda a sociedade no seu conjunto e para todo indivíduo em relação aos outros indivíduos, entre camadas intelectuais e não-intelectuais, entre governantes e governados, entre elites e sequazes, (...)’”. (CDH apud DIAS, 1996, p. 45).

década de 1980, período que buscamos analisar a revista (1985 até 1988), foi marcada pela crise do capitalismo internacional e como solução a essa crise, a afirmação - de início - de um projeto neoliberal nessa década, no Brasil. Contudo, isso nos faz pensar numa possibilidade de uma abordagem neoliberal pela revista. O que reforça a necessidade que temos de buscar investigar e compreender a existência – na ISTO É – de um discurso neoliberal ou a presença de uma discussão (a que a revista venha a defender) que se assemelha ou se aproxima a esse modelo no período em questão. Para tanto, é forçoso estudar esse conceito e entendê-lo historicamente, a sua incorporação na política brasileira. Primeiramente, é importante frisar a hegemonia neoliberal. Para o estudioso desse tema Armando Boito Junior, quando estudou os motivos que tornaram o neoliberalismo hegemônico no Brasil, a partir do estudo da política neoliberal no país, da presença desse modelo no ambiente do trabalho e das relações dessa política com o movimento sindical, especificou que

A ideologia neoliberal contemporânea é, essencialmente, um liberalismo econômico, que exalta o mercado, a concorrência e a liberdade de iniciativa empresarial, rejeitando de modo agressivo, porém genérico e vago, a intervenção do Estado na economia. Esse liberalismo econômico é distinto do liberalismo político, interessado nos direitos individuais do cidadão e num regime político representativo e adequado ao exercício daqueles direitos. (BOITO JUNIOR, 1999, p. 23).

Com base nessa citação, podemos destacar que a ideologia neoliberal é contemporânea, sua política está voltada para o mercado, o autor deixa claro que a liberdade que o liberalismo econômico defende é a do empresário, ou melhor, daquele que detém a força econômica.

O funcionamento do programa neoliberal enseja uma política econômica que, na avaliação do cientista político, “*não produz efeitos idênticos em todos os países ou regiões*”. (BOITO JUNIOR, 1999, p. 30). Parafraseando Boito Jr., o neoliberalismo das regiões centrais se diferencia das periféricas, o que se deve ao cenário da realidade histórica dessas regiões que se articulam na prática do neoliberalismo, assumindo posições e situações distintas. Desta maneira, conforme a região em que o modelo neoliberal é afirmado, sua manifestação e sua efetivação se dão de forma diferente.

Aspecto significativo, neste sentido, é que, como afirmado numa entrevista por Noam Chomsky, “*as definições do ‘neoliberalismo’ são, assim, somente definições: doutrinariamente elas são importantes, mas o que importa são suas aplicações práticas. Isto é determinado pelos poderosos*”. (CHOMSKY, 1999, p.139-48). Assim, para que possamos

desvelar o movimento de formação e construção desse conceito dominante que, além de fazer parte do processo de manutenção da sociedade capitalista e que é orientado pela classe burguesa, devemos nos sustentar no contexto em que consolida a política neoliberal. Robert W. McChesney reforça essa reflexão quando define que o neoliberalismo

É o paradigma econômico e político que define nosso tempo. Ele consiste em um conjunto de políticas e processos que permitem a um número relativamente pequeno de interesses particulares controlar a maior parte possível da vida social com o objetivo de maximizar seus benefícios individuais. (CHOMSKY, 2004, p. 7).

Deste modo, para compreender a definição do neoliberalismo temos que ter em mente o processo de aplicação das políticas neoliberais que se reformulam na medida em que suas práticas são contestadas. Um elemento importante nessa citação é o conjunto de políticas que perpassa os interesses da classe dominante. É importante observar que ao trabalhar com o neoliberalismo tendo em vista sua política, deve-se considerar a reformulação desse modelo da sua efetivação enquanto projeto hegemônico, como já discutido no tópico anterior, para explicar a transformação no cenário político, cultural, econômico e social. O termo neoliberalismo tem como característica básica: a *“liberalização do mercado e do sistema financeiro, fixação dos preços pelo mercado (‘ajuste de preços’), fim da inflação (‘estabilidade macroeconômica’) e privatização”*. (CHOMSKY, 2004, p. 22). Em suma, a conquista de novos mercados através das aberturas dos países para a entrada de empresas estrangeiras, a concentração do capital nas mãos dos que detém o poder, a dívida externa - em que a regra consiste de acordos com os interesses dos credores internacionais -, a partir da exportação dos produtos. Porém, para que isso se efetive, os pensadores neoliberais precisam reorganizar o avanço e a reprodução do capital, para isso, o meio mais propício a esse avanço se sucede através do ataque às conquistas das classes trabalhadoras, obtidas ao longo da história da classe operária, como os direitos trabalhistas. Retirando os direitos sociais, a política neoliberal aumenta a expansão da exploração da força de trabalho das classes trabalhadoras, aumenta o número de horas de trabalho e diminui os salários através da *“reestruturação produtiva”*, como já discutido. Sônia Mendonça e Virginia Fontes comentam que, na década de 1980, mesmo com a posição política divergente do movimento sindical em que deu a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT),

A aproximação entre centrais sindicais e estrutura partidária - inicialmente CUT/PT e CGT/PCB e MR8 - não se manteve sem oscilações ao longo do

período (...) A aliança entre CUT e PT foi preservada, conquanto isso não tenha significado que o partido ainda se constituísse, majoritariamente, de sindicalistas operários, tal como em suas origens. (MENDONÇA; FONTES, 1996, p. 95).

A aproximação da classe trabalhadora com liderança partidária demonstrou a luta travada contra as medidas neoliberais para o campo do trabalho. Isso se procedeu entre a classe burguesa e a classe trabalhadora. A essencialidade para aquela era de recuperar o acúmulo de capital através da desorganização da classe trabalhadora, não somente enquanto movimento, mas como classe - nas suas conquistas e nos seus direitos enquanto trabalhador. Em oposição a isso, a politização do PT e da CUT, unificou o processo de luta e de consciência da classe trabalhadora nos anos 1980, contra as condições de vida, de trabalho, inclusive ao processo de “reestruturação produtiva” que beneficiava a grande burguesia. Da forma como as medidas neoliberais foram construídas acarretaram problemas para as classes populares, como: o desemprego, o aumento da miséria, a violência, etc. Aqui se faz necessário destacar as classes trabalhadoras, porque a implantação das medidas neoliberais atingiu essa classe de forma direta e violenta.

A formulação do conceito de neoliberalismo, historicamente falando, deu-se por dois meios. O primeiro no campo teórico, a partir do texto **O Caminho da servidão**, de Friedrich Hayek, cujo objetivo principal era se contrapor à intervenção do Estado no mercado e na economia. Friedrich Hayek juntos com teóricos do neoliberalismo, Milton Friedmann⁷, Karl Popper, Lionel Robbins, Ludwig Von Mises, Walter Eupkeb, Walter Lipman, Michael Polanyi, Salvador de Madariaga, e outros fundam a Sociedade de Mont Pèlerin em 1947. O

⁷ Autor do livro (junto com Rose Friedmann) “Liberdade de escolher”, foi uma referência para os governos militares. A obra consiste numa “espécie de manual” sobre a economia liberal, em que as informações contidas nessa obra, justificam e se baseiam na necessidade de uma economia de livre mercado. Outro assunto tratado na obra em questão é o papel que o Estado deve desempenhar quando se trata da economia. Para os teóricos neoliberais, os Friedmann, “*o livre comércio internacional promove relações harmoniosas entre nações que diferem em cultura e instituições, da mesma forma que dentro do país fomenta relações cordiais entre indivíduos que diferem em crenças, atitudes e interesses. Num mundo de livre comércio, como numa economia livre em um país qualquer, transações ocorrem entre entidades privadas – indivíduos, empresas, organizações de caridade. Os termos nos quais as transações se concretizam são objeto de acordo entre as partes que delas participam. A transação não ocorre a menos que todas as partes acreditem que delas vão tirar um benefício. Como resultado, são harmonizados os interesses das várias partes. A cooperação, e não o conflito, é a regra. Quando o governo intervém, muda inteiramente a situação. Dentro do país, empresas reivindicam subsídios, seja de forma direta seja em forma de tarifas ou outras restrições ao comércio. Procuram evitar as pressões econômicas de concorrentes que lhes ameaçam a rentabilidade, ou a própria existência, recorrendo à pressão política e, assim, impondo-lhes custos. A intervenção do governo em favor de empresas locais leva empresas de outros países a pedirem ajuda a seus próprios governos, a fim de contrabalançar as medidas tomadas pelo governo estrangeiro. Desacordos privados transformam-se em motivos de disputas entre governos. As negociações comerciais adquirem, todas elas, conotações políticas. (...) Surgem os atritos. Numerosos cidadãos, em todos os países, decepcionam-se com os resultados desses encontros e terminam pensando que foram passados para trás. O conflito, e não a cooperação, é a regra*”. (FRIEDMAN; FRIEDMAN, 1979, p. 62-63).

objetivo dos membros dessa sociedade, segundo explicita Perry Anderson, “*era combater o keynesianismo e o solidarismo reinantes e preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro*”. (ANDERSON, 1995, p. 10). O argumento usado pela Sociedade de Mont Pèlerin era de que o “*Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência*”. (ANDERSON, 1995, p. 10). Com este argumento os neoliberais procuraram defender a livre concorrência e dismantelar o Estado de bem-estar social⁸. A pretensão dos neoliberais era fazer com que o Estado reduzisse, dentre outros, os gastos sociais, como o da Previdência Social, para privilegiar a política cambial e o combate à inflação.

A aplicação da prática do pensamento neoliberal foi dada através da ação política de figuras como Margareth Thatcher, Ronald Reagan e Augusto Pinochet. Aqui temos três casos para trilhar a nossa discussão. O primeiro trata da política elaborada e organizada pela primeira ministra inglesa, no final da década de 1970. As políticas neoliberais que a ministra Thatcher pôs em prática, conforme Perry Anderson,

Contraíram a emissão monetária, elevaram as taxas de lucros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram gastos sociais. (...) se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. (ANDERSON, 1995, p. 12).

De modo geral, a política neoliberal de Thatcher ocasionou altas taxas de lucros, abolição do controle dos fluxos financeiros, aumento do desemprego, redução do gastos públicos e privatização das empresas estatais. No que se refere à privatização, “*foi um processo elitizado, internacional e altamente politizado em contraste com o processo popular, nacional, pragmático de construção das empresas públicas*”. (PETRAS, 1999, p. 49-50). O processo procedeu por uma ação a nível internacional da burguesia financeira na privatização e imposição de seu modelo político e econômico.

⁸ Para o liberal Norberto Bobbio “*a defesa do indivíduo contra a tentação do Estado de prover ao seu bem-estar golpeia não apenas a esfera dos interesses, mas também a esfera moral; hoje estamos demasiadamente influenciados pela crítica exclusivamente econômica ao Welfare State para nos darmos conta de que o primeiro liberalismo nasce com uma carga ética, com a crítica do paternalismo, tendo a sua principal razão de ser na defesa da autonomia da pessoa humana*”. (BOBBIO, 2000, p. 27.) Nesse caso, a questão da autonomia do indivíduo (de escolher) se contrapõe ao Estado, que para o liberal, consistia em restringir essa autonomia.

O segundo caso ocorreu na década 1980, adotada pelo presidente estadunidense Ronald Reagan, que faz o mesmo que Thatcher, mas a sua prática política era diferente da inglesa, para Anderson,

A prioridade neoliberal [do governo estadunidense] era mais a competição militar com a União Soviética. (...) na política interna, Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria de sua gestão. (...) não respeitou a disciplina orçamentária. (ANDERSON, 1995, p. 12).

Como se percebe, a política neoliberal do governo dos Estados Unidos privilegiou o campo militar, nos anos 1980, envolvido na Guerra Fria com a União Soviética. Outra política daquele governo estava no aumento da concentração de renda e, da mesma forma que a ministra inglesa, derrotou as greves e adotou as medidas de retirar as conquistas dos trabalhadores.

Por fim, o terceiro caso se refere a ditadura militar no Chile, com o governo do general Augusto Pinochet. Em suas práticas, no contexto da imposição do Terror de Estado, podemos destacar a mercantilização dos serviços públicos, a privatização das empresas estatais, a redução dos salários e a redução dos direitos garantidos pela legislação trabalhista, reduções das restrições ambientais e da restrição à entrada de capitais, em particular, o financeiro e às importações das mercadorias e exportações de minerais e produtos agrícolas. Essas práticas podem ser percebidas também nos demais governos militares na América Latina⁹, sendo aprofundada na década de 1990, com a “abertura econômica”, acompanhada pelo “arrocho salarial”, pelas privatizações das empresas estatais, abertura do mercado interno para as importações e a repressão aos movimentos sociais. Segundo Perry Anderson

O Chile de Pinochet começou com seus programas de maneira dura: desregulamentação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos ricos, privatização de bens públicos. (...) a inspiração teórica da experiência pinochetista era mais norte-americana do que

⁹ Destacamos uma citação de Nadine Habert, para tomamos conhecimento de como se procedeu a década de 1970 com a ditadura militar. “*Os anos 70 foram marcados por uma profunda crise econômica e política no esquema de desenvolvimento capitalista pós-guerra, especialmente a partir de meados da década. Crise que se mostrou na esfera da produção, do acirramento da concorrência entre os países imperialistas, dos conflitos sociais, da dificuldade de manter dominadas as colônias africanas e as ditaduras européias e latino-americanas. Para a América Latina, esta década foi ‘uma história de exílios e exilados’.* A reação das burguesias locais e internacionais, ao ascenso dos movimentos sociais e à eclosão das guerrilhas nos fins da década de 60 em várias partes do continente, foi uma sucessão de golpes de direita para a implantação de ditaduras em vários países do continente, como Chile, Argentina, Uruguai, Peru, Bolívia. Os Estados Unidos, na sua condição de principal potência imperialista mundial, foram ativos protagonistas na instalação destes regimes”. (HABERT, 1996, p. 78).

austríaca. (...). O neoliberalismo chileno, bem entendido, pressupunha a abolição da democracia e a instalação de uma das mais cruéis ditaduras militares do pós-guerra. (ANDERSON, 1995, p.19).

Foi dessa maneira que a política neoliberal se estabeleceu sob o autoritarismo do Chile, os direitos trabalhistas foram fatalmente atingidos por essa política neoliberal, o que foi facilitado pela supressão da democracia e vigência do Terror de Estado. Como também foi dessa forma que a economia política chilena aumentou a desigualdade social no país com favorecimento aos ricos chilenos. James Petras evidencia que:

A questão central consiste em entender que o neoliberalismo não estabeleceu o seu domínio devido ao “fracasso” da esquerda ou à superioridade econômica do mercado, mas sim graças a uma correlação de forças favorável no terreno militar. (PETRAS, 1999, p. 69).

Nesse caso, o autor esclarece que a correlação de forças favoráveis foi articulada pela burguesia, seja ela financeira, industrial ou comercial. Durante o período militar, em 1973 a economia capitalista foi abalada pela crise do petróleo. No Brasil, além da existência dos recursos nacionais e indústrias, que podiam minimizar problemas financeiros, a política do governo militar, era não utilizar os recursos brasileiros, mas fazer empréstimos do exterior: banqueiros estrangeiros. Nesta direção, as historiadoras Sônia Regina de Mendonça e Virginia Maria Fontes constataram que *“permitido aos bancos captarem recursos no exterior para pagamento (...), repassando-os internamente (...), completava-se o processo de concentração de capital financeiro e de seu par complementar, o capital industrial”*. (MENDONÇA; FONTES, 1996, p. 34). Durante a ditadura vários projetos elaborados foram financiados com empréstimos estrangeiros, cujo resultado vemos na década de 1980 com a crise econômica brasileira, com o aumento da dívida externa e da expropriação dos recursos nacionais. Segundo as autoras *“crescia a dependência da economia brasileira frente ao mercado internacional, pois as empresas multinacionais pressionaram as importações”*. (MENDONÇA; FONTES, 1996, p. 33). A condição em que a economia brasileira se encontrava nesse período fortaleceu o projeto de desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil, no fim da década de 1980, dando seqüência nos anos 1990 adiante. Assim, é importante destacarmos na fala de Mendonça e Fontes, que a situação da economia capitalista se caracterizou pela *“oligopolização da economia [que] foi o aprofundamento da concentração de renda”*. (MENDONÇA; FONTES, 1996, p. 31). Aqui fazemos um parâmetro para investigar o neoliberalismo na revista, o que consubstancia explicitar se a

imprensa formulava para a sociedade capitalista a estruturação do neoliberalismo, induzindo as relações sociais desse sistema. Verificaremos se ISTO É se aparentava como representatividade do projeto hegemônico no Brasil, nos anos de 1980. Buscamos compreender esse dilema analisando a Assembléia Nacional Constituinte, em que grupos políticos, empresariais, camadas populares disputaram seu foco na Constituinte, resta saber como eles atuaram e o que defendiam segundo a ótica da revista ISTO É. Ao tentarmos trabalhar o neoliberalismo em nossa pesquisa, buscamos entender os aspectos de interesses (seja político, econômico, social ou cultural) e a relação da imprensa numa sociedade capitalista.

Retomando a nossa abordagem sobre o neoliberalismo. Na obra de James Petras verifica-se uma abordagem do novo pacto militar-civil estendido entre militares e os políticos, na década de 1980 na América Latina.

No âmbito econômico, assim como no político, os novos regimes civis têm perpetuado e inclusive aprofundado o modelo neoliberal; têm aplicado as brutais diretrizes antioperárias do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial: rebaixaram os salários, aumentaram os preços, têm efetuado o pagamento da dívida externa ao custo da desnutrição em massa, favorecendo ao mesmo tempo, os interesses de uma pequena classe de capitalistas latino-americanos vinculados aos bancos e mercados internacionais. (PETRAS, 1999, p. 80).

Vendo a abordagem, podemos dizer que as políticas neoliberais foram iniciadas pela política do governo militar que fracassou, cabendo, dessa forma, ao governo civil da América Latina a continuidade do modelo na década de 1980. O mesmo governo civil foi que implementou, na sua política nacional, as medidas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, esses órgãos contribuíram para a abertura econômica internacional, na década de 1980, das regiões subdesenvolvidas (América Latina, África, Ásia, Oceania). Segundo Petras e Veltmeyer, *“estas instituições eram controladas por pessoas indicadas pelos respectivos estados imperiais e sua função era deslocar os mercados nacionais e produtores locais”*, (PETRAS; VELTMEYER, 2000, p. 71) fazendo, então, parte fundamental do modelo neoliberal, articulados com os bancos e empresas internacionais. Como o processo de recuperação da economia capitalista, tendo em vista a crise do capital, se deu na década de 1980, o FMI quanto o BIRD já assumiram, nesse período, um parâmetro neoliberal, em que a aplicação do modelo neoliberal era ditada através de acordos entre essas instituições financeiras e os países que solicitavam empréstimos, isso foi uma porta de entrada para o modelo neoliberal nos países da América Latina, inclusive no Brasil.

Os neoliberais, na década de 1990, para proteger a livre circulação da economia internacional, criaram “blocos” regionais econômicos. A criação desse “blocos” se deve à crescente exportação dos produtos e da dificuldade dos países em favorecer a circulação desses produtos no estrangeiro. François Chesnais destaca que *“a ‘regionalização’ é o resultado combinado das estratégias de integração dos processos de produção (...) e de processos propriamente políticos”*. (CHESNAIS, 1996, p. 230). Daí a justificativa na formação de políticas antidemocráticas, como nas Américas: o Nafta, o Mercosul, a Alca que facilitaria a circulação e a presença dos produtos entre os membros integrantes desses blocos econômicos e da necessidade de barreiras protecionistas para as economias dos países industrializados, caso dos Estados Unidos e Inglaterra. A proteção da economia do modelo neoliberal se deu na defesa do acordo de livre mercado e do controle do processo produtivo pelos capitalistas através da *“intervenção estatal [que] desempenhou [ou desempenha] um papel crucial no crescimento econômico”*. (CHOMSKY, 2004, p. 34). Do ponto de vista econômico, a intervenção do Estado na economia sob a perspectiva neoliberal direciona a luta política para a manutenção do modelo neoliberal e não para a conquista de novos direitos sociais/trabalhistas ou pela preservação/manutenção do que foi conquistado. Os neoliberais produziram uma estratégia para o Estado, cujo aspecto está na análise de Leda Paulani que buscou entender a doutrina do mercado neoliberal em face ao Estado. A pesquisadora argumenta que

Para atingir o estágio em que o mercado seria o comandante indisputado de todas as instâncias do processo de reprodução material da sociedade era preciso: limitar o tamanho do Estado ao mínimo necessário para garantir as regras do jogo capitalista, evitando regulações desnecessárias; segurar com mão de ferro os gastos do Estado, aumentando seu controle e impedindo problemas inflacionários; privatizar todas as empresas estatais porventura existentes, impedindo o Estado de desempenhar o papel de produtor, por mais que se considerasse essencial e/ou estratégico determinado setor; e abrir completamente a economia. (PAULANI, 2008, p. 110).

Leda Paulani afirma que esses conjuntos de medidas neoliberais tiraram do Estado o seu papel como produtor e suas políticas redistributivas. Dessa forma, o Estado passou a abandonar o campo social, submetendo esse campo à economia através da flexibilização e precarização. A restrição da ação do Estado se deu também na *“redução de gastos com pessoal e a flexibilização da força de trabalho, uma vez que as garantias sociais conferidas a esta última tornavam-se agora um custo insuportável e inadmissível”*. (PAULANI, 2008, p. 118). Diante disso, a medida para reduzir o papel do Estado, enquanto Estado de bem-estar

social, está em fazer este reduzir os gastos públicos e flexibilizar a força de trabalho para favorecer a realização do capital, submetendo à mercantilização.

Nos projetos de redução de gastos públicos, como os serviços sociais (os serviços de saúde, por exemplo) - que antes eram de setor público e obrigação do Estado no Brasil -, foram estratégias dos neoliberais para privatizar e converter esses serviços em mercadorias. Interessante notar nas palavras de Castro e Marçal, que nos Estados Unidos, na década de 1980, a política neoliberal defendida pelo presidente Ronald Reagan, estava voltada em

Construir uma América para os ricos (...) esquecer a síndrome da derrota no Vietnã, tornaram-se objetivos concretos - ao final de contas *“a América está com Deus”*. Todas essas idéias eram sustentadas por Reagan em seu discurso da vitória (...). Romper com a seguridade social, não foi um problema sério para um governo com tal perfil, pois ao final do balanço, o que importava era a redução dos gastos sociais do Estado e o reaquecimento do complexo industrial-militar. (CASTRO; MARÇAL, 1999, p. 170-171. Destaque no original).

Em termos sociais, uma política como a defendida por Reagan prejudicou as camadas populares, com o crescente aumento do desemprego, da pobreza, dos precários e ineficazes benefícios sociais e de direitos da população - aos reduzir os custos sociais. Em síntese, podemos perceber que essa visão é compartilhada por Noam Chomsky quando aponta que *“as doutrinas neoliberais, independentemente do que se pensa delas, debilitam a educação e a saúde, aumentam a desigualdade social e reduzem a parcela do trabalho na distribuição de renda”*. (CHOMSKY, 2004, p. 36). Em reflexão, o que nos chama atenção é a política neoliberal que procura se apossar de qualquer aspecto social para debilitá-lo, aumentando ainda mais o índice de desigualdade social.

No transcorrer da aplicação do modelo neoliberal ficaram vigentes as graves conseqüências que acarretou aos setores populares. Em meio a essas discussões, deparamos-nos com experiências desastrosas em países que implantaram o modelo neoliberal. Um exemplo que podemos destacar são os países da América Latina que introduziram uma política neoliberal, como enfatiza Leda Paulani, *“um período no qual a América Latina, ao longo da década de 1980, assistiu ao abandono do desenvolvimentismo, à abertura do mercado interno para as importações e à entrada incondicional dos capitais estrangeiros”*. (PAULANI, 2008, p. 80). A aplicação das medidas neoliberais, tendo em vistas as características básicas e a política do neoliberalismo, como já mencionamos, promoveu a abertura da economia dos países latino-americanos para a importação de produtos estrangeiros, segundo Chomsky, quando discute as estratégias do neoliberalismo em favorecer as grandes

corporações, “*é dominada por empresas gigantescas [estrangeiras] que possuem formidável controle sobre seus mercados*”. (CHOMSKY, 2004, p. 13). Tal como a venda e compra de empresas estatais, ocasionando problemas nas condições econômicas e sociais dos países, aumentou a conglomeração das empresas capitalistas.

Diante disso, a política neoliberal procurou fortalecer seu programa no campo econômico, político e cultural. Uma das formas de intervenção se deu pelo capital financeiro e pela potência hegemônica dos Estados Unidos, aumentando cada vez mais as suas bases militares em vários países – principalmente na América Latina, para obter *lucro*. É importante enfatizarmos uma discussão sobre os Estados Unidos tendo em vista sua política neoliberal e os interesses dos governos desse país para com a América Latina. James Petras e Henry Veltmeyer, estudiosos que se destacaram por estudar, dentre vários assuntos como, o imperialismo, a hegemonia dos Estados Unidos e a política neoliberal, afirmam que

A estrutura do comércio EUA-América Latina não só tem fornecido aos EUA um excedente substancial na sua balança comercial com a região, como facilita a transferência secreta de um fundo significativo de valor excedente e lucro. (PETRAS; VELTMEYER, 2000, p. 42).

Os autores consideram que o comércio EUA e América Latina promovem um avanço do domínio dos Estados Unidos despojando os recursos existentes nos países latino-americanos. Ao fazer esses processos de comercialização, reafirma um padrão para a reestruturação e desenvolvimento do capitalismo nos países latino-americanos, tal como a reprodução e a retomada da acumulação do capital com a intensificação das regiões pelo livre comércio. Vemos que no paradigma econômico neoliberal, a relação comercial - alçada pelo livre comércio - entre EUA e América Latina, reforça a afirmação da ideologia neoliberal ao atender as dimensões dessa política para a economia do país que firmaram a hegemonia neoliberal. Para os autores isso significa que

A América Latina tem sido preparada não só para ser despojada de seus recursos, mas para ser o cenário para uma batalha iminente pelo mercado mundial entre os principais centros de poder capitalista e as aspirações e pretensões hegemônicas do capital norte-americano. (PETRAS; VELTMEYER, 2000, p. 30).

Pode-se, então, dizer que os Estados Unidos amplia o seu campo de influência político e econômico na América Latina, fazendo dela o palco de exploração dos trabalhadores e de seus recursos naturais. Os países latino-americanos que adotaram um modelo neoliberal têm

como conseqüências dessa hegemonia neoliberal a realidade vivida a mercê da violência, da criminalidade, da injustiça, da exploração da mão-de-obra, da fome, da miséria e da corrupção. Exemplo mais recente na História mostra como essa hegemonia neoliberal é devastadora, são os acontecimentos na América Latina, como é o caso do Haiti em que a maioria da população civil está desempregada, vivendo na miséria e na criminalidade - como sobrevivência/alternativa a realidade em que se encontra -, sob a exploração do imperialismo estadunidense. Um outro aspecto que podemos destacar da política neoliberal é o aumento do sistema financeiro internacional em que

A financeirização do capital - características desses últimos quinze anos - alcançou a liberdade através da desregulamentação e da flexibilização das políticas financeiras e dos Estados. Por um lado, ela conquistou mobilidade; por outro lado, conseguiu um poder de intervenção, de tal ordem que impõe os padrões e as normas para as sociedades inseridas na Globalização. (RIBEIRO, 1999, p. 178).

Podemos sintetizar nesse fragmento que a presença da desregulamentação e flexibilização das políticas financeiras e do Estado deu ao sistema financeiro internacional liberdade para se deslocar para quaisquer países e impor a ordem. François Chesnais que pesquisou a economia do capitalismo, centralizando-se no capital financeiro, pondera que “*a esfera financeira representa o posto avançado do movimento de mundialização do capital, onde as operações atingem o mais alto grau de mobilidade*”. (CHESNAIS, 1996, p. 239). Devido ao aumento da mobilidade, o setor financeiro internacional se fortaleceu com a autonomia que obteve em relação aos bancos e instituições e passou a dominar o setor da produção. O capital financeiro predominou no processo de reorganização do capitalismo, o que significa dizer que a determinação econômica impulsionou a mobilidade do capital – deslocando-se para outros lugares.

Chamamos atenção para a “globalização”. Nos seus estudos sobre a “globalização”, James Petras explica que a tese de que a “globalização” é determinante da nova ordem ou é um novo fenômeno, é um mito. Para o autor,

A globalização é um fenômeno cíclico (um produto sociopolítico) que se alterna com períodos de desenvolvimento nacional, um produto de políticas estatais vinculadas com instituições econômicas internacionais. Os padrões cíclicos de globalização são amplamente função de uma situação particular de diferentes forças internas de classe e de estado e outras condições econômicas e políticas gerais que afetam o processo da acumulação capitalista. (PETRAS; VELTMEYER, 2000, p. 66).

A tese da “globalização” sustenta e generaliza a consolidação da hegemonia neoliberal. Por essa tese, proporciona apaziguar a luta política da classe trabalhadora quando o capitalismo é contestado. Via de regras, a “globalização” se torna inerente nas “diferenças de forças internas de classe” quando relacionada aos conflitos de classe. As condições da economia capitalista e da política que afetam o processo de acumulação capitalista resultam na crise do capitalismo.

Nesse tópico, a discussão teórica que fizemos sobre a teoria desse pensamento, sua aplicação em países como na Inglaterra, Estados Unidos e Chile, nas décadas de 1970-1980, e as conseqüências que esse modelo apresentou em países como os da América Latina, fica conclusivo o marco inicial do neoliberalismo no Brasil, na década de 1980. Relacionando o nosso objeto de pesquisa, a imprensa - mais especificamente a revista ISTO É -, e o neoliberalismo, buscaremos averiguar se esse meio de imprensa escrita possuía alguma compostura com a hegemonia neoliberal.

1.3 A IMPRENSA ESCRITA ENQUANTO APARELHO PRIVADO DE HEGEMONIA

Esse tópico se concentra numa abordagem teórica do tema da imprensa em que faremos uma relação com a hegemonia e o neoliberalismo. Busca-se através disso, compreender os aspectos estratégicos de como a imprensa se caracterizou no sistema capitalista. Faremos isso para termos uma ferramenta que nos possibilite entender os aspectos de constituição da revista ISTO É, no período marcado pela crise econômica e política do capitalismo. A proposta principal de nosso trabalho, ao analisar as matérias e editoriais, está em saber a retórica e a postura da revista, nos anos de 1980, presenciando e acompanhando o trabalho da Assembléia Nacional Constituinte. Diante disso, indagamos: qual o instrumento no qual a classe burguesa se orienta, na contemporaneidade, para a manutenção da hegemonia e da ordem global do capital? Cabe deixar claro que capital é entendido aqui não somente como lucro e interesse econômico, mas como entende Karl Marx, enquanto relação social.¹⁰ Como nosso objetivo da pesquisa é investigar a revista, nos concentraremos na discussão da hegemonia e da ação da imprensa. A manutenção da hegemonia para a classe burguesa se consolida com o apoio dos *meios de comunicação* que, por sua vez, também são veículos -

¹⁰ A concepção de Antonio Gramsci, segundo Regina Mendonça, o Estado é uma relação social, é “a condensação das relações sociais presentes numa dada sociedade. Nesta ótica, o Estado é atravessado pelo conjunto das relações sociais existentes numa formação social determinada, incorporando, em si mesmo, os conflitos vigentes na formação social”. (MENDONÇA, 1999, p. 20).

instrumentos - dominantes com interesses de defesa do projeto hegemônico, como também agentes partidários. Isso significa que os interesses da ordem do capital - ou seja, os interesses dos que possuem o poder, como o econômico, como as grandes empresas conglomeradas -, estão articulados na ação da grande imprensa. José Arbex Junior (2001), em sua obra **Showrnlismo**, afirma que se deve “lançar um novo olhar sobre a teia de relações estabelecidas entre meios de comunicação de massa e o conjunto das instituições econômicas, políticas, culturais, científicas e sociais”. (ARBEX JUNIOR, 2001, p. 32-33). Isto significa que a ação da grande imprensa está no papel de organizar e difundir o projeto hegemônico da classe dominante, já que os próprios proprietários da grande imprensa compõem a classe burguesa ou têm alguma relação política e econômica com essa classe. Como os proprietários da imprensa são membros da burguesia e os meios da imprensa escrita se constituem como empresa privada, eles têm o poder de atuar no ramo da política, do econômico, do social e do cultural.

Se para Antonio Gramsci a imprensa é partidária, ele justifica o interesse da classe dominante em relação à imprensa, em que as suas idéias burguesas são mais difundidas a organização capitalista e de fácil transmissão de suas idéias. Um exemplo de imprensa partidária neoliberal é a revista *VEJA*¹¹. Ao incorporar as idéias hegemônicas em seus conteúdos jornalísticos, a revista encobre e distorce a informação. O jornalista Perseu Abramo, ao fundamentar os elementos de manipulação utilizados pela grande imprensa para alterar os fatos a serem noticiados, evidencia que a finalidade é, precisamente no sentido estrito da palavra, a de que “o principal efeito dessa manipulação [na informação] é que os órgãos de imprensa não refletem a realidade”. (ABRAMO, 2003, p. 23). A imprensa empresarial faz isso para moldar a opinião do leitor de acordo com a sua ideologia, desinformando o leitor e distanciando-o da realidade e dos acontecimentos cotidianos. A grande imprensa ao ratificar a manipulação dos fatos, transmite para o seu leitor: “por meio da imagem artificial e irreal da realidade criada pela imprensa; essa é, justamente, a parte da realidade que ele [indivíduo] não percebe diretamente, mas aprende por conhecimento”. (ABRAMO, 2003, p. 24). Por trás dessa produção jornalística, há uma disputa no interior da imprensa que compreende os conflitos entre as classes sociais para a reprodução e acumulação do capital, da estratégia de manutenção da organização social do sistema capitalista, submetendo as relações das classes sociais, a rigor, ao conjunto de regras da classe dominante conforme a ideologia hegemônica dessa classe.

¹¹ Ver SILVA, Carla. **Veja: o indispensável partido neoliberal (1985-2002)**. Niterói, RJ: UFF/UNIOESTE. Tese de Doutorado, 2005.

Ignácio Ramonet em **A Tirania da Comunicação** estudou alguns acontecimentos reais veiculados pela imprensa para entender o perfil e o papel ideológico dessa na sociedade capitalista. O autor mostra como a imprensa se tornou dominante interferindo nos processos sociais. De fato, a deturpação dos acontecimentos reais se deve as diretrizes da imprensa

Não podemos compreender os problemas da imprensa, se não nos perguntarmos sobre o funcionamento da mídia e mais particularmente da informação. Não se pode mais dissociar, como se fazia tradicionalmente nas escolas de jornalismo e nos departamentos de “ciência” da informação ou da comunicação das universidades, os diferentes meios: imprensa escrita, rádio e televisão. Doravante eles estão conectados uns aos outros, funcionam em cadeia, uns repetindo os outros, uns imitando os outros. (RAMONET, 1999, p. 39).

Com isso podemos justificar que, para Ignácio Ramonet, temos que entender o funcionamento da imprensa: como ela atua, age, se constitui, se organiza, como ela elabora seus conteúdos, enfim, entres outras indagações, para que possamos investigar e analisar a atuação da imprensa na sociedade. A intermediação que o autor trata nessa citação é a relevância que deve ser dada ao tipo e a construção da informação. Mas precisamente a que grupo político e/ou setor empresarial ela se vincula e qual projeto hegemônico ela defende quando produz os seus discursos jornalísticos. É o que nos intenta perceber nos próximos capítulos, a partir da abordagem da Assembléia Nacional Constituinte dando atenção a que partido político/setor empresarial, ISTO É assume uma defesa plausível a seu projeto enquanto empresa privada. Para Antonio Gramsci a imprensa procura “*controlar e dirigir a cultura de seus leitores, que muitas vezes possui elementos de ‘bruxaria’ ou é fantástica, bem como para ‘desprovincianizar’ as noções correntes*”. (GRAMSCI, 2001, p. 211). Podemos evidenciar que é necessário ter consciência para quem a imprensa empresarial direciona em suas matérias jornalísticas, para que, assim, possamos verificar qual perfil de imprensa e conteúdo ideológico estamos tendo acesso. A fundamentação para entender a imprensa escrita deve estar relacionada ao momento histórico atestado para a sua constituição como aparelho privado de hegemonia.

Pensando gramscianamente, a imprensa é um aparelho privado de hegemonia, capaz de dirigir, direcionar e orientar a sua classe/grupo, da qual os proprietários fazem parte, sobre a relação econômica e a política. Apesar da complexidade dos conteúdos jornalísticos, é possível estudar criticamente a narração, a cobertura e o discurso de uma imprensa hegemônica. Segundo Pedro Bocayuva e Sandra Veiga,

Os aparelhos privados de hegemonia sofrem pressões dos projetos de convencimento social mais desenvolvidos na sociedade. A constituição de aparelhos privados de hegemonia e a disputa no seu interior permitem o desenvolvimento cultural que afete diretamente a consciência dos homens e mulheres em sociedade. (BOCAYUVA; VEIGA, 1992, p. 32).

Diante disso, a imprensa numa sociedade de classes, em sua produção jornalística organiza e une em um só elemento os interesses das classes dominantes - o projeto de hegemonia - transmitindo esses interesses como pólo homogêneo, sem a presença dos conflitos dentro da própria classe dominante. É através da difusão e afirmação das idéias de um projeto hegemônico que o campo da imprensa escrita ganha dimensão, ao vigiar - podendo ser as camadas populares, as frações no poder sendo ou não a que seus donos compõem -, se posicionar conforme os fatos que melhor se enquadra a seu projeto e intervir em situações que estejam de acordo com a sua ideologia. O sustentáculo, para isso, está imposto na afirmação da hegemonia e na configuração da imprensa empresarial - via donos de imprensa - como meio de concentração de capital, no caso, empresa privada. A forma de ação da imprensa não se dá de forma uníssona. Como abrimos em nosso estudo a possibilidade em focalizar e averiguar o neoliberalismo, na década de 1980, no Brasil, na revista ISTO É, trazemos essa discussão. Na abordagem, percebe-se a importância crescente dos meios de comunicações como instrumento internacional de propagação das idéias políticas neoliberais. Na ênfase de Chomsky, é *“a economia privada, em geral empresas gigantescas que controlam a maior parte da economia internacional e têm meios de ditar a formulação de políticas e a estruturação do pensamento e da opinião”*. (CHOMSKY, 2004, p. 22). Como as grandes empresas privadas detêm o controle da economia, para deslocar, terceirizar e operar a aquisições e fusões das empresas, como também no tipo de trabalho empregado nelas, é a classe capitalista que projetam a política, o pensamento e a opinião. É como ressalta Leda Paulani,

O processo de aquisições e fusões que se intensificou a partir da crise de meados dos anos 1970 foi acompanhado da transnacionalização dos grandes grupos de capital, movimento que implica não só muito mais liberdade para suas decisões, como o estabelecimento, em várias das instâncias do processo de produção e realização do valor e com variados graus de profundidade, de terceirizações, franchising, parcerias e acordos de cooperação entre estruturas empresariais no plano mundial. (PAULANI, 2008, p. 126).

O processo de aquisições e fusões fortalece, além da concentração de renda, as grandes empresas internacionais. Os mecanismos dessas empresas estão no aumento da produtividade,

no uso de novas tecnologias¹² e de produção, que só se efetua a partir de investimentos estrangeiros feitos pelas empresas internacionais nos países em que elas investem. Com o uso de novas tecnologias, a grande imprensa se intensificou, enquanto empresa privada, em exercer um impacto cultural, social, político e econômico na difusão da linha ideológica pela grande imprensa. Entender qual a linha ideológica da grande imprensa só é possível ser contemplada através de pesquisa. Em nosso caso passamos a fazer isto nos capítulos seguintes a este. Pois cada setor de meios de comunicação possui linha ideológica igual, diferente ou semelhante, por isso dever ser estudado. Ulisses Santos e Carlos Riella nos ponderam que

A (des) informação, o mascaramento das notícias (ou simplesmente a sua ignorância), o sensacionalismo, a ‘imparcialidade’ e a fabricação de um consenso fazem parte do jogo de interesses que expressa-se de forma velada através da grande mídia [no caso, internet e televisão] e de seus associados. (SANTOS; RIELLA, 1999, p. 163).

Isto quer dizer que os elementos presentes em conteúdos jornalísticos - sensacionalismo, manipulação das notícias, por exemplo - sendo firmado como modo de transmissão das idéias hegemônicas e os interesses econômicos das grandes empresas conglomeradas também devem ser investigados. Com a concentração das empresas, a política neoliberal também se intensificou com a atuação da imprensa em divulgar a ideologia do sistema capitalista do qual fazem parte.

As premissas contidas nesse tópico nos levam a investigar a possível existência de um discurso neoliberal e de afirmação de um projeto hegemônico nos marcos da imprensa empresarial. Nesta linha de raciocínio, devemos entender que a aplicação do neoliberalismo e de um projeto hegemônico faz parte do processo de manutenção da ordem capitalista.¹³ A imprensa na sociedade capitalista assume um importante papel na difusão desse pensamento e na afirmação de um projeto hegemônico, saber se a imprensa passa a utilizar discurso neoliberal em suas matérias jornalísticas, só é possível a partir de um estudo mais específico

¹² Sobre o advento das novas tecnologias, Chesnais explana que “*a convergência das tecnologias de informática e de telecomunicações, bem como a introdução das tecnologias ligadas às comunicações por satélite, ao comando numérico e às fibras óticas, criaram as condições para o estabelecimento de um sistema verdadeiramente mundial. (...) [a] potência decuplicada pela mundialização, para sustentar as firmas privadas de serviços de telecomunicações, cujo objetivo consiste agora em gerir os satélites a seu bel-prazer e em conseguir a abertura de todos os mercados nacionais ainda parcialmente protegidos*”. (CHESNAIS, 1996, p. 205). É interessante notar o crescente poderio do capital com o processo de internacionalização da tecnologia, ligando vários países do mundo por via satélite, dá sustentação ao sistema capitalista.

¹³ No seu artigo, Edmundo Dias entende que “*a ordem capitalista, ao localizar as diferenças como algo individualmente superável desloca consciente e cotidianamente as contradições para o campo da conciliação das classes. E busca transformá-las em um conjunto inorgânico de ‘pessoas’, de individualidade abstratas, como se estas não tivessem nenhuma determinação histórica, fossem átomos puros*”. (DIAS, 2006, p. 21).

sobre a imprensa. Nesse caso, cabe para nós investigar se isso estava presente na revista ISTO É.

A postura que uma imprensa empresarial pode assumir, em seu conteúdo jornalístico, com uma informação bem direcionada e bem controlada como requer o sistema capitalista, está relacionada com o processo de reprodução do capital. Deste ponto de vista, as dificuldades e dúvidas são inúmeras quando se trata de investigar um meio de imprensa, porém nada impede entender as relações sociais capitalistas a partir da imprensa. Como também os instrumentos de orientação e subordinação dessas relações, para, a partir daí, produzir o conhecimento histórico para a ação e transformação da sociedade. De imediato, podemos finalizar essa discussão, indicando que

A hegemonia é exatamente isso: a criação de uma massa de homens capazes de ‘pensar coerentemente e de modo unitário’ o presente e, portanto, de projetar para o futuro, na perspectiva de um novo patamar civilizatório. Nesse sentido, o elaborador e o sistematizador são igualmente necessários. (DIAS, 1996, p. 48).

O que vemos na imprensa empresarial é a (des)informação que se resume na defesa da manutenção da ordem social capitalista. A imprensa que procura comunicar ao leitor os acontecimentos cotidianos produz, em seus conteúdos jornalísticos, matérias que dificultam ao leitor uma leitura crítica e de reflexão, que no meio de sua produção jornalística está a difusão da ideologia e de projeto hegemônico da classe dominante. Ciro Marcondes Filho quando procurou entender a relação entre imprensa e capitalismo, afirmou que a imprensa é um instrumento de classe que consiste em suas matérias a diversidade de grupos e de interesses ideológicos. “*O surgimento da imprensa burguesa seguiu imperativos estritamente econômicos, veiculação de avisos sobre mercadorias e fatos de ordem econômico-financeira, notícias, enfim, que eram vitais para a classe do capital*”. (MARCONDES FILHO, 1989, p. 60). A expressão de uma idéia aprimorada pelos projetos hegemônicos se dá dentre outras, pela atuação da imprensa através do convencimento. Abordamos que na seqüência dessa dissertação, vamos tentar demonstrar na análise da revista a estratégia e a construção de convencimento da mesma. Produzindo uma análise histórica com a inclusão da revista ISTO É como objeto de estudo preciso, em que é possível a incorporação de diálogo da revista com a realidade histórica para a compreensão e entendimento da revista como aparelho privado de hegemonia.

A discussão produzida ao longo desse capítulo nos dará respaldo para, no próximo capítulo de análise da fonte, tentarmos encontrar vestígios (conteúdos) do paradigma

neoliberal. Para isso, passamos para o capítulo seguinte a fim de desvendar qual o projeto hegemônico da revista ISTO É e, a saber, a postura da revista em relação ao neoliberalismo.

CAPÍTULO 2

REVISTA ISTO É: A DEFESA DE UMA NOVA CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA E O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO NO BRASIL (1985-1986)

O objetivo desse capítulo - tal como o do terceiro capítulo dessa dissertação - é fazer uma análise das matérias e editoriais da revista semanal ISTO É, em que buscaremos perceber qual a posição política e ideológica assumida pela mesma no período de 1985 até 1988. Para melhor compreensão do período a ser estudado, metodologicamente, desdobramos o período em duas fases. A primeira remete ao presente capítulo, que buscará estudar, na análise da revista, como ela noticiou o processo de democratização e se ela defendeu uma nova Constituição, no período que se estende de 1985 - ano decisivo do processo de abertura política - até 1986 - discussão no Congresso Nacional para a instalação da Constituinte. A segunda fase do nosso estudo (Capítulo 3) está relacionada ao período que se sucede de 1987 - ano da instalação e dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte até 1988 - período em que estava em debate e em discussão, no cenário político brasileiro, a Constituinte, promulgada em 1988 -, depois de mais de 20 anos de ditadura militar.

O estudo da fonte permitirá debatermos e entender a posição e a atuação que ISTO É assumiu durante o processo de democratização e de instalação da Constituinte. Como também, diante da Assembléia Nacional Constituinte, a saber, qual postura esse veículo da imprensa impressa assumiu em relação à Constituinte. Partimos, principalmente, da discussão de como ela noticiou a Constituinte - dentre vários assuntos que a revista ISTO É tratou em seus conteúdos jornalístico. Tentar situar a questão da existência de diálogo da revista com o setor empresarial, com o Estado e com os partidos políticos que estavam presentes em seu conteúdo, a partir disso, tentar perceber como é travado o diálogo para a instalação e o acompanhamento da mesma com a Constituinte.

A delimitação para a análise da fonte é do período de 1985 até 1988. Devido a grande quantidade de editoriais e matérias publicadas, foram analisados e selecionados os editoriais e as matérias em que foi possível perceber uma discussão sobre a Constituinte, ou seja, os conteúdos e editoriais que abordaram a Constituinte. Das análises, além de perceber o debate travado pela revista, visamos perceber como a produção do discurso da revista sobre a Constituinte se deu, e como ela se constituiu como aparelho privado de hegemonia. Esse conceito foi produzido por Antonio Gramsci. No entender de Lúcia Neves, aparelhos privados de hegemonia “*guardam em si mesmos a possibilidades de, conforme a conjuntura histórica,*

responder contraditoriamente a determinadas demandas e orientações". (NEVES, 2005, p. 27). Se a revista se comporta como agente político e que reproduz uma ideologia que defende um projeto hegemônico e que estrutura uma prática de ação para defender esse projeto.

A concepção de aparelho privado de hegemonia será estudada através da análise dos editoriais e das matérias que discutem o processo de abertura e a produção da Constituição de 1988, cujo debate na Assembléia Nacional Constituinte ocorreu durante o governo Sarney. Os conteúdos das matérias selecionadas compõem a seção "Brasil" e uma "Política" da revista – em que apresenta os acontecimentos relativos ao Brasil. Esta seção apresenta discussão política. Diante da abordagem sobre a Constituinte,

IstoÉ começou a defender com insistência a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, [já no ano de 1984] argumentando que a superação definitiva do regime autoritário deveria passar necessariamente pela negociação política. (COUTO, 2001, p. 2817. Destaque no original).

Como se vê, no ano de 1984, *ISTO É* defendeu a necessidade de uma nova Constituição, retornando a essa questão mais forte em 1988, momento em que se estava por promulgar a nova Carta Constitucional. Tendo como referência o Dicionário Bibliográfico, durante os anos de 1984 a 1988, *ISTO É* situou sua área de jornalismo investigativo - a partir de 1984 - sempre atenta aos nomes dos possíveis presidentes nas eleições diretas e sempre atentou a movimentação e ao trabalho da Constituinte. Vendo a discussão por este lado, é o que chama nossa atenção, como também justifica, a necessidade de investigar o interesse da revista em relação à Constituinte, - nas palavras de André Couto, "*bandeira que a revista vinha defendendo havia já algum tempo*". (COUTO, 2001, p. 2818). Por ser uma bandeira defendida pela revista da Gazeta Mercantil por uma nova Constituição brasileira, a revista passou a acompanhar os passos dos trabalhos da Assembléia Constituinte, é nesse sentido que buscamos entender qual o interesse dessa revista pela Constituinte.

Devemos destacar, primeiramente, que foram levantados 159 matérias e 116 editoriais,¹ desses 116, 20 editoriais tratam centralmente da Assembléia Nacional Constituinte. Os editoriais analisados estão assinados como "Os Editores", sem a indicação dos nomes dos editores que produziram os editoriais, com exceção do último editorial - antes da fusão da revista *ISTO É* com a revista *SENHOR* - de 29 de junho de 1988, Nº 601, que foi escrito pelo proprietário argentino Domingo Alzugaray (Editora Três) e pelo proprietário brasileiro Luiz Fernando Levy (Gazeta Mercantil). Das 159 matérias selecionamos 26

¹ Ver anexo, em que contém as relações dos levantamentos dos editoriais e matérias da revista *ISTO É*.

matérias – algumas delas sem assinaturas. É importante esclarecer que uma vez feito o levantamento dos editoriais e matérias, nem todos fazem uma discussão precisa que esteja de acordo com o objetivo de nossa pesquisa, que é entender como ISTO É dialoga com a Constituinte.

Há matérias que tratam dos conteúdos da Constituinte e outras que focalizam as discussões do governo federal sobre a Constituinte. O levantamento da fonte foi o primeiro passo para sabermos se o tema que pretendemos estudar era possível se concretizar. A partir do levantamento, o segundo passo foi selecionar quais desses conteúdos jornalísticos nos deram uma dimensão melhor para a pesquisa. Devido à grande quantidade dos números de editoriais e matérias utilizamos o seguinte critério de seleção: o que focaliza mais a discussão da Assembléia Constituinte, buscando entender como dialogou a revista ISTO É com o processo de preparação e de elaboração da nova Carta Magna, com o governo e os partidos, na versão da revista, se articulam para a Constituinte brasileira.

Ao estudar e entender o funcionamento da grande imprensa como os jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*, Francisco César Pinto da Fonseca mostra

Como a grande imprensa atuou na Constituinte ao mesmo tempo como aparelho privado de hegemonia e como ator político/ideológico, pois procurou claramente orientar, dirigir os constituintes, de tal forma que os interesses de um capitalismo liberal e conservador fosse configurado. Estes papéis implicam estratégias diversas, entre as quais opor uma suposta maioria liberal – majoritária, portanto seja na sociedade seja na Constituinte, via ‘Centrão’, embora tida como silenciosa e pouco organizada – a uma minoria considerada radical e hiper organizada, a minoria esquerda. Esta, contudo, teria hegemonia na Constituinte, sobretudo na Comissão de Sistematização. (FONSECA, 2001, p. 323).

A razão para essa citação é enfatizar que a grande imprensa, no caso, os jornais *O Globo* e *a Folha de São Paulo*, teve como questão importante a Assembléia Constituinte. Sua atuação e orientação aos constituintes brasileiros procuraram marcar na sociedade capitalista os interesses do capital. Com vista à importância da Constituinte para a grande imprensa – como já foi elencado por nós anteriormente, a bandeira levantada pela revista da Gazeta Mercantil da necessidade de uma Assembléia Nacional Constituinte -, visamos entender qual atitude e postura a revista ISTO É, enquanto empresa privada, tomou para orientar e dirigir os constituintes, enquanto aparelho privado de hegemonia.

2.1 O NOVO MECANISMO DO EMPRESARIADO BRASILEIRO: A CONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO ATRAVÉS DA CONSTITUINTE

A idéia central desse tópico não é mostrar a tática, não é discutir a organização da classe empresarial, da classe trabalhadora, nem o papel político dos militares, e muito menos discutir as emendas constitucionais aprovadas no Congresso Nacional, mas fazer uma reflexão sobre o período de discussão da Constituinte, para que assim possamos compreender o próximo capítulo, cujo objetivo central é a Constituinte na narrativa de ISTO É. Essa reflexão terá como eixo a ação da burguesia brasileira, pois a partir dessa reflexão, pretendemos perceber, pela análise investigativa da fonte, se há alguma relação da revista ISTO É com a burguesia urbana e como ela se relacionou com essa burguesia, defendendo seu projeto hegemônico.

Em poucos momentos da história do Brasil a sociedade se mostrou tão voltada ao mesmo foco histórico, reivindicando a liberdade e a democracia, como foi o movimento das “Diretas-Já”, em 1984, que reuniu movimentos populares, políticos e pessoas contrárias ao regime militar, por mais divergências políticas que estavam presentes naquele momento. Só para termos uma idéia de como a campanha se procedeu com força pelo Brasil, Marly Rodrigues, reflete que

A campanha das ‘diretas-já’ foi coordenada pelo Comitê Central Nacional Pró-Diretas, órgão suprapartidário que contou com a participação dos partidos de oposição, de associações estudantis e profissionais e das centrais sindicais. Em todo o País, entre janeiro e abril de 1984, realizaram-se nas capitais e principais cidades comícios que reuniram multidões. O maior deles aconteceu no Anhangabaú, em São Paulo, ao qual compareceram cerca de 1,7 milhão de pessoas que, sob o clima de absoluto entusiasmo, entoaram o estribilho ‘um, dois, três, quatro, cinco, mil, queremos eleger o presidente do Brasil’ e o ‘Caminhando’, música de Geraldo Vandré, quase um hino da campanha. (RODRIGUES, 2001, p. 18-19).

Além da força da campanha pela “diretas-já”, outro assunto passou a se tornar importante para os trabalhadores, estudantes, empresários e políticos, a Constituinte. “*Muito se falou sobre a Constituição. A imprensa e os constituintes políticos a exaltaram como instrumento antiditatorial*”. (RODRIGUES, 2001, p 26). A tão esperada Assembléia Nacional Constituinte fez com que o empresariado (urbano e rural) se reorganizasse politicamente para eleger os seus representantes para compor a Comissão de Sistematização na Assembléia Nacional Constituinte, em que pudesse defender o seu interesse, da mesma forma, aconteceu com a classe trabalhadora – em especial através do Partido dos Trabalhadores (PT) – que além

de pretender representar essa mesma classe no campo da política, se apresentava também como instrumento de organização dos trabalhadores.

É importante ressaltarmos que no Brasil, segundo Eli Diniz e Renato Boschi, a classe empresarial urbana passou por três momentos de ação enquanto ator político. O primeiro (1930-1945) *“caracteriza-se por um amplo processo de diferenciação do empresariado industrial face aos segmentos agroexportadores. (...) A incorporação do setor empresarial ao sistema político se deu através da participação no esquema corporativo tutelado pelo Estado”*. Em que os empresários passaram a ter presença na negociação entre os grupos econômicos e os setores do aparelho do Estado. O segundo momento, década de 1950, é marcado pela presença da FIESP, na defesa do capital estrangeiro *“os industriais defenderiam uma postura relativamente aberta, preconizando a colaboração entre capitais nacionais e estrangeiros em prol do fortalecimento do capitalismo industrial no país”*. Enquanto no terceiro momento, no período militar no Brasil, foi dividido em duas fases: 1^a) *“presença dos interesses industriais na esfera do Estado, com a criação de novas arenas de negociação entre os setores público e privado”* e 2^a) caracterizado pelo *“fechamento crescente do processo decisório que levou a uma progressiva exclusão dos empresários de instâncias estratégicas para a definição das grandes diretrizes de política econômica”*. Nesse último caso, a *“insatisfação crescente do empresariado manifestou-se através de uma campanha contra a estatização da economia, culminando com a retirada de apoio, por parte do setor industrial, ao regime autoritário”*. (DINIZ; BOSCHI, 1989, p. 119-122).² Com a retirada de apoio ao regime militar, na década de 1980, o empresariado passou a se reorganizar para obter apoio de constituintes políticos que defendessem seus interesses na Assembléia Nacional Constituinte, o que veremos mais adiante.

O processo para a elaboração da nova Carta Constitucional trouxe um debate dentro do Congresso: a discussão de que os senadores e os deputados que estavam compondo o Congresso Nacional não era aceitável pelos brasileiros para discutir a nova Carta, pois eles foram eleitos em plena vigência da ditadura. Nesse caso, significava que teriam que eleger os novos representantes para discutir a Constituição, o que viabiliza dizer que a burguesia procurou fazer presença na Constituinte através dos constituintes escolhidos por ela. E conseguiram, pois

as eleições produziram um Congresso Constituinte de maioria *conserviológica* (conservadora e fisiológica). Um grupo numeroso de

² Essa discussão foi retirada da obra de DINIZ; BOSCHI, 1989.

deputados passou a representar os interesses do capital urbano e rural, independente dos partidos de que fossem parte. (DREIFUSS, 1989, p.103. Destaque no original).

A Constituição de 1988 teve em seus conteúdos, emendas populares, em que a característica dessa Constituição aparenta ter um avanço, cujo resultado, foi uma Constituição conservadora sem muitos avanços em seus conteúdos. Marly Rodrigues atenta que “*deve-se ao ‘Centrão’ a aprovação de algumas medidas mais conservadoras da Constituição*”. (RODRIGUES, 2001, p.25). A força no Congresso justifica René Dreifuss que

A UB [União Brasileira de Empresários] e as entidades por ela representada, tinham motivos de sobra para festejar, já que **o empresariado levava para a Constituinte** uma bancada de não menos de 60 deputados e senadores de todo o país, de **diversos partidos, todos eles comprometidos com a defesa de seus interesses**. (DREIFUSS, 1989, p. 106. Grifos meus).

Em outras palavras, a União Brasileira de Empresários atentou para os partidos que defendessem seus interesses (econômicos) na Constituinte. No ano de 1988, por ser um ano eleitoral, vários partidos políticos entraram em disputa tanto no processo eleitoral como na construção da elaboração da Constituinte em que defendiam cada qual seu programa político como: o PMDB, PFL, PTB, PL, PDC e PT. Esta disputa se acirrou e acabou por ocorrer vários rachas nos partidos políticos, por discordâncias dos membros do próprio partido, como por exemplo, a criação do PSDB que se deu por divergências de uma parte dos políticos dentro do PMDB.

Nos anos dos trabalhos da Constituinte, os constituintes eleitos que formaram a Comissão de Sistematização na Assembléia Nacional Constituinte, provenientes de diversos partidos políticos, divergiram em torno dos seguintes itens temáticos:

A estabilidade de emprego, a jornada de trabalho, a liberdade sindical e de greve, a reforma agrária, o sistema de governo - presidencialista ou parlamentarista -, mandato presidencial e sistema eleitoral. (RODRIGUES, 2001, p. 25).

Na Assembléia Nacional Constituinte, houve várias propostas apresentadas em relação a estes pontos que contrariavam os interesses da burguesia, o que levou a sua mobilização e determinou que os avanços nessas temáticas tenham sido limitados. Marly Rodrigues ressalta que

A importância de uma Constituição à qual foram incorporadas algumas liberdades, como a proibição da censura e reconhecidos alguns direitos, como o de greve e de não-interferência do Estado nas organizações sindicais, é inegável. Mas é indiscutível que sua existência não altera os desequilíbrios sociais e nem garante que o nela instituído é direito de todos os brasileiros e muito menos que ela abarcará as tensões próprias do confronto democrático entre as classes sociais. (RODRIGUES, 2001, p. 27-28).

Vejamos isso mais de perto. A incorporação de conteúdo de interesse da classe trabalhadora na Constituição foi uma maneira de mascarar, ou se preferir, manipular a característica presente na Constituição, o conservadorismo, como também evitar conflitos entre as classes dominante e trabalhadora, ou seja, a luta de classes. A Constituinte não conseguiu extinguir os confrontos existentes entre as classes sociais, e tendeu a aumentar mais a desigualdades sociais entre as classes, já que dentro do processo de elaboração da Constituinte, houve manobra em defesa dos interesses da classe dominante. Desde a escolha dos políticos que iriam elaborar a carta até a votação das emendas, a classe dominante brasileira, através da Comissão de Sistematização, procurou manobrar todo o processo de estruturação e de preparação da Constituinte. Ainda com base em Marly Rodrigues, os pontos elencados foram os motivos das divergências que fizeram “*por rachar os partidos de centro e de direita – PMDB, PFL, PDS, PTB, PL e PDC*”. Enquanto

Os partidos de centro esquerda e de esquerda – PDT, PCB, PC do B e PT - atuaram em bloco, preservando assim a defesa das posições e a possibilidade de algumas vitórias nas votações. As divergências de posição entre os membros de um mesmo partido deram origem a um grupo suprapartidário – o ‘Centrão’ – constituído por políticos de direita e conservadores. (RODRIGUES, 2001, p.25).

Devido às divergências entre políticos de um mesmo partido, acabou por fragilizar esses partidos e o empresariado brasileiro diante dos partidos de esquerda, sem dizer dos direitos que a classe trabalhadora vinha reivindicando e lutando politicamente. Para melhor entendimento pontuaremos a proposta do PCB que foi produzida pelo próprio partido em 1986. Algumas de suas propostas deram atenção aos direitos dos trabalhadores, de acordo com o PCB

No entendimento dos comunistas, no Estado de Direito democrático o domínio do espaço dos locais de trabalho estará aberto à conveniência com o exercício das atividades sindicais, e o poder de gestão deverá ser arejado pela interveniência dos trabalhadores de forma a assegurar uma participação mais justa nos resultados econômicos. Enfim os empregados deixam de ser meros sujeitos passivos nos seus locais de trabalho, a mercê de seus patrões,

e estes por sua vez deixam de poder tudo, em benefício da valorização substancial do cidadão-trabalhador. (...). Também foi prevista a obrigatória participação dos trabalhadores, com representação eleita diretamente, na gestão das empresas públicas, mistas e concessionárias de serviços públicos, posto que ninguém melhor do que os próprios trabalhadores têm condições de contribuir para uma gerência eficaz dos serviços de interesses fundamental da população. (PCB, 1986, p. 11).

Pelas propostas do PCB, percebe-se a defesa do Estado de Direito democrático e a participação e valorização do “*cidadão-trabalhador*” na defesa dos interesses da população como um todo através dos representantes dos trabalhadores na Constituinte. Mas como os empresariados conseguiram obter a maioria de seus representantes políticos na Assembléia Nacional Constituinte,

A questão sindical e trabalhista era esvaziada como foco de pressão sobre a Constituinte e sobre o governo, separando-se as questões imediatas (econômicas, sociais, sindicais e políticas) numa lateral de campo. Desta forma, neutraliza-se a possível junção dos tópicos restritos com os globais, evitando-se o desgaste do governo e da própria UB, que passavam a ter espaço livre para cuidar do Congresso. (DREIFUSS, 1989, p. 124. Grifo meu).

E não foi só isso, “*o empresariado urbano intensificou seus esforços para barrar as propostas ‘indesejáveis’ e impor um perfil palatável à Constituinte. Mas evidenciou importantes divergências internas, além de contradições com os membros do Centrão*”. (DREIFUSS, 1989, p.190). Dentro da Assembléia o empresariado teve que lutar politicamente para limitar a intervenção da esquerda como também barrar as políticas conservadoras do “Centrão”. Uma entidade do setor do empresariado, a FIESP, defendia

A mais ampla liberdade de ação para o capital, (...), a promulgar uma Constituição que adotasse “princípios baseados na liberdade de mercado, na propriedade privada dos meios de produção e na eliminação das distorções existentes no tratamento dispensado ao capital estrangeiro”, além de recomendar a rejeição de limitações à jornada de trabalho e às demissões. (DREIFUSS, 1989, p. 191-192).

Em vista disto, não havia homogeneidade entre o setor da classe empresarial. A FIESP defendia a liberdade de mercado, propriedade privada dos meios de produção e a ação para o capital estrangeiro, mas não possuía posição clara em relação a seu objetivo. Nos estudos sobre a FIESP, o cientista político Francisco César P. Fonseca atenta sobre a FIESP que

Suas posições guardam marca da ambigüidade, pois ao mesmo tempo em que defende parte significativa da agenda ultraliberal, sobretudo as privatizações e o enxugamento do Estado, deixa clara a necessidade de se proteger a indústria nacional, da qual é representante (...). A entidade defende uma articulação “intensa, ampla e profunda” do capital nacional com o estrangeiro, de modo que haja uma complementaridade entre ambos. Isto implicaria o estabelecimento de áreas selecionadas ao investimento estrangeiro. (FONSECA, 2001, p.75).

A posição assumida pela FIESP está em defender a agenda ultraliberal, como argumenta Francisco Fonseca, e, ao mesmo tempo, defender a indústria nacional. Isso torna difícil entender a sua atuação, pois ao defender o capital nacional, a FIESP, segundo Francisco Fonseca, parece promover “*uma competição com o capital estrangeiro*”. (FONSECA, 2001, p.76). Dentro da abordagem do estudo sobre a Assembléia Constituinte, o jurista Raymundo Faoro³, ao procurar entender o significado da Constituinte, argumenta que

Com a Constituição, o poder não apenas se organiza, senão que, submetido ao controle de baixo, se legitima, estabelecendo as regras fundamentais que permitem a emergência de novas forças sociais, sem privilegiá-las e sem oprimir as minorias que outrora foram majorias assegurando-lhes os meios de entrar e sair do poder sem abalos sociais e sem convulsões políticas. A Constituição, finalmente, é a suprema força política do país, nas suas normas e valores coordenadora e árbitro de todos os conflitos, sempre que fiel ao poder constituinte legitimamente expresso. (FAORO, 1985, p.15-16).

A Constituição tem dentre seus objetivos, para o Estado, assegurar e respeitar os deveres e direitos da população, cabendo a população cumprir com os seus deveres em relação à Constituição. Pela Constituição são vigentes a norma e a regra de como o Estado deve funcionar. Segundo Marília Garcia,

A idéia de uma Constituição é (ou, pelo menos, deve ser) fruto de um amplo debate entre as forças vivas da nação, da sociedade civil, que é composto por cada um de nós e pelos grupos aos quais pertencemos: sindicatos, associações profissionais, escolas, igrejas, partidos políticos, clubes e outros agrupamentos. O produto desse debate deverá ser um pacto social, um acordo de todos, guiado pela vontade da maioria, sobre como deve funcionar a sociedade. O produto desse debate deverá ser a Constituição. (GARCIA, 1986, p. 10).

Se a formulação da Constituição é o debate entre as entidades e grupos, cujo resultado desse debate seria, em tese, a vontade da maioria, o resultado desse debate foi distorcido dentro da Comissão de Sistematização, pois o cenário da Assembléia Nacional Constituinte

³ Foi colunista semanal da revista SENHOR de propriedade de Domingo Alzugaray.

foi controlado pelos grupos da União Brasileira de Empresários (UB) e pelos políticos que compõem o “Centrão”. Para evitar muitas intrigas, a Assembléia Nacional Constituinte procurou

produzir uma Constituição confortável, que satisfizesse, na medida do possível, as expectativas da Sociedade Política Empresarial, da Sociedade dos Políticos Desarmados, do Governo Estatal e da Sociedade Política Armada. (DREIFUSS, 1989, p. 106).

Com a classe dominante no cenário político brasileiro, para evitar os conflitos entre esses grupos, os constituintes políticos na Assembléia Nacional Constituinte procuraram atender aos que detêm o poder - econômico, político-, cada um com seus interesses. Para se ter uma idéia de como funcionava a elaboração da Constituinte, nos pautaremos nas ponderações de Marly Rodrigues.

Segundo o regimento interno, aprovado depois de acordo entre PMDB, PFL, PDS e PTB, os 487 deputados e 72 senadores que compunham o plenário seriam divididos por oito comissões temáticas, cuja atribuição era estudar e apresentar propostas para a nova Carta, e uma Comissão de Sistematização encarregada de redigir os projetos preparados pelas demais comissões. As comissões temáticas estavam divididas em subcomissões que atendiam a representantes da sociedade portadores de propostas, e discutiam um projeto para cada tema constitucional. (RODRIGUES, 2001, p. 25).

Como podemos perceber, as entidades e grupos enviaram seus representantes para apresentarem as suas propostas para a elaboração da nova Carta Constitucional. Porém, a luta de classes passou a se dar dentro e fora do espaço da Constituinte, pois a Comissão de Sistematização teve que atender determinado setor como o empresarial, o rural, etc., incorporar emendas populares, ao mesmo tempo implantar os interesses da classe dominante. Tendo em vista que *“a classe e os setores economicamente dominantes tratam de impor a sua hegemonia sobre as demais classes e usam, para prevalecer, os aparelhamentos intelectuais de que dispõem”*. (FAORO, 1985, p. 59). Através da Constituinte a classe dominante encontrou meio de impor e de consolidar o seu projeto de hegemonia, de se manter e controlar o poder. Depois de mais de vinte anos de ditadura militar-civil e do uso do aparelho repressivo, *“os militares atuaram eficazmente e discretamente no interior da Constituinte, ficando para os ministros o exercício público, conflitivo e por vezes espalhafatoso da tutela militar, numa profícua e bem-montada divisão de trabalho”*. (OLIVEIRA, 1994, p. 122). Se a

classe empresarial e a classe trabalhadora enviaram os seus representantes com propostas para a nova Carta, a classe militar não ficou de fora desse momento de construção da Constituinte.

A revista acompanhava e noticiava em suas matérias e em seus editoriais as informações do andamento, de preparação e da elaboração da Assembléia Constituinte como também do que se passava dentro do Congresso Nacional.

A Assembléia Nacional Constituinte trabalhou entre 1987 e 1988 na elaboração da nova Constituição num ambiente nacional de intensa mobilização de interesses junto ao Estado, em particular junto ao Legislativo dotado de poderes constituintes. (OLIVEIRA, 1994, p. 119).

O período de preparação e de instalação para a Assembléia Nacional Constituinte, de elaboração e de estudos dos textos constitucionais e de aprovação da nova Constituição brasileira, mobilizou setores de movimentos populares, de classe política e militar, empresários (urbano e rural), dentre outros, de vários setores de imprensa como, a revista *ISTO É* – que vamos estudar – e os jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo* – estudado por Francisco Fonseca. Vamos, então, entender de que forma a revista acompanhou o trabalho da Constituinte.

2.2 CONSTITUINTE: COMO ISTO É SE POSICIONOU?

Antes de darmos início à análise de nossa fonte, vamos, primeiramente, entender a revista *ISTO É* desde o ano de sua criação - 1976 - até o ano da promulgação da Constituinte - 1988. Partimos da criação da revista *ISTO É*, que passou por dois processos de fusão na década de 1980. A revista foi criada pelo argentino Domingo Alzugaray - proprietário da Encontro Editorial - e pelos irmãos, o editor Demitrio Carta (Mino Carta) e Luis Carta. O lançamento da revista (1976) se deu no contexto em que o Brasil passava pela reabertura política – projeto de redemocratização, pelo General Ernesto Geisel – ainda sob a ditadura militar,

Editada em São Paulo pela Encontro Editorial Ltda, a partir de maio de 1976. Publicada com periodicidade mensal nos seus dez primeiros números, em março de 1977 *IstoÉ* passou a circular mensalmente. Desde o seu lançamento, apresentou-se como uma revista de variedades, ocupando-se de política, econômica, ciência, comportamento, artes, esportes e outros assuntos. (COUTO, 2001, p. 2815. Destaque no original).

ISTO É na década de 1980 passou por vários processos de reconfiguração e reestruturação dentro dos quadros de sua diretoria.⁴ O primeiro processo de fusão ocorreu no ano de 1984 com o jornal *Gazeta Mercantil*, de propriedade do brasileiro Luis Fernando Lévy,

(...) em janeiro de 1984, Fernando Moreira Sales e Antônio de Franceschi anunciaram a associação da revista com o jornal *Gazeta Mercantil*, “num projeto que, mantendo a identidade e as características de cada um dos veículos, permita o fortalecimento de ambos e o melhor aproveitamento de seus respectivos potenciais de mercado”. Na verdade, *IstoÉ* estava sendo incorporada pela *Gazeta Mercantil*. (COUTO, 2001, p. 2817. Destaque no original).

Mas é importante detalhar que a incorporação ocorreu, pois ISTO É, no ano da fusão, já era de propriedade de Luis Fernando Lévy desde 1981, pois ela foi vendida por Domingo Alzugaray naquele ano. Conforme pesquisa feita sobre a história da revista, apresenta-se como motivo da venda da revista, a falência da editora (Encontro Editorial) que editava ISTO É. Com o novo controle acionário da revista, o editor Mino Carta teve dificuldade de se relacionar com o novo dono da ISTO É (Luis Fernando Lévy). Para Beatriz Kushnir

Carta dirigiu a *IstoÉ* por mais de um ano, deixando a revista em 1981, segundo declarou, pelas suas relações estreitas com a esquerda e sua dificuldade de relacionamento com os novos donos da revista e o pessoal da redação. (KUSHNIR, 2001, p. 1152. Destaque no original).

Outra informação que obtivemos sobre a revista é a da historiadora Selma Martins Duarte: “*pouco mais de um ano, em 13 de maio de 1981, ocorreu nova configuração nos quadros da diretoria de Isto É, em função de problemas com a censura*”. (DUARTE, 2007, p. 46). A revista além dos problemas financeiros, como a da Encontro Editorial, teve problemas com a censura do período militar. Como argumenta Beatriz Kushnir que

Segundo Carta, faltou a esse periódico [Jornal da República] respaldo financeiro e apoio publicitário. O acúmulo de dívidas os obrigou [Carta e Alzugaray] a, além de vender o jornal [Jornal da República], vender também a *IstoÉ* para Fernando Moreira Sales. (KUSHNIR, 2001, p. 1152. Destaque no original).

Em 1983, “*IstoÉ esteve entre os primeiros órgãos da grande imprensa a apoiar campanha das diretas*”. (COUTO, 2001, p. 2817). Além do apoio a “Diretas-Já”, a revista

⁴ Para obter informações detalhadas sobre a reconfiguração da diretoria de ISTO É, ver: dissertação de Mestrado de DUARTE, 2007. No capítulo sobre “A imprensa brasileira e a criação de *Isto É*”; e COUTO, André. Verbete: *Isto É*. In: **Dicionário Histórico-Bibliográfico pós 1930**. 5 Vol, 2001.

ISTO É também apoiou à convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte em 1984. A revista, de forma conciliatória, além de saudar, procurou sustentar a eleição indireta de Tancredo Neves. Com o falecimento de Tancredo, o cargo da presidência da República foi ocupado pelo seu vice José Sarney. Uma das marcas do governo Sarney foi o agravamento da crise econômica na década de 1980, fazendo com que o presidente José Sarney decretasse, em 1986, o Plano Cruzado. Segundo André Couto, os editores da revista ISTO É entendiam que “*tais medidas só produziriam o efeito desejável se concentrassem esforços no controle do déficit público, no fim das emissões monetárias e na manutenção do valor real dos salários*”. (COUTO, 2001, p. 2817). Outra marca desse governo - além da crise política - foi a Assembléia Nacional Constituinte em que vários projetos políticos entraram em disputa durante o processo constituinte. Como ISTO É já defendia essa convocação passou a acompanhar a discussão durante o processo constituinte brasileiro.

O segundo processo de fusão de ISTO É (propriedade de Luis Fernando Lévy) ocorreu em 1988 com a revista SENHOR, pertencente a Editora Três, de propriedade de Domingo Alzugaray. A fusão das duas revistas ocorreu em “*julho de 1988, [quando] Alzugaray recomprou IstoÉ, que vendera sete anos antes [1981], e a uniu com Senhor*”. (CONTI, 1999, p. 422). A fusão dessas duas revistas recebeu o nome comercial de ISTO É/SENHOR, sendo de propriedade de Domingo Alzugaray, e foi lançada e editada pela Editora Três.⁵ No ano de 1988, a revista ISTO É publicou seu último número em 29 de junho de 1988 – Nº 601. A revista ISTO É/SENHOR tem o seu primeiro número publicado em 11 de julho de 1988.

A fusão das revistas, segundo o último editorial (29 de junho de 1988) foi comunicado aos leitores de ambas as revistas fundidas da seguinte maneira:

A Gazeta Mercantil S.A. e a Editora Três Ltda. comunicam aos leitores, clientes, anunciantes e fornecedores terem concluído a operação de transferência da revista ISTOÉ. Por esta operação, a Editora Três Ltda assume a propriedade desta revista, bem como de seu acervo de assinaturas. A Editora Três Ltda., a partir da edição com data de capa de 13 de julho deste ano, se compromete a manter regularmente a entrega da revista a seus assinantes, bem como a distribuição em bancas da revista ISTOÉ e SENHOR, que resultará da fusão entre esta revista e a revista SENHOR. O processo de fusão de ambas as publicações demandará, como é natural, um pequeno período de adaptação estrutural, não superior a uma semana, durante o qual a distribuição normal da revista ISTOÉ será interrompida. O exemplar equivalente à semana próxima, cuja data seria de 6 de julho de 1988, em que a revista ISTOÉ não circulará, será repostado a todos os

⁵ É importante mencionarmos que hoje, as revistas publicadas pela Editora Três, têm: além de *ISTOÉ*, *ISTOÉ DINHEIRO*, *ISTOÉ GENTE*, *PLANETA*, *ÁGUA NA BOCA*, *MOTOR SHOW*, *MOVIMENTO* – essa última é a revista da União Nacional dos Estudantes (UNE) -, etc.

assinantes com a entrega de um número adicional em relação aos contratos de assinatura vigentes. Da mesma forma, os anúncios programados para a próxima semana serão compensados nas edições subseqüentes da nova revista que será dirigida aos assinantes de ISTOÉ e de SENHOR, totalizando uma tiragem de 250 mil exemplares. Estamos certos de que todos – assinantes atuais de ISTOÉ e de SENHOR, assim como os anunciantes das duas revistas – serão amplamente beneficiados com o resultado de uma operação que reunirá o que há de melhor em cada uma e continuará, com redobrado vigor, introduzindo aperfeiçoamentos editoriais e gráficos na nova publicação. (ISTO É, 29.06.1988, p. 19. Na íntegra).

Citamos o editorial completo para que possamos ter uma melhor dimensão e entender como os proprietários de ambas as revistas noticiou o processo de fusão entre as revistas ISTO É e SENHOR. A comercialização e a existência dessa revista ISTO É/SENHOR durou pouco - 1988 até 1991 -, quando ela retornou a utilizar comercialmente o seu antigo nome no mercado brasileiro, ISTO É. A historiadora Selma Martins Duarte argumenta que ISTO É

Por um longo período foi a segunda revista de maior circulação nacional e que, diferentemente, de *Veja*, tem um número pequeno de pesquisas sobre sua atuação em nossa sociedade. As duas revistas [*Veja* e *Isto É*] de maior circulação na década de 1980 e 1990, foram fundadas sob a editoração de Mino Carta, com uma distância de aproximadamente uma década [do ano de criação da cada uma das revistas]. (DUARTE, 2007, p. 15).

Além de ser editada por Mino Carta, a revista ISTO É teve vários nomes que colaboraram para o seu crescimento e sua sustentação comercial e financeira. É importante ressaltar que, nas palavras de André Couto,

Desde a sua origem, a revista distinguiu-se por apresentar um amplo e prestigiado corpo de colaboradores, modificado e ampliado no decorrer dos anos, mas contando sempre com personalidade da área acadêmica e do jornalismo brasileiro, tais como Raimundo Faoro, Vilas Boas Correias, Francisco Weffort [entre outros]. (COUTO, 2001, p. 2816).

No ano de seu lançamento (1976), a revista da Encontro Editorial era semelhante à revista americana *Esquire* “mensal, sofisticada, predominantemente para homens, mas sem mulheres nuas”, (CONTI, 1999, p. 433) já em 1977, perdeu sua característica inicial e se tornou uma revista política. Para Mario Sergio Conti, isso se deu “a rápida sucessão de donos e redações levou a *IstoÉ* a perder a sua identidade [inicial]”. (CONTI, 1999, p. 435). Por ser tornar uma revista política, a revista ISTO É, conforme a historiadora Selma Martins Duarte, “dirigia-se ao público masculino de classe média e alta”. (DUARTE, 2007, p. 35).

Além da característica da revista e o público a quem era destinado o conteúdo de ISTO É, segundo Mario Sergio Conti, “*com os governantes, a postura de Alzugaray era que IstoÉ fosse crítica quando achasse necessário*”. (CONTI, 1999, p. 424. Grifo meu). Segundo ele, todos os conteúdos da revista ISTO É passavam pelas mãos de seu proprietário Domingo Alzugaray antes da publicação, era ele quem decidia o que devia ou não ser publicado. Mario Sergio Conti pondera que Domingo Alzugaray “*não proibia IstoÉ de apurar denúncias contra eles. Mas só publicava as reportagens se elas fossem ‘inevitáveis’ – ou seja, se fossem exclusivas*”. (CONTI, 1999, p. 424). A mesma revista foi a primeira, através de seu editor Mino Carta, a perceber o potencial dos movimentos antiditatoriais durante o período militar no Brasil. Como explana Mario Sergio Conti, o editor da revista ISTO É Mino Carta

Antes que Veja, percebeu o potencial do movimento estudantil e a força do novo sindicalismo que nascia no ABC paulista. Foi ele [Mino Carta] quem publicou a primeira capa com Luis Inácio Lula da Silva. (...) [Mino Carta] fazia reportagens sobre o crescimento dos movimentos antiditatoriais e as crises do regime militar. (CONTI, 1999, p. 433-434).

Por destacar, acompanhar e noticiar o descontentamento dos movimentos sociais antiditatoriais no Brasil, ISTO É, defendendo seu projeto hegemônico, também fez suas matérias jornalistas narrando o chamamento de uma Assembléia Nacional Constituinte brasileira. Como se vê, ao fazer isso, fica evidente que houve interesse da revista da Gazeta Mercantil (no período de produção da nova Carta Constitucional, a revista ISTO É pertencia a Gazeta Mercantil, como já discutimos anteriormente no processo de fusão) com o trabalho da Constituinte. Para buscarmos entender o posicionamento de ISTO É vamos examinar atentamente os editoriais e as matérias, com o objetivo de demonstrar como a revista dialogou com a Constituinte em suas páginas. Na tentativa de indicar a percepção da revista, sobretudo a prática narrativa em que residirá o instrumento pelo qual a revista orientou e direcionou os seus constituintes em que procuraram defender o mesmo projeto hegemônico – a que vamos identificar nesse tópico. E é nessa linha de raciocínio que este tópico tem por assunto principal, a ação de ISTO É enquanto imprensa – agente político e ideológico, em que procura convencer o leitor das informações e opiniões publicadas por ela. Sabemos que para uma caracterização mais precisa dos estudos da fonte, devemos considerar como fundamentais: a) a sua ação enquanto imprensa, b) enquanto agente político (a qual pretendemos averiguar) e c) como percepção da realidade, a que setor ela está relacionada, orientando e direcionando em suas páginas jornalísticas.

É importante especificar que o término da ditadura no Brasil e na América Latina, na década de 1980, ocorreu por via de um pacto civil-militar. Por esse pacto os militares⁶ permaneceram no cenário político mesmo que a classe política tenha trabalhado com a noção de uma democracia para o país. De acordo com o estadunidense James Petras, o

Enfraquecimento das democracias na América Latina foi a decisão da classe política eleitoral de aceitar a idéia de um pacto com as instituições autoritárias. Em virtude do **pacto militar-eleitoral os civis concordaram dividir com os militares, adotar o novo modelo exportador** e assegurar a impunidade ou conceder anistia aos funcionários estatais culpando de crimes de lesa-humanidade. Nos casos em que a impunidade ou a anistia não foram concedidos imediatamente, a presença e o poder dos uniformidades no novo regime de convivência assegurou o mesmo resultado a custo prazo. As leis de impunidade permitiram a continuidade das mesmas pessoas, instituições e ideologias responsáveis pelo terror de Estado. (PETRAS, 1999, p. 79. Grifo meu).

No marco da história brasileira, o ano de 1985 deu início à chamada “Nova República” que consiste no processo de transição do período militar para o período civil. David Maciel ao realizar um estudo político sobre a ditadura no Brasil buscou entender a institucionalização da mesma, como também à “Nova República”. O autor enfatiza que

A conjuntura política que se estendeu dos meses de abril de 1984 a março de 1985 foi marcada por um amplo processo de negociação política, sediado fundamentalmente no campo da interlocução liberal e envolvendo o conjunto de oposição burguesa, setores da oposição antiautocrática e setores expressivos do campo governista. Esse processo de negociação viabilizou a criação da Aliança Democrática e a eleição indireta de Tancredo Neves à Presidência da República, permitindo a recomposição entre as diversas frações do bloco no poder, em torno de uma solução para a crise do cesarismo militar que não representasse ruptura imediata com a institucionalidade autoritária reformada e, principalmente, com a ordem social burguesa. (MACIEL, 2004, p. 305).

A negociação política foi marca do processo de efetivação para a democracia burguesa no Brasil. Em virtude dos embates ideológicos existentes dentro da própria classe burguesa, consubstanciou-se a criação da Aliança Democrática, que de acordo com David Maciel, foi a alternativa de negociação e manutenção da ordem burguesa brasileira. O que culminou com a eleição indireta de Tancredo Neves e José Sarney, na formação de uma Frente Liberal (nascida do acordo político entre os partidos PMDB e PDS). Para o historiador Maciel,

⁶ Em seus estudos, James Petras define a ditadura na América Latina como “*regimes militares neoliberais*”. (PETRAS, 1999, p. 78).

A vitória da candidatura presidencial de Tancredo Neves consolidou um processo de transição política cujos marcos históricos já se encontravam definidos no próprio projeto de distensão e no encaminhamento do processo de abertura. (MACIEL, 2004, p. 320).

A existência do projeto de transição foram os acordos estipulados pela Aliança Democrática. Tancredo Neves por estar doente não tomou posse na presidência da República cabendo, então, a seu vice José Sarney a responsabilidade de efetivar o processo de transição na política brasileira. Essa discussão foi feita pela revista ISTO É em meio a seu editorial “**Tudo bem**” (20.03.1985),

No entanto, fora das especulações tipicamente populares a respeito da saúde do presidente Tancredo Neves, não se registrou nada parecido com uma crise constitucional. (...) O Brasil começou um novo período presidencial sem a presença do eleito na cerimônia de posse e não aconteceu nada de extraordinário - ou melhor, quase nada além da inesquecível ovação ao presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães, quando emergiu do Congresso em direção à rampa do Palácio do Planalto. Nenhum desses indícios garante que o Brasil se tornou imune a crises. Mas é bom registrar que só lugares democráticos podem conceber uma posse presidencial sem a participação do interessado. (ISTO É, 20.03.1985, p. 19).

Dentro dessa passagem, ISTO É acredita que a crise da ditadura seria resolvida com o processo de “transição democrática”, de um período autoritário para a democracia, a partir da posse de um presidente civil, no caso, Tancredo Neves. Como vimos nos argumentos do historiador David Maciel, a vitória de Tancredo Neves (PMDB) permitiu a reorganização das frações burguesas (bloco no poder) sem romper a ordem burguesa, foi essa mesma vitória que permitiu sancionar a crise da burguesia advinda da ditadura. Em virtude dessa nova organização, embora não tenha sido abordada pela revista, ela deu importância para o retorno do presidente Tancredo Neves para concluir a “transição democrática” e dar continuidade à negociação política. Essa importância que a revista deu para a figura do presidente Neves foi discutida no editorial publicado em 27.03.1985. Segundo ISTO É,

Desde logo foi possível verificar que o novo governo é de coalizão - e não de transição. Enquanto o destino do dr. Tancredo Neves oscilou entre boletins médicos contraditórios, os responsáveis pelas duas forças da Aliança Democrática, ou seja, o PMDB e o PFL, se viram compelidos a reconhecer que não é o engenheiro do pacto que as une, no caso o presidente adoecido, que pode garantir a execução do programa comum, mas sim o interesse de cada um dos grupos. A construção da democracia, o ataque à inflação e o início do moderado processo de reformas econômicas e sociais prometidas

desde a eleição de 15 de janeiro são um tripé que não pertence ao eleito e nem mesmo aos seus eleitores: é a fórmula possível de conduzir o Brasil numa era de governantes civis. O dr. Tancredo Neves detém, sozinho, a imensa coleção de pequenos segredos políticos que ajudarão a manter de pé uma aliança forjada no ano passado, em meio a inquietas reflexões acerca do poder militar e das reais possibilidades de sucesso de uma equipe civil no centro de decisões. Sua volta ajudará a garantir uma execução sem traumas do que ficou combinado nos últimos dez meses. Mas os novos dirigentes brasileiros descobriram, sob uma chuva de boatos médicos, que a criatura é, no caso, mais importante do que seu criador. (ISTO É, 27.03.1985, p. 19).

Deve-se analisar, aqui, que para ISTO É o governo não é de transição, mas de coalizão. Se o processo de transição é a mudança tanto na conjuntura quanto na estrutura política do estilo de governo, para a revista nada disso era visto, o que estava acontecendo era um acordo - pacto - entre os partidos que criaram a Aliança Democrática. Possivelmente, isso se deve aos acordos entre os partidos - projetos políticos diversos entre os partidos - que compõem a Aliança Democrática⁷, PMDB e PFL. A revista já alertava para a possibilidade de intrigas entre os partidos se o presidente Tancredo Neves não assumisse sua cadeira de presidente da República, já que era através dele que o diálogo de reorganização da burguesia aconteceria. Por transição, procuramos compreender a partir da interpretação do cientista político Francisco César Pinto da Fonseca, que procurou entender a construção da transição política na década de 1980:

A transição política colocou frente a frente interesses e projetos, que os contemplava, díspares. Liberais, pragmáticos, nacionalistas, socialistas, social-democratas, entre outros, se defrontaram, cada qual, combinados a outros ou não, objetivando tornar-se hegemônico seu projeto político. (FONSECA, 1994, p. 10).

Como podemos perceber, vários projetos políticos - incorporando questões de interesses desses grupos ideológicos - de vários grupos sociais, entraram no embate ideológico para impor seu projeto no momento em que o governo brasileiro estava desnorteado em virtude desse embate e procurava efetivar a democracia. Voltando para a análise do editorial, há, portanto, para a revista da Gazeta Mercantil, o tripé: a construção da democracia, o ataque à inflação e as reformas econômicas e sociais, que são o meio pelo qual

⁷ A criação dessa aliança ocorreu em 7 de agosto de 1984, “reunindo o PMDB e a Frente Liberal em torno das candidaturas de Tancredo Neves e José Sarney para presidente da República e vice, respectivamente. A plataforma da aliança expressava a ampla composição político-social que lhe dava sustentação, particularmente entre as frações hegemônicas do bloco do poder. A chamada ‘reorganização institucional’ do país implicava o estabelecimento de eleições diretas em todos os níveis, o restabelecimento da independência e das prerrogativas dos poderes Legislativo e Judiciário, o fortalecimento da federação e a reforma partidária e eleitoral, visando a possibilitar a formação de novos partidos”. (MACIEL, 2004, p. 309).

os grupos partidários se apoderaram para colocarem seus interesses em primeiro lugar através dos discursos pautados nesse tripé. Ainda com base nesse fragmento, outra questão que a revista pontuou foi à questão da “criatura” (Aliança Democrática) receber maior importância do que o seu criador (Tancredo Neves) tendo em vista o estado de saúde de Neves. Ela chamou atenção do leitor que a Aliança pode executar o programa político de seu partido e não o programa da Aliança.

A questão da “criatura” foi mencionada, novamente, pela ISTO É na matéria publicada em 27.03.1985, intitulada “**Ocupação das mesas**”. Nessa matéria, percebemos que a centralização da discussão está na existência de um clima traumatizante causada pela leitura das diretrizes do governo federal, defendendo-se que o governo deveria ocupar o seu espaço para governar e tomar as providências tidas como necessárias para resolver os problemas do país, pois o governo federal não sabia o que fazer com um possível agravamento da saúde do presidente Neves. Como solução a esse fato, houve uma reunião ministerial da “Nova República” e a revista procurou mostrar ao seu leitor que o motivo dessa reunião:

Tratava-se de assegurar a própria sobrevivência do edifício político e institucional erguido pelos operários da Aliança Democrática de acordo com o projetista Tancredo Neves. Tratava-se, em suma, de salvar a criatura recém-nascida, acontecesse o que acontecer com o seu criador. (ISTO É, 27.03.1985, p. 25).

De acordo com a citação, percebe-se que a revista entende que Tancredo Neves elaborou um projeto junto com a Aliança Democrática para salvar a política e a instituição da seqüela do período autoritário, não importando se o criador sobrevivesse ou não. Sendo assim, a revista mostrou sua preocupação com a credibilidade das instituições políticas de um governo civil, mas não faz nenhum comentário sobre isso apenas mostrou a sua preocupação. A revista narrou, em sua produção jornalística, que

O líder do PMDB na Câmara, Pimenta da Veiga, depois de comunicar-se com o senador Fernando Henrique, ligou para Sarney no Palácio do Planalto. Queria que o vice lhe concedesse uma audiência, a ele, a Fernando Henrique e ao líder do PMDB no Senado, Humberto Lucena. Quando? Já. Sarney acendeu. Quando os três entraram no gabinete, o vice lhe mostrou-lhes dois objetos pousados em sua mesa de trabalho: um exemplar da Constituição e uma cópia do Compromisso com a Nação de nascimento da Aliança Democrática, firmada solenemente pelo PMDB e a Frente Liberal em julho do ano passado [1984]. (...) Os dois volumes, na mesa de Sarney, eram uma presença reconfortante – e um claro sinal da metamorfose que se vinha processando no ânimo do vice. E quando ele, batendo com a mão nos documentos, anunciou que ‘não arredo o pé desses dois’, os políticos tinham

por que alegrar. Sarney não abandonaria o barco, nem renegaria o pacto da Aliança. (ISTO É, 27.03.1985, p. 26).

Nesse caso, ISTO É mostrou a estratégia do PMDB ao entregar ao presidente Sarney um exemplar da Constituição - elaborado com a participação do partido (possivelmente dentro do conteúdo há indícios do projeto político do partido) - e a cópia do Compromisso com a Aliança Democrática. Nesse último caso, reforçou que o presidente precisava reafirmar os acordos efetivados entre o PMDB e a Frente Liberal para apoiar o governo de Tancredo Neves. Falamos em estratégia, anteriormente, porque como o PMDB era o partido majoritário, procurou controlar a política brasileira de acordo com o seu programa político. O PMDB, ao longo da década de 1980, foi ganhando força e obtendo espaço no cenário político nacional. Por ser o partido majoritário, Armando Boito ponderou que o PMDB:

Abrigava um setor importante de políticos desenvolvimentistas - como ficara claro no processo constituinte de 1986-1988. Nossa hipótese é que esses setores que resistiam ou que relutavam em aderir ao neoliberalismo acabaram, no entanto, por apoiar a candidatura neoliberal de Collor. (BOITO JUNIOR, 1999, p. 119).

A principal argumentação dessa citação se deve a que uma parte dos pemedebistas propiciou o neoliberalismo no Brasil através de Fernando Collor. Esses mesmos pemedebistas, de tendência desenvolvimentistas, já trabalhavam seu projeto durante o andamento da Constituinte, o que viabilizou espaço para medida neoliberal ainda na gestão de José Sarney. Retomando a citação da revista, cada grupo procurou, no momento em que o governo federal buscava alternativa política para sair da crise deixada pela ditadura, legitimar os programas de suas políticas partidárias. Ambos os partidos temiam que Sarney fosse negar o pacto de Tancredo com a Aliança. ISTO É afirma que a sustentação do governo Sarney permaneceria com o apoio dos partidos a seu governo. A revista até o momento não fez nenhuma crítica ao governo Sarney, apenas comunicava ao leitor os acontecimentos políticos da “Nova República”. A evidência de que a política da “Nova República” mantinha o poderio da burguesia na política nacional do bloco no poder, de acordo com Armando Boito Jr, é que

Durante o governo Sarney, a hegemonia política no interior do bloco no poder era exercida pela fração monopolista da burguesia brasileira, composta pelas grandes empresas financeiras, industriais e comerciais. Isso significa que a política do Estado brasileiro, além de preservar os interesses gerais do conjunto da burguesia, orientava-se de modo a priorizar, diante das inevitáveis disputas econômicas entre as diferentes frações burguesas, os interesses do capital monopolista. (BOITO JUNIOR, 1999, p. 49-50).

O rumo da preservação do interesse burguês se definiu na medida em que a característica da política do governo Sarney procurava representar os interesses do capital monopolista. Esse governo foi marcado pela contradição do bloco no poder - fração monopolista - e a disputa econômica entre as frações burguesas.

Como havia resquícios da ditadura na política brasileira que atrapalhavam a transição para a democracia, a revista ISTO É, apresentou em seu editorial “**Governar bem**”, que o vice Sarney, com o apoio da Aliança Democrática, necessitava ocupar o espaço de decisões que compete a seu cargo. Isso, aliás, podemos ver na seguinte passagem:

Os ensaios da partilha na responsabilidade das decisões entre o Executivo e o Legislativo são muito proveitosos e devem continuar. Mas nota-se uma certa complacência na relação entre esses dois poderes. Pode ser um simples reflexo da primavera democrática que vivemos institucionalmente desde 15 de março. Mas pode ser também algo de mais profundo, ligado a um certo estilo político que os brasileiros mais velhos se habituaram a reconhecer nos menores gestos de poderosos de outros tempos. (...) O conjunto é desconexo, porque o governo ainda não tem uma estratégia legislativa; é inquietante, porque se choca com as promessas de liberdade e de austeridade pregadas nos discursos de posse; é decepcionante, porque a nação esperaria a esta altura que os seus legisladores estivessem dedicados em tempo integral a debater a tão proclamada e aguardada *remoção do entulho autoritário*. (ISTO É, 03.04. 1985, p. 15. Destaque no original).

Nessa citação há dois elementos de extrema importância que nos possibilitam entender o projeto de hegemonia da revista ISTO É. Refletimos, então, essa citação. O primeiro elemento que a revista assumiu foi a divisão de responsabilidade entre o poder Executivo e o poder Legislativo, tanto é que propôs a permanência dessa divisão. Seu enfoque estava centrado no estilo político do país, no caso, a presença e intervenção dos militares nas questões políticas. O que se devia à falta de uma estrutura de poder política para minar a presença do entulho autoritário, como diz a revista. Por se tratar de entulho autoritário, que foi o segundo elemento, a revista defendeu a liberdade dos trabalhos do Executivo e Legislativo.

Encontramos um aspecto que nos chama atenção na matéria “**Presidente Sarney**”, cujo foco principal está nas duas posições que a revista colocou a respeito do tempo de permanência de Sarney na presidência da República, a dos políticos civis e a dos militares:

Os políticos costumam dizer que não raciocinam sobre hipóteses. Racionam, sim. Mas trabalham em cima de fatos. Por isso não se permitiram cair na armadilha que seria colocar em xeque a estada temporária de Sarney no Planalto, por que existe a hipótese de que ela possa tornar-se

definitiva. Já os militares, como se sabe, trabalham com hipóteses, muitas vezes para impedir que se convertam em fatos. A hipótese a que os chefes militares brasileiros - que em tese não gostam do vice há muito tempo e jamais ocultaram nesse sentimento - deram especial atenção nos últimos dias é o desaparecimento de Tancredo. E o fato que agora não gostariam de ver acontecer seria precisamente a amputação do mandato constitucional de Sarney, com a realização de eleições diretas já este ano, ou mesmo em 1986, acopladas à convocação da Constituinte. (ISTO É, 03.04.1985, p. 17-18).

Nota-se que a revista alertou para o fato de que os militares já atentaram para a morte do presidente Tancredo Neves, mesmo não tendo simpatia com o vice Sarney, não queriam a retirada do mandato constitucional do mesmo junto com as eleições e à convocação da Constituinte. O que se devia a sua intenção em evitar conflitos que pudessem impedir uma conciliação entre os políticos e os militares para a efetivação da “transição” política. Para tanto, a revista fez um alerta com o objetivo de que *“o apoio maciço dos partidos políticos a Sarney tem, por sua vez, uma face visível e outra oculta. A face visível é o respeito à Constituição. A face oculta é o medo de um golpe”*. (ISTO É, 03.04.1985, p. 18). Diante dessa citação, vemos duas questões presentes: a primeira, a revista sustentava que havia possibilidade de um novo golpe militar, e a segunda, ela mostrou que os partidos políticos deram apoio ao vice José Sarney para governar o Brasil.

Na matéria de 30.10.1985, cujo título é **Poder civil modera a voz na anistia**, foi apresentada a existência de uma discussão para a convocação da Assembléia Constituinte no Palácio do Planalto pelo vice de Tancredo Neves, José Sarney, mas a discussão dentro do Palácio do Planalto transbordou para a questão da anistia dos militares que teve repercussão maior do que a própria Constituinte brasileira. A revista afirma que

O governo e suas lideranças já haviam acertado com os ministros militares uma anistia parcial. Nos longos serões em que deputados e senadores sem comando patinaram sobre questões constitucionais que poucos interessam aos seus eleitores, esse acordo foi rapidamente esquecido - e a Nova República teve de amargar um *não* dos militares - para desgosto de Sarney, a quem os líderes civis recusavam obediência e, muitas vezes, respeito. (ISTO É, 30.10.1985, p. 18. Destaque no original).

O que importava para ISTO É, nesse fragmento, era a anistia parcial aos militares cassados durante a ditadura. Nesse caso, parece que a anistia se tornou mais premente do que a Constituinte. Ainda com base na matéria **Presidente Sarney**, ISTO É afirma que *“o PMDB tornou-se o partido de Sarney apenas porque a lei exige que os candidatos a presidente e a vice saiam da mesma legenda”*. (ISTO É, 03.04.1985, p. 20). Dessa forma, torna-se claro que

o governo estava sendo governado pelo PMDB. Neste aspecto, a revista relatou que “o senador Bornhausen preferiu enfatizar que ‘a decisão caberá sempre a Sarney, que não será o juiz da Aliança Democrática, mas o executor de suas diretrizes’”. (ISTO É, 03.04.1985, p. 20). Em outras palavras teve que cumprir e colocar em execução o programa/acordo firmado pelo partidos que compõem a Aliança Democrática. ISTO É relatou sua visão e seu apoio ao governo dá seguinte maneira:

Ninguém no governo mostrou tanta vontade de trabalhar como o próprio Sarney. Embora continue angustiado e insone, o vice finalmente começou a imprimir sua marca pessoal na Presidência. Animado com o irrestrito apoio dos políticos e seguro de que ninguém vai atropelar a Constituição. (ISTO É, 03.04.1985, p. 20).

No editorial “**A lei e o povo**”, foi apresentada a idéia de que a decisão política na sociedade brasileira esta direcionada “*ao respeito à Constituição e à vontade do povo*”. (ISTO É, 10.04.1985, p. 14). Com isso, ISTO É procurou direcionar a opinião do leitor para o proveito de seu projeto de hegemonia no seu conteúdo jornalístico. A revista diz que:

Se a Constituição tiver de ser mudada por uma assembléia eleita soberanamente com esse mandato, nada mais justo reconhecer que o texto em vigor serviu até agora para carregar o extraordinário processo de democratização que nos trouxe até a porta da maturidade política. A vontade do povo é que também a consolidação jurídica do regime democrático se faça com os mesmos princípios que foram adotados com sucesso durante toda a caminhada. (ISTO É, 10.04.1985, p. 14).

Nesse embate, ISTO É reforça o apoio ao processo de “transição democrática” ao evocar o povo. Interpretar a lei do texto constitucional necessita ser feita em proveito do povo. O que prescreve “a lei e o povo” - título do editorial - para que o processo de democratização se consolide tem que se atender a “vontade do povo”. Além da posição que assume em relação à assembléia ser eleita soberanamente, vemos um alerta aos leitores por parte de ISTO É, em outro editorial publicado em abril de 1985, intitulado “**Políticos e perdedores**”.

Os partidos se esgarçam ao ritmo de composições e de alianças que obedecem a uma lógica eleitoral - e quase nada mais no momento em que a elite brasileira dá indícios de que pretende efetivamente dedicar algum tempo para discutir nosso futuro constitucional. São tantas as questões pessoais que já se começa a ouvir eleitores desencantados. Pior: há gente que se organiza em blocos suprapartidários porque se sente nas próximas eleições gerais um sabor de batalha vital pela sobrevivência. (...) É inútil sonhar com partidos ideológicos nesse jogo pragmático. Assim é que os

empresários urbanos, os fazendeiros, os militantes católicos ou protestantes, todos os grupos possíveis de pressão começam a ensaiar campanhas autônomas para o pleito de novembro de 1986. Os partidos se adaptarão ao desenho, qualquer que seja ele. Quando isso ocorrer, os políticos terão descoberto, outra vez que infelizmente perderam sua parada. (ISTO É. 05.06.1985, p. 14).

O interesse de ISTO É na reconstrução do poder civil no Brasil proporcionou à revista chamar atenção da elite brasileira para o encaminhamento do processo constitucional. A partir do fragmento destacado, três são os argumentos que ISTO É utilizou para justificar a reconstrução política civil. O primeiro se refere aos partidos, que segundo a revista, ao seguir a determinação eleitoral, podendo formar aliança partidária, desenvolvem a força política civil no Brasil. Segundo, a elite brasileira - como empresários, fazendeiros, como cita no fragmento acima - passa a ter interesse na Constituinte e, por fim, os blocos suprapartidários que estão se formando para disputar as eleições.

Em “**Regras para 1987**”, em que deveria conter quais as regras a serem levadas em contas na Constituinte, foram enunciados pela revista os problemas que impediriam o processo de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, que coibiria a montagem de um anteprojeto para a Constituição. Diante disso, a revista semanal ISTO É manifestou nessa matéria a sua preocupação:

Tanta dedicação ainda não permitiu a Sarney resolver o dilema de *como* será convocada a Constituinte – ou seja, quais serão os compromissos e as regras a que os constituintes seriam vinculados. “Sarney está protelando a convocação porque ainda não sabe como limitar a Constituinte”, acredita um membro do conselho político do governo. É, de fato, um problema intrincado. Como assegurar de antemão que os legisladores de 1987 não aprovelem, por exemplo, a implantação do parlamentarismo? Ou como garantir desde logo que, ao aprovarem o capítulo “Da ordem econômica e social” da futura Constituição, eles não consagrem princípios esquerdistas demais para o paladar predominantemente moderado da Nova República? (ISTO É. 29.05.1985, p. 25. Destaque no original).

Por esse fragmento, fica evidente que o presidente Sarney ainda não tinha estipulado os planos para a convocação, recebendo crítica por parte dos políticos. Para a revista, a falta de solução, por parte do presidente, atrasaria o andamento da convocação, como impediria a construção das diretrizes que redigiriam o andamento político, econômico, social e até mesmo cultural do país.

A ação política da burguesia vai ser relatada pela revista na matéria **Constituinte S.A.** publicada em 05.06.1985, sendo o foco central a mobilização do empresariado industrial brasileiro para a Constituinte. ISTO É enfatiza que

Os empresários brasileiros já não fazem mais segredos: vão entrar firme na campanha eleitoral para a Constituinte, sem preconceitos partidários e com muita vontade de defender o que é seu - ou seja, a economia capitalista. (...) Eles querem influir em todo o país, e muitos nomes de primeira linha se dispõem a fazer, eles próprios, o vestibular das urnas. (ISTO É, 05.06.1985, p. 18).

Ao mencionar que o empresariado industrial brasileiro está disposto a participar das campanhas eleitorais, da elaboração da Nova Carta Constitucional para defender a economia capitalista, ISTO É não mostrou sua posição e nem fez crítica sobre a movimentação do empresariado. Preocupados com a Constituinte e em defender a economia capitalista, os empresários não só se candidataram, como também procuraram financiar candidatos que tivessem compatibilidade com a ideologia do empresariado industrial na Constituinte. Sobre essa questão Antonio Castro ressalta que

A classe dominante brasileira vem desenvolvendo ardilosas políticas no sentido de que o ensino não seja público e gratuito, a saúde da população gere lucros aos donos dos hospitais e laboratórios farmacêuticos, a previdência seja privatizada, etc., etc. Como todas essas questões são tratadas por uma Constituinte e podem ser reguladas de uma maneira nova na Constituição, as elites brasileiras estão em pólvora. Tratam de ter a maior e a mais direta presença na próxima Constituinte. Mais do que isso: buscam criar formas de tolher os setores populares em sua presença direta e participativa na elaboração da nova Constituinte. O projeto de Sarney de convocação da Constituinte é a forma mais acabada dessa intenção. Para ele, a próxima Constituinte vai ser apenas extensão do Congresso. É o povo tem sentido na carne que um Congresso, eleito nas regras que estão postas, com as máquinas eleitorais conhecidas, apenas reforçará a representação das elites. (CASTRO, 1985, p. 8).

Por essa citação, o favorecimento da aprovação de que a Constituinte fosse congressual, beneficiaria os grupos no cenário político mais conservadores na Assembléia Constituinte. Retornando a análise da matéria. A revista deixou clara a preocupação desse setor empresarial que *“na verdade, tanta movimentação não é gratuita - e o fantasma que assusta essa nova geração do empresariado combatente é a estatização da economia”*. (ISTO É, 05.06.1985, p. 18). Nesse caso, sobretudo, há indício de que o empresariado queria a “desestatização” da economia, ou seja, diminuir a ação do Estado na economia. A burguesia

industrial nacional fora prejudicada pela crise econômica da década de 1980, para Armando Boito, “*essas burguesias foram pressionadas, sob a supervisão do FMI, para rever suas estratégias de desenvolvimento e para se adaptarem às novas exigências das economias centrais*”. (BOITO JUNIOR, 1999, p. 117). De forma ideológica, isso estrutura a política econômica no Brasil e a nova forma de organização da ideologia econômica do empresariado estipulado na medidas e propostas do neoliberalismo a ser enquadrada na Constituinte, a desestatização da economia. Conforme Armando Boito,

Os grandes bancos já tinham se identificado com a ideologia e a plataforma neoliberal e lutavam para nuclear as demais frações da burguesia em torno do seu programa. (...) Os grandes bancos tomaram a iniciativa de criar o Instituto Liberal, que tinha como objetivo difundir o neoliberalismo no conjunto do empresariado. (BOITO JUNIOR, 1999, p. 117-118).

O assunto tratado no editorial “**Os pólos de novembro**” de 09.10.1985 foi a eleição para prefeitos das capitais brasileiras. Tal eleição fez ISTO É ponderar de como seria a distribuição dos eleitos de novembro de 1985 e a ligação desse eleitos com o governo federal, principalmente com os partidos da Aliança Democrática, como sustentou a revista semanal “*que a relação entre os componentes da Aliança Democrática será diferente depois de contados os votos desse pleito que só agora começa efetivamente a mobilizar a população dos maiores centros urbanos do país*”. (ISTO É, 09.10.1985, p. 15). A revista alertou o leitor para a dependência de partidos políticos sob o governo federal. ISTO É defendeu que

o presidente ganha, paradoxalmente, porque os partidos que o apóiam estarão mais dependentes do governo federal depois de 15 de novembro. Todos os prefeitos de capitais eleitos em oposição aos atuais governadores baterão na porta do Palácio do Planalto depois da posse - em busca de verbas e de espaço político. (...) Eles terão, por exemplo, muito interesse na recomposição de equipe ministerial, prevista para o início do próximo ano. E, assim, o presidente Sarney terá as condições práticas de operar uma espécie de “partido do presidente” - arranjo que lhe dará mais força, mesmo que esse grupo não chegue a se constituir em agremiação independente. É mais provável, então, que o equilíbrio de poder na véspera da Constituinte se faça em torno de quatro pólos de interesse real, dois mais progressistas e dois mais conservadores. É ainda um frágil ensaio de democracia partidária. (ISTO É, 09.10.1985, p. 15).

Para a revista ISTO É, a dependência dos partidos que apóiam o governo federal, se tornou um esteio político do governo José Sarney depois da eleição de 15 de novembro para o cargo de prefeitos. Pois o apoio dos partidos políticos ao governo federal aumentava a chance de seus políticos obterem cargos e comporem a equipe ministerial do governo federal. Com a

obtenção do equilíbrio de poder estava bem encaminhada a “transição democrática”, que só se efetivaria quando aprovada a Nova Constituição brasileira. Nessa mesma edição da revista (Nº 459), na matéria **Constituinte – Complicações no Congresso**, ficou presente na narrativa a ausência de um instrumento político, por parte tanto dos partidos que compõem a bancada da Assembléia Nacional Constituinte quanto das instituições da sociedade brasileira, que pudesse nortear os problemas surgidos durante os trabalhos constitucionais no Congresso. Vemos como a revista semanal da Gazeta Mercantil tratou o processo constitucional no Congresso:

O exemplo acabado dessa dificuldade é o verdadeiro cavalo de batalha armado em torno da enxuta emenda do presidente José Sarney que atribui ao próximo Congresso o poder de produzir uma nova Constituição para o país. Mais perplexo do que ninguém diante do assunto, o deputado paulista Flávio Bierrenbach, do PMDB, relator da comissão mista de deputados e senadores formada para estudar o projeto do governo, não consegue divisar a saída do labirinto em que o fizeram as treze emendas apresentadas por seus companheiros de comissão e também sucessivos pronunciamentos de entidade como a Ordem dos Advogados. Não é de admirar: há quem queira que a futura Constituição seja elaborada por uma assembléia eleita exclusivamente para esse fim e que cesse de existir quando cumprir a tarefa; há quem queira que a Constituição seja votada pelo próximo Congresso, acrescido de uma centena de “delegados constitucionais”. (...). No Congresso, as bancadas do PFL e do PDS, com poucas exceções, defendem a emenda Sarney tal qual foi redigida. Mas no próprio PMDB, um número ainda indefinido, porém certamente não insignificante, de parlamentares admite até votar contra o projeto do governo se não for possível modificá-lo. Armado o impasse, o deputado Ulysses Guimarães desencadeou na semana passada um processo de consultas em busca de um acordo capaz de descongelar a transição da emenda. (ISTO É. 09.10.1985, p. 20).

O problema apresentado pela revista nessa citação se desdobra em dois: o primeiro, do presidente José Sarney, que pretendia dar pleno poder ao Congresso para a elaboração da nova Constituição brasileira, em oposição a isso, o segundo, a defesa de uma Assembléia Nacional Constituinte especificamente para trabalhar na elaboração da Nova Carta Magna. A proposição de que a Assembléia Constituinte fosse eleita exclusiva foi discutida e defendida por Laurício Neumann e Oswaldo Dal Piaz em **Constituinte: vez e voz do povo**. Para os autores,

A convocação da Constituinte foi um ato de extrema importância. Infelizmente não foi a convocação esperada pela maioria dos brasileiros. Enquanto que as pesquisas de opinião revelavam que a tendência maior era querer uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva e autônoma, a maioria dos deputados e senadores queria que fosse congressional. E assim foi

feito, pois eles é que decidem. (...) É fácil identificar qual a função da Assembléia Constituinte. Sua função será de elaborar uma nova Constituição já que a atual não corresponde mais aos anseios e necessidade do povo. Sua tarefa será histórica e, portanto, de uma importância sem igual, pois de seus estudos e de suas conclusões vai depender de toda a vida política e social dos brasileiros nos próximos anos. A vida dos brasileiros, sob certos aspectos, está nas mãos dos constituintes. A consciência desta importância foi aumentando na medida em que os debates se ampliaram. O tema Constituinte tomou conta das conversas em todos os meios. Por isso, houve uma grande expectativa em torno de certos pontos como a sua convocação, os seus participantes, sobre a comissão de notáveis encarregada de preparar o anteprojeto, sobre a duração da Constituinte, sobre o local onde se reuniria, etc. Porém, muitas destas expectativas foram desfeitas a partir da aprovação da emenda que convocou a Constituinte. O Congresso Nacional, mais uma vez, não foi sensível ao desejo do povo que queria uma Constituinte exclusiva. Aprovou uma Constituinte congressual que o povo, como um todo, não queria. (NEUMANN; DAL PIAZ, 1985, p. 20-21).

Para saber como a revista ISTO É se situou em relação a isso, encontramos na matéria de 16.10.1985 uma posição não favorável a uma Assembléia Constituinte com finalidade exclusiva para estudar os textos constitucionais. Para esse setor de imprensa escrita,

Para desgosto de Sarney, o relator da comissão mista, deputado Flávio Bierrenbach, do PMDB de São Paulo, mostrara-se disposto a agasalhar idéias tempestuosas, como a de uma Constituinte autônoma, eleita separadamente. (ISTO É, 16.10.1985, p. 24).

A tempestuosa situação de uma constituinte exclusiva que, segundo ISTO É, discute em **Constituinte-passagem garantida**, não era a “vontade do povo” que defendiam uma constituinte congressual (a mesma proposta do presidente Sarney), na narração da revista vemos a abordagem que ela fez em defesa dessa constituinte congressual relacionando com o povo. Para melhor efetivar sua defesa, a revista fez elogio a atitude e aos trabalhos presidenciais do presidente da República por antes de delimitar como seria todo o trabalho para a convocação da Constituinte, o governo privilegiou em resolver, primeiramente, os problemas políticos antes da Assembléia Nacional Constituinte. A seguir destacamos do editorial essa crítica.

O chefe do governo tem uma percepção bem menos vaga do caráter de seu mandato do que até então pensavam os chefes políticos da Aliança Democrática. Para ele, é preciso resolver coisas sérias antes que a Constituinte tome posse e faça seu trabalho - o que daria mais dezoito meses de imobilismo na vida nacional. Sua aposta é de que os parlamentares em busca da reeleição devem lhe dar os meios legais para cumprir essa tarefa, independente da provável amargura dos comandantes do PMDB, o grupo

que mais sofreu com as mudanças no primeiro escalão. (ISTO É, 12.02.1986, p. 11).

O debate para a escolha dos constituintes que iriam compor a Assembléia Nacional Constituinte mobilizou vários setores da sociedade brasileira. Na análise de nossa fonte um dos setores que se movimentaram em 1986 foi a CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. Na matéria que recebe o título “**Em ordem de marcha**”, foi discutido que os bispos brasileiros se reuniram na 24^a Assembléia Geral da instituição que teve por objetivo orientar os movimentos populares e os católicos brasileiros na escolha dos membros constituintes através de um documento com questões mais pertinentes, a ser produzido pelos bispos. A respeito disso, a revista ISTO É diz que

Acreditam os bispos brasileiros que somente a abertura de espaço na Constituinte para representantes eleitos pelos movimentos populares permitirá que o novo texto constitucional aborde questões substantivas que abram caminho para uma democracia não apenas política mas também econômica e social. (ISTO É. 16.04.1986, p. 26).

Pois bem. A revista ISTO É mostrou a preocupação do movimento dos bispos brasileiros em fazer com que o texto constitucional seja produzido com a participação dos representantes dos movimentos populares nas questões de cunho político, social e econômico. Nesse fragmento citado acima, os religiosos - no caso, os bispos -, fizeram uma intervenção política ao prepararem os movimentos populares para escolher os seus representantes constituintes e elaborarem um documento com questões democráticas a serem integrados a nova Constituição. Mas atenta através do esclarecimento de Dom Luciano que

Não caberá, porém, aos religiosos católicos intervir na política e definir candidatos, esclarece dom Luciano, secretário-geral da CNBB, pois “a Igreja é apenas uma geradora de participação e não canalizadora de propostas, devendo apenas assinalar valores e princípios”. Mesmo assim, este primeiro engajamento institucional da poderosa comunidade católica em um processo eleitoral poderá trazer surpresas no momento em que forem revelados os resultados nas urnas. (ISTO É. 16.04.1986, p. 27).

Nesse fragmento, a revista se posicionou no sentido de que, utilizando a fala de Dom Luciano, cabe a Igreja Católica somente o papel de ser “geradora de participação” nas discussões políticas através de princípios e valores religiosos, e aos religiosos católicos não cabe produzir propostas política e definir candidato. Ao fazer o uso da fala de Dom Luciano, percebemos o uso de uns dos padrões de manipulação da Grande Imprensa estudada pelo

jornalista Perseu Abramo para identificar a construção do processo de manipulação da Grande Imprensa, quando a revista pauta-se na fala que não é sua para justificar o seu posicionamento. Esse padrão é constituído de *oficialismo*.⁸

Para que os trabalhos na Assembléia Nacional Constituinte se efetivassem, foi necessária uma Comissão de Estudos Constitucionais que tivesse seu trabalho voltado somente para a elaboração dos textos constitucionais. Essa Comissão, no entender de Laurício Neumann e Oswaldo Dal Piaz

A idéia era aceita por Tancredo Neves e foi levada adiante pelo presidente Sarney, após muitas dúvidas e indecisões. A comissão formada por 50 cidadãos brasileiros, chamados de notáveis, que tem à frente o jurista Afonso Arinos de Melo e Franco. As opiniões se divergem sobre a validade ou não desta comissão. Os simpatizantes dizem que a elaboração de uma Constituição é uma tarefa de muita responsabilidade e alta especialização, a qual, portanto, deve ser confiada a pessoas que tenha condições para isso. Afirmam também que a comissão não interferirá nos trabalhos da Assembléia, pois sua função é ouvir o povo e, a partir daí, dar um ordenamento às idéias. O trabalho da Comissão terminará meses antes de ser instalada a Constituinte, não havendo como influenciá-la. Além do mais, é tradição da história do constitucionalismo brasileiro, o executivo apresentar um anteprojeto. Os adversários desta idéia utilizam argumentos mais incisivos. Dizem que a forma mais fácil de amarrar e condicionar os trabalhos da Constituinte a um certo modo de pensar é colocá-la a **discutir um anteprojeto**. Na comissão dos 50 notáveis predominam os juristas, advogados e empresários, enquanto se percebe a flagrante ausência dos trabalhadores de todas as categorias. (NEUMANN; DAL PIAZ, 1985, p. 26-27. Grifo meu).

A discussão da Comissão Constitucional também foi assunto na matéria “**Constituinte: a Comissão do descompasso**”. A revista relatou que a Comissão de Estudos Constitucionais (criada pelo presidente José Sarney) se reuniu em Petrópolis (RJ) para fazer um esboço da nova Carta Constitucional, que consistia em apresentar à população brasileira as idéias da Constituinte defendida pelo governo brasileiro. O título recebe esse nome porque a revista sustentou que os membros da Constituinte que se reuniram em Petrópolis tiveram que fazer em doze dias o trabalho que não fora feito em dez meses. Segundo a revista, isso

⁸ Oficialismo é utilizado para “*indicar a fonte ‘oficial’ ou ‘mais oficial’ de qualquer segmento da sociedade, e não apenas as autoridades do Estado ou o governo. (...) A melhor versão oficial é a da autoridade, e a melhor autoridade, a do próprio órgão de imprensa. À sua falta, a versão oficial da autoridade cujo pensamento é o que mais corresponda ao do órgão de imprensa, quando se trata de apresentar uma realidade de forma ‘positiva’, isto é, de maneira que o leitor não apenas acredite nela mas a aceite e adote. A autoridade pode ser o presidente da República, o governador de estado, o reitor da universidade, o presidente do centro acadêmico, do sindicato, do partido político ou de uma sociedade de amigos de bairro. Ela sempre vale mais do que as versões de autoridades subalternas, sempre muito mais que a dos personagens que não detêm qualquer forma de autoridade e, evidentemente, sempre infinitamente mais do que a realidade. Assim, o oficialismo se transforma em autoritarismo*”. (ABRAMO, 2003, p. 30-31).

aconteceu por causa da morte de Tancredo Neves, cuja presença dava sustentação para os membros constituintes de elaborarem uma Constituinte que efetivasse a transição democrática. A revista considerou que

É indiscutível que as reuniões têm-se pautado pelo embate ideológico. Mas é verdade também que a obsessão da maioria dos conselheiros, progressistas ou conservadores, **é apagar de seus textos qualquer sombra que lembre a Velha República.** (ISTO É, 09.07.1986, p. 22. Grifo meu).

Mesmo com embate ideológico, a revista ISTO É acredita, que o mais importante para os membros constituintes é retirar todos os vestígios da Velha República, que estavam impedindo a construção da democracia. Para ela significa dizer que ainda há elementos da ditadura, dessa forma, a revista dizia que isso permanecia por causa da tradição ideológica dos progressistas e conservadores.

Como toda comissão tem suas complicações no andamento de seus trabalhos independente da fonte em que se origina, a comissão presidida pelo jurista Afonso Arinos teria enfrentado dificuldades, que foram publicadas na matéria pela revista ISTO É, **“Constituinte - A omissão da comissão”**. Estas dificuldades foram apresentadas pela revista da Gazeta Mercantil através da fala do jurista Ney Prado (secretário executivo de Estudos Constitucionais), vemos a seguir um trecho retirado da matéria da revista

A chamada “comissão Afonso Arinos” deixou de pronunciar-se sobre a duração do mandato do presidente da República, um tema de evidente importância e por isso mesmo irrecusável para quem se dispôs a oferecer ao país um protótipo de Constituição. A Comissão fugiu do problema sob a débil alegação de que, tendo sido criada pelo Poder Executivo, seria “impróprio” que opinasse a respeito. Já diante de outra questão delicada, o papel das Forças Armadas, a comissão dedicou sucessivas reuniões a exercícios semânticos destinados a encontrar a fórmula perfeita para, ao mesmo tempo, aplacar as preocupações liberais com o intervencionismo dos militares na vida nacional e acolher as sugestões encaminhadas pelos próprios militares para o anteprojeto. No fim, consagrou-se a versão de que as Forças Armadas são “instituições nacionais, permanentes e regulares, organizadas na forma da lei, com base na hierarquia e disciplina, sob o comando supremo do presidente da República”, destinando-se a “assegurar a independência e a soberania do país, a integridade de seu território e os poderes constitucionais e, por iniciativa expressa destes, nos casos previstos em lei, a ordem constitucional”, Comenta Ney Prado: “O texto repete o da atual Constituição. Não muda nada”. (ISTO É, 10.09.1986, p. 28).

O caráter mais importante que podemos frisar nessa citação se refere a dois assuntos em foco: a duração do mandato e o papel das Forças Armadas. Nota-se no primeiro caso, a revista ao se utilizar através da fala do jurista Ney Prado, dá importância a questão militar

brasileira e, em segundo, definir qual a função que as Forças Armadas deveriam exercer sob a nova Constituição – sendo esta a questão mais relevante para a revista. Porém, o trabalho que a Comissão vinha exercendo, segundo a ISTO É, através da fala de Ney Prado, não teve alteração no texto da nova Carta e manteria grande espaço para a intervenção dos militares nas questões políticas.

A questão da duração do mandato presidencial, a perspectiva da permanência de José Sarney no governo federal, seguia sendo foco de discussão pela revista semanal ISTO É em **“Presidência - o tamanho do mandato”**. Nessa reportagem, a revista relatou que

Para desconforto do Palácio do Planalto, Ulysses antecipou na última terça-feira que a tarefa inicial da Constituinte será definir até quando Sarney continuará presidente - e que essa definição será a que o PMDB quiser. No topo da lista dos presidenciáveis, o septuagenário Ulysses quer que Sarney ceda o governo em março de 1989, ao cabo de quatro anos, portanto, e não de seis, como prevê a atual Constituição. (ISTO É, 29.10.1986, p. 30).

Observe-se que o discurso utilizado pela revista foi a posição do partido em que a decisão da duração do mandato fosse a escolhida e determinada pelo PMDB e não dos partidos membros que compõem a Assembléia Nacional Constituinte. Em situação como essa, o PMDB, por ser o partido majoritário dentro do governo, usufruiu a sua maioria dentro da Constituinte. Mesmo que sejam maioria na Constituinte, Sônia Mendonça e Virginia Fontes argumentam que *“a Assembléia Nacional Constituinte (ANC) mostrar-se-ia incapaz de fortalecer os vínculos partidários e contrapor-se decisivamente às tentativas manipuladoras da presidência da República”*. (MENDONÇA; FONTES, 1996, p. 89).

A medida tomada pelo partido majoritário, PMDB, de defender o mandato de quatro anos foi rebatida por determinação do presidente José Sarney, pelo porta-voz da Presidência da República, Fernando César Mesquita. ISTO É se baseou na seguinte argumentação: *“ele lembrou que ‘sob o prestígio da popularidade do presidente Sarney’ é que a Aliança Democrática (e não o PMDB) fará a maioria na Constituinte”*. (ISTO É, 29.10.1986, p. 30). Para Sarney, quem deveria definir a duração de seu mandato é a Aliança Democrática como um todo – PMDB e Frente Liberal.

Cabe agora observarmos uma passagem do editorial **“Responsabilidade única”** publicada em 19 de novembro de 1986. A revista discutiu a necessidade de uma democracia que possa produzir uma Constituição que esteja isenta de ações autoritárias e de vários matizes ideológicos. ISTO É afirma que

Colocada em segundo plano durante uma campanha eleitoral dominadas pelas desavenças entre candidatos aos governos estaduais, a Constituinte que nasce das urnas é o cumprimento de um compromisso de honra assumida pelas forças que guiaram o país para a Nova República. Por isso a restauração constitucional entra em pauta sob o signo da democracia. Como em 1946, o país sai de um período de autoritarismo necessitando de regras estáveis para transitar com segurança pelo leito do estado de direito. (ISTO É, 19.11.1986, p. 19).

Do ponto de vista dessa citação, vemos claramente a defesa da revista ISTO É da concepção do Estado de Direito.⁹ Aqui, ela defendia o retorno desse Estado de Direito com a elaboração de uma nova Carta Magna depois de um período autoritário, assim ela fez através de uma comparação com o ano de 1946, como marco de uma restauração constitucional pregada no discurso da democracia. Um outro elemento que encontramos novamente e que foi abordado pela revista é a questão do entulho autoritário. Vejamos:

Bem mais estruturada do que no passado, a sociedade mobiliza-se legitimamente em grupos de pressão para condicionar os redatores dos novos princípios que balizarão os conflitos da vida nacional. Não se trata de varrer para baixo do tapete da História o que se convencionou chamar de entulho autoritário. Até que não há muita discordância sobre o que fazer com as heranças do regime militar e sua Constituição de 1969, promulgada a quatro paredes pela Junta que emergiu na dramática doença do general Costa e Silva. O desafio é bem mais amplo e consiste num ambiente oxigenado pela democracia desenhar uma Constituição que projete para o futuro as bases de um regime imune às tentações autoritárias dos mais diversos matizes ideológicos. (ISTO É, 19.11.1986, p.19).

Por esta citação, ISTO É mencionou que a força da sociedade brasileira sobre os constituintes foi preciso para que os conteúdos autoritários viessem a ser eliminado dos itens da nova Constituição e reforçou a sua posição, nesse editorial, diante do *entulho autoritário* defendendo a produção de uma nova Carta Magna democrática.

A modo de consideração parcial que podemos fazer a partir do período que estudamos nesse capítulo, pudemos constatar que a revista semanal ISTO É defendeu uma nova Constituição brasileira, como ficou presente em seus conteúdos, através do acompanhamento jornalístico que ela fez durante o processo de preparação para a instalação da Assembléia Nacional Constituinte que ocorreu no ano de 1987. Sua defesa esteve pautada em suas matérias e em seus editoriais quando relatava a formação da Comissão de Estudos

⁹ Conforme Bobbio “*por Estado de Direito entende-se geralmente um Estado em que os poderes públicos são regulados por normas gerais (as leis fundamentais ou constitucionais) e devem ser exercidos no âmbito das leis que os regulam, salvo o direito do cidadão de recorrer a um juiz independente para fazer com que seja reconhecido e refutado o abuso ou excesso de poder*”. (BOBBIO, 2000, p.18).

Constitucionais, no processo de democratização brasileira ocorrido nos primeiros anos de gestão do presidente José Sarney, como também, a revista da Gazeta Mercantil esteve mostrando a necessidade da reconstrução política civil brasileira. Os elementos presentes encontrados em nossas análises, nos anos em questão, defendidos pela mesma foram o Estado de Direito, o entulho autoritário e a Assembléia Congressual, sendo esta a mesma defendida pelo governo José Sarney, quanto a este, ISTO É da Gazeta Mercantil, mostrou-se moderada quanto a seu trabalho político: ora elogiava por revolver os problemas políticos antes da convocação da Assembléia Nacional Constituinte, ora criticava o presidente José Sarney e alertava o leitor da falta de atitude do governo brasileiro para a convocação da Constituinte brasileira.

CAPÍTULO 3

REVISTA *ISTO É* E A ASSEMBLÉIA NACIONAL CONSTITUINTE BRASILEIRA (1987-1988)

Nesse capítulo vamos dar continuidade à análise (editoriais e matérias) da revista *ISTO É*, em que atentaremos e teremos como discussão central nesse capítulo o acompanhamento que a mesma fez a partir da instalação da Assembléia Nacional Constituinte (1987-1988). Depois de ter tratado em suas matérias e editoriais o processo da abertura política no governo Sarney - como vimos no capítulo anterior, a revista já defendia desde 1984 uma nova Constituição. Seu trabalho jornalístico prosseguiu, após a formação e aprovação da Comissão de Estudos Constitucionais, passou a uma nova etapa jornalística. Se a primeira constituía em fazer com que fosse instalada a Assembléia Constituinte, agora foi a vez de acompanhar, a partir do momento da instalação da Assembléia Nacional Constituinte, o desenrolar dos trabalhos da Comissão de Estudos Constitucional. Como foi estudado no capítulo 2, vimos como *ISTO É* acompanhou e noticiou os anos de 1985 e 1986 que antecede a instalação da Constituinte, ao analisarmos a fonte principal, a revista da Gazeta Mercantil mostrou aos seus públicos leitores a existência de debates e intrigas em torno da preparação do processo da Constituinte no Brasil. Demonstrado isso, foi possível perceber que ela defendeu a elaboração de uma Nova Carta Constitucional, como também pudemos identificar os elementos encontrados no capítulo anterior de sua defesa. Daí a opção para estudarmos e entendermos como a revista dialogou com o processo de elaboração da Constituição brasileira, como ela, a Assembléia Nacional Constituinte, atuou e defendeu o seu projeto hegemônico para a Nova Constituição. Da mesma forma que fizemos no capítulo anterior, utilizamos o mesmo critério para seleção e escolha das matérias e editoriais. Buscamos, nesse capítulo, identificar quais os elementos presentes nos anos de 1987 e 1988 para nortear nossa pesquisa para a identificação da linha hegemônica e ideológica da revista semanal *ISTO É*. Para que o estudo desse capítulo possa atingir o objetivo que propomos nessa pesquisa, construímos esse capítulo em duas partes: na primeira parte, discutiremos o ano de 1987, quando foi instalada a Constituinte, e, na segunda, articulamos o ano de 1988, em que foi aprovada a Nova Constituição brasileira.

3.1 1987: A INSTALAÇÃO DA CONSTITUINTE VISTA ATRAVÉS DO JORNALISMO DA REVISTA *ISTO É*.

O processo de elaboração da Constituinte iniciou-se no ano de 1987. Aqui, apresentamos alguns elementos encontrados na análise que permitiram entender como a revista noticiou seu acompanhamento dado a esse processo e quais as conseqüências disso durante o ano 1988, na aprovação da Nova Constituição brasileira. A partir daí temos elementos para saber a linha hegemônica e ideológica da revista *ISTO É*, na década de 1980, como também a sua influência no campo da política brasileira quando o principal embate se dava no andamento dos trabalhos constitucionais. Em síntese, como procedeu a sua atuação jornalística nos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte, sua postura diante o governo Sarney e sua política.

Partimos, então, da análise do editorial “**O mandato e os partidos**”, cuja atenção da revista semanal estava envolta para os assuntos constitucionais debatidos na Assembléia Nacional. Iniciou o editorial no chamamento à discussão que estava sendo produzido referente ao mandato presidencial para os futuros presidentes que vieram assumir a Presidência da República do Brasil pós-Sarney. A revista atentou sua preocupação para o processo de transição: “*inclusive aquele que a história colocou no posto para conduzir a transição final do autoritarismo para a democracia*”. (*ISTO É*, 01.04.1987, p.15). Nesse caso, ela já alertou que vinha acompanhando jornalisticamente a política e ao governo de José Sarney, seguia, desse modo, argumentando o mandato do presidente e seu modo de fazer política. Essa discussão do mandato presidencial, segundo *ISTO É*, não foi a única discussão posta em debate no Congresso Nacional. Ela narrou da seguinte maneira:

Até agora a questão era discutida dentro ou fora do Parlamento sob o ângulo ideológico. *Grosso modo*, o centro e a direita sempre manifestaram simpatia pela fórmula do “direito adquirido”, sinônimo de um mandato de seis anos para o atual presidente; enquanto os partidos de esquerda se articularam em torno da “legitimidade”, que significa eleições a curto prazo. A grande incógnita era - e continua sendo - o PMDB, cuja bancada majoritária se divide em proporções ainda difusas entre as duas correntes já comprometidas. Ao pedir insistentemente que lhe definem o prazo - no caso, qualquer prazo - para que possa cumprir projetos adequados, **o presidente Sarney age no interesse nacional** e, simultaneamente, coloca o partido majoritário contra a parede. (...) Mais do que o destino pessoal do cidadão José Sarney, portanto, o confronto do mandato influenciará duradouramente a arquitetura partidária brasileira -queiram ou não os atuais responsáveis pelas obras da Constituição. (*ISTO É*, 01.04.1987, p. 15. Destaque no original. Grifo meu).

Como vimos no capítulo anterior a posição da revista em relação ao governo Sarney, nesta citação, vemos a continuidade do apoio da revista ao presidente José Sarney. ISTO É sustentava que as circunstâncias nas quais o presidente da República se encontrava em 1987 (como a crise econômica: dívida externa, moratória e a duração de mandato) fez com que ele pressionasse os partidos políticos para que tomassem decisões precipitadas para a definição pelos constituintes da duração do período do mandato presidencial, em particular do PMDB. O que significa especificar que a revista estava atenta à atuação política do PMDB, tendo em vista a divisão/racha que estava ocorrendo dentro deste mesmo partido. Embora ela não tenha aparentado a sua preocupação com a duração do mandato presidencial, mostrou preocupação na interferência da intriga em torno da questão do mandato dentro dos partidos políticos.

Na matéria “**Artigo primeiro**” de 11 de fevereiro de 1987, a revista defendeu a tese de que a Constituinte é soberana. A revista narrou a formação de uma Comissão de redação para os estudos dos textos constitucionais, encarregada de fazer a consulta popular através dos representantes de setores sociais para encabeçar as propostas e questões levantadas pelos setores sociais para serem debatidos e avaliados na Assembléia Nacional Constituinte. Mas a importância dessa matéria está voltada para a posição que a revista ISTO É assumiu diante da Constituinte ser soberana. “*O primeiro ensaio de fazer da Constituinte o poder maior de todos os poderes precedeu à própria instalação da assembléia*”. (ISTO É, 11.02.1987, p. 18). Uma vez instalada a Assembléia Nacional, a soberania - que para ISTO É consiste na essência da democracia - da Constituinte seria abrangente, podendo alterar no todo ou em parte a Constituição. Essa abordagem da soberania da Constituinte foi feita também na tese do parecer de Raymundo Faoro. Além de ser soberana, o autor acredita que ela deve ser originária. Para o jurista,

A Constituinte, além de soberana, deveria ser originária, o que significa convocada para o fim próprio de elaborar a constituição, segundo critérios autenticamente representativos. (...) A legitimidade estaria recuperada, na forma da visão oficial, o que invalidaria e inutilizaria o movimento constituinte. O autoritarismo, reinante e remanescente, não convenceu sequer os conservadores, que desenvolveram sua estratégia usual: Constituinte, sim, mas em termos, sem rupturas e sem radicalismos. (FAORO, 1986, p. 11).

Faoro discute que a especificidade de convocação de uma Assembléia Constituinte tem como finalidade a produção dos textos constitucionais. A discussão sobre a soberania da Constituinte também esteve presente na matéria “**Constituinte - passagem interdita**”.

Depois de instalada a Assembléia Constituinte, a revista semanal mostrou a existência de intrigas no plenário entre o “bloco de Sarney” e os políticos do PMDB em torno da soberania da Constituinte. Nesse caso, a revista afirma que

A Assembléia Constituinte deve finalmente promulgar sua constituição particular - o regimento pelo qual se orientará. Tanta tardança resulta do impasse gerado pela questão da soberania da Assembléia. (ISTO É, 04.03.1987, p. 26).

Embora não conste na matéria o texto do regimento, a revista especificou que se tratava do regimento de Fernando Henrique Cardoso que entrava em votação no plenário, mas acabou não sendo aprovado, pois *“favorece o partido (PMDB) da soberania da Constituinte”*. (ISTO É, 04.03.1987, p. 26). Segundo a revista Gazeta Mercantil, esse regimento que não foi aprovado deu vitória ao PFL, *“ao vencerem mais uma batalha na guerra da soberania, os moderados da Constituinte, mesmo do PMDB, fortalecem a posição do PFL no Planalto”*. (ISTO É, 04.03.1987, p. 27). Diante disso, o PFL passou a tomar a dianteira no poder e nas decisões constitucionais.

Em **“Caminhos da discórdia”** (ISTO É, 27.05.1987), com a falta de entendimento e de consenso entre partidos políticos e governo em virtude das divergências de várias questões constitucionais, a revista afirma que, *“na verdade, não se tem hoje no país dificuldades para se encontrar um encaminhamento para as questões mais corriqueiras e é aí que a classe política vê ao seu lado o fantasma do fracasso como elite dirigente”*. (ISTO É, 27.05.1987, p. 21). Para a revista semanal ISTO É, a classe política brasileira estava deteriorando o seu processo político, por causa de seu fracasso enquanto elite brasileira. Além da falta de consenso, nessa matéria fica evidente a alteração da posição que a revista assumiu em relação ao governo Sarney, segundo ISTO É,

A determinação e a agilidade do presidente, entretanto, estão longe de significar por si sós a solução para um quadro de dificuldades cuja raiz está na **inexistência de qualquer processo de consenso ou de hegemonia entre as forças da sociedade**. (ISTO É, 27.05.1987, p. 20. Grifo meu).

Nessa passagem, podemos constatar que a revista mostrou a existência de dificuldades políticas que o presidente José Sarney encontrou por causa dos problemas nacionais, principalmente, o consenso entre a elite brasileira. Para a revista o presidente Sarney – que agia com “determinação e agilidade” – não soube encontrar solução e aproveitar as oportunidades que pudesse fazer de seu governo, um governo sem conflitos e embates entre as

forças da sociedade. Mas ressaltamos que a existência de conflitos não estava somente no governo Sarney, dentro da própria Assembléia Nacional Constituinte isso foi vigente. No parecer de Sônia Regina Mendonça e Virginia Fontes,

Desde sua instalação em 1987, a ANC viu-se sob cerrada pressão do Executivo, que ainda dispunha de larga margem de atuação em seu bojo - o chamado entulho autoritário. Dois grandes embates o exemplificam: a decisão sobre o âmbito da Assembléia e a duração do mandato presidencial. Em ambos os casos firmou-se a vontade presidencial. Ademais, a ANC refletia, em sua própria composição, a heterogeneidade das forças sociais e a fragilidade dos elos entre o movimento social organizado e a estrutura partidária - à exceção do PT. (MENDONÇA; FONTES, 1996, p. 89-90).

Dentre várias questões relativas ao período Sarney e aos trabalhos da Assembléia Constituinte Nacional, encontramos na análise da revista a discussão em torno do sistema de governo. Tal assunto foi importante para a revista da Gazeta Mercantil, que passou a relatá-lo. Vamos então procurar saber qual a posição que ISTO É tomou pelo tipo de sistema que deveria ser definido pela nova Constituição. Em “**A supercartada do Planalto**”, a revista aventou a possibilidade de um sistema como o parlamentarismo, cuja característica seria a do modelo francês. A possibilidade de o governo Sarney dividir seus poderes com o Congresso foi ressaltada pela ISTO É da seguinte maneira:

Entrara em cena a discussão do sistema de governo, como condição prévia para a definição do mandato do atual e dos próximos presidentes. E, na esteira desse debate, a cartada do “parlamentarismo já” foi finalmente sacada pelo Palácio do Planalto, como bóia de salvação para um presidente e um governo cada vez mais ameaçados por maremotos. (ISTO É, 13.05.1987, p. 18).

Aqui entra em discussão pela revista o sistema de governo. Nessa passagem a revista afirma que o parlamentarismo seria uma possibilidade de resolver os problemas nacionais e salvar o governo Sarney, além de estabilizar os conflitos existentes e constituir o consenso. Para que a constituição de um consenso se efetivasse, a revista da Gazeta Mercantil trabalhou em seu editorial publicado em 27.05.1987, **Canto de liberdade**, em cima de dois conceitos: democracia e liberdade. Vejamos:

É próprio que um país se mova dessa forma e, geralmente, cada fase da organização institucional corresponde a um determinado grau de participação da cidadania nas decisões. O exemplo brasileiro tem acumulado um progresso razoavelmente sustentado no rumo da democratização. Mais que isso: os percalços inevitáveis nessa rota acabaram sendo contornados

num ambiente pacífico e os interregnos autoritários nunca duraram mais do que metade da vida útil de uma geração dos grupos que participaram do jogo político. (...) E com elas [elites] ficarão a democracia e a liberdade que todos os brasileiros defenderam em praça pública nos últimos três anos sob o signo de uma campanha política que representou uma nova maneira de cantar e sonhar o futuro do país. (ISTO É, 27.05.1987, p. 15).

Nesse caso, vemos um procedimento bastante comum na revista ISTO É que em algum momento cita um elemento de sua defesa. Aqui, ela justificou ao seu leitor que com a democracia e a liberdade - que foram reivindicadas pela população brasileira nas campanhas pela “Diretas-Já” -, o governo de José Sarney (levando em consideração a passagem anterior a essa) anularia o autoritarismo da ditadura militar-civil. Com a liberdade e a democracia, o futuro do país estaria sendo escrito nos trabalhos da Constituinte. Essa foi a forma da revista defender sua democracia na produção de um editorial em que argumentou a presença da população na praça pública defendendo e reivindicando a liberdade e a democracia política.

Com a crise na política brasileira e a necessidade de superar essa crise advinda do regime militar-civil, ISTO É preocupou-se com a necessidade de “*que um novo edifício político ganhe forma e possa, no devido tempo, promover a alternância dos partidos no poder*”. (ISTO É, 27.05.1987, p. 15). Para isso, conforme a revista, não basta apenas a transição para a democracia, a organização institucional do edifício político brasileiro tem que ser democratizada. Lembramos que no capítulo 2, discutimos que a revista ISTO É da Gazeta Mercantil demandou a necessidade da reconstrução política civil, aqui ela promove a discussão na democratização da organização institucional política brasileira. Assim como a campanha das “Diretas-Já” e o processo de transição foram acompanhados pela população, a atividade da Assembléia Nacional Constituinte também o foi.

Em uma das matérias da revista ISTO É, **Constituinte - Pressão de fora: emendas populares tentam reverter tendências**, encontramos a discussão sobre a questão das emendas populares a ser discutida pelo setor popular (sindicatos, igreja, e outros) na Assembléia Constituinte. O setor popular, para a revista, na qualidade de cidadão, viu seu interesse tropeçado nos trabalhos das Comissões temáticas. Embora na matéria publicada em 01.07.1987 não tenha uma discriminação dos conteúdos das emendas populares, apenas a abordagem da existência de um abaixo-assinado como instrumento de reversão da situação. Sobre isso, a revista mostrou que

A confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), por exemplo, quer reunir 2 milhões de assinaturas na emenda popular que propõe uma reforma agrária que é justamente o oposto do que pensam

muitos constituintes, com posse imediata, pela União, das terras desapropriadas e indenização dos proprietários com títulos públicos resgatáveis em vinte anos. (ISTO É, 01.07.1987, p. 23).

A revista deixou clara a presença de problema e a divergências entre os constituintes e os setores populares em se tratando das emendas populares, como no caso citado acima. Ela já alertava a dificuldade de aprovação no plenário com as questões das emendas populares que surgiram polêmicas na Assembléia Nacional Constituinte. ISTO É discutiu através da fala do presidente da Famerj (Federação das Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro) “*“o abaixo-assinado é apenas um dos canais de pressão sobre os parlamentares, uma forma de desmascarar essa Constituinte reacionária”*”, diz o presidente da Famerj, *Almir Paulo de Lima*”. (ISTO É, 01.07.1987, p. 23). Em contraposição a essa fala, vemos na mesma matéria uma fala em oposição, “*“esse negócio de emenda popular é pura demagogia’*, protesta o deputado *Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP)*”. (ISTO É, 01.07.1987, p. 24). Ao finalizar a matéria deixa claro o que ela pensa sobre a questão das emendas populares:

Dois dias antes, uma reunião organizada pelo embaixador dos Estados Unidos, Harry Shlaudeman, em Brasília, com representantes de multinacionais como a IBM, General Motors, Xerox, Ford, Esso, Burroughs e Citibanks, acabou na decisão no **mínimo inconveniente**: intensificar já o *lobby* para evitar que os constituintes escrevam uma Carta mais à esquerda que o desejado. (ISTO É, 01.07.1987, p. 24. Destaque no original. Grifo meu).

Nessa passagem, é interessante destacar que ISTO É da Gazeta Mercantil, ao tratar da interferência de representantes multinacionais na construção da Nova Carta brasileira, ela demonstrou na narração que a reunião é “*no mínimo inconveniente*” e que não concordou com a ingerência dos representantes multinacionais – de que o caráter da Nova Constituição tem que ser menos de esquerda. Dessa maneira, na medida em que foi acompanhando o processo da Assembléia Nacional, foi enfatizando a sua postura em relação aos trabalhos dos constituintes, o que constitui no modo dela em ceder ou não sua posição em relação a eles conforme o caráter dos conteúdos em relação ao seu projeto hegemônico.

Acompanhando à Constituinte, observa-se a matéria **Constituinte – um vôo cego**. Nessa matéria, a revista ISTO É sustentou que a crise brasileira e o esboço da futura Constituição produzida pelo deputado Bernardo Cabral, segundo a revista, “*considerado ‘desastroso’ por sua extensão (são 501 artigos) e por sua opção pelo parlamentarismo, a estabilidade no emprego e a reintegração à ativa dos militares anistiados*”, (ISTO É, 08.07.1987, p. 29) estariam ameaçando a nova Constituição. Porém o destaque que ISTO É

deu na matéria estava para a atenção que cedeu ao processo de transição democrático. Mais uma vez ao utilizar a fala de autoridade como a do presidente Sarney e do político Marco Maciel, a revista da Gazeta Mercantil pensa que

Na quarta-feira, 1º, o presidente recebeu de cientistas políticos, na Granja do Torto, um apelo para que concretizasse um pacto interpartidário para completar a transição, promulgasse a nova carta constitucional e convocasse eleições diretas para presidente. Sarney discordou de tudo. “Não haverá pacto enquanto o PMDB não quiser perder a sua hegemonia”, disse. (...) Encarregado precisamente de costurar um pacto político, Maciel constatava no mesmo dia que “a transição parou e parece que ninguém viu”. (ISTO É, 08.07.1987, p. 29).

No argumento da revista, a preocupação da sua narrativa estava pautada em mostrar ao leitor que o processo de transição política parou. O que se deve, para a revista, às circunstâncias da falta de um pacto político partidário, como vemos no fragmento, o presidente Sarney quer que o PMDB perca sua hegemonia na Constituinte, e também à produção de um esboço para a Nova Constituição. Com referência ao pacto, a estratégia desse pacto seria evitar intrigas/conflitos entre as classes sociais e até mesmo entre os partidos políticos. No entender de Reginaldo Moraes,

As regras que dirigem as relações entre as pessoas - relações de trabalho, relações comerciais, obrigações recíprocas – são cada vez mais submetidas a regulamentações prévias, embora não contempladas pela constituição legal ou pela legislação ordinária. Os pactos sociais tendem então a preencher vazios da legislação. (...) Eles se tornam formas particulares de ‘legislação’ produzidas fora dos parlamentos. Por isso, são frequentemente associados a um modelo político aproximado ao neocorporativismo - novo porque aí se reconhece, ainda que implicitamente, a existência de interesses e conflitos reais. (...) É apresentado ainda, como uma garantia para confiança nas operações e projeções (...) dos agentes sociais restaurando a credibilidade da moeda, das convenções sociais e financeiras, do sistema de preços, etc. Nesse sentido, ele aparece na retórica dos estadistas como um contrato social indispensável à sobrevivência da comunidade nacional frente à ameaça do caos, da desagregação ou da ditadura. (MORAIS, 1986, p. 57-58).

Com o processo de transição política parado, a revista tratou de abordar que o processo constitucional só é elaborado - necessitando de mudança em seus textos constitucionais - quando um país se encontra em meio a uma crise política. Sobre isso, encontramos no editorial “**Tentação perigosa**”, em que ISTO É resume da seguinte maneira,

Como se sabe, Constituições são feitas invariavelmente em tempo de crises, pois é exatamente para resolvê-las que a cidadania decide reescrever sua lei

básica. Pensar ou agir no sentido de cortar essa ligação indissolúvel é o mesmo que tentar defender a democracia através da supressão das liberdades. (ISTO É, 08.07.1987, p. 15).

Nesse caso, ISTO É afirma que a democracia está relacionada com a liberdade, em que os direitos de liberdades se tornam essenciais para a implementação das regras democráticas que iriam controlar a sociedade civil – que é o meio de construção da disputa pela hegemonia. Por sua vez, a democracia foi necessária para a aquisição dos direitos de liberdades. A liberdade individual foi construída pelo liberalismo como forma de manter a organização social da sociedade, a liberdade e a defesa da propriedade privada. Para o liberalismo, a liberdade do indivíduo só é possível quando o Estado permanece no campo em que foi delimitado pela lei, no caso, a Constituição.

De certo modo, no editorial publicado em 29.07.1987, que recebeu o título **Verdadeira missão**, vemos a orientação dada pela revista ao PMDB para que este promovesse a restauração constitucional, como também a sua postura em relação a esse partido majoritário no Congresso Nacional. Segundo a revista, “*o PMDB se enfraquece para cumprir missão bem mais transcendental do que passar a borracha num período de governo ainda em vigor: no caso, cumprir a última etapa da transição democrática*”. (ISTO É, 29.07.1987, p. 15). Com base nesse editorial, há um retorno sobre a questão da democracia por parte da revista e uma defesa aberta da negociação política:

Do Planalto ao menos representativo partido político com assento na Constituinte, nenhuma força é capaz de, isolada, cimentar um destino para a nação. Portanto, não resta outra saída que a negociação, prática extenuante mas necessária para uma democracia nascente como a que desejam construir os brasileiros neste final de século. De qualquer forma, passada a convenção do PMDB e iniciada a fase decisiva da Constituinte, o país entra no segundo semestre mais consciente de que há embates sem vencedor. Isso ajuda a combater a inflação e também a discutir questões constitucionais com mais responsabilidades. (ISTO É, 29.07.1987, p. 15).

Nesse relato, para esse setor de imprensa, houve necessidade de reforçar um processo de negociação no molde da democracia dominante. Para isso deveria haver um entendimento - isso se percebe quando a revista semanal situa a existência de “*embates sem vencedor*” - entre os partidos políticos, em particular o PMDB, com o governo Sarney. Para que possa, segundo ISTO É, “*cumprir a última etapa da transição democrática, que depende da plena restauração constitucional*”. (ISTO É, 29.07.1987, p.15). O retorno das discussões constitucionais, tal como o seu retrocesso e avanço - a revista enfatizou a continuidade de seu

trabalho jornalístico no acompanhamento dos trabalhos na Assembléia -, foi a discussão central promovida pela revista ISTO É na matéria encabeçada pelo título “**O país real quer a sua Constituição**”. (ISTO É, 28.10.1987). Essa situação foi apresentada pela imprensa escrita como forma de mostrar ao leitor que com avanço e retrocesso nos embates em torno das questões constitucionais e a demora das aprovações dos textos constitucionais deixou o Brasil sem a existência de uma Constituição democrática e moderna - tendo em vista que a Constituição presente na década de 1980 era a produzida pela ditadura militar-civil. Nas palavras da revista

Assim, ao romper a tradição e especificar a essência democrática do poder, a Carta que se elabora em Brasília começa com um toque de modernidade. O problema é que, ao se propor a inovação, pensou-se em levantar com a ênfase do texto uma barreira definitiva aos golpes de Estado – desde a aurora da República sempre cometidos em nome do povo. E, nesse caso, a novidade revela outra face da Constituição que está por vir: uma certa aparência ingênua, ora tingida com **tintas de demagogia**, ora com cores da mais pura insensatez. (ISTO É, 28.10.1987, p. 18. Grifo meu).

Com isso, ao dizer que a Nova Carta pode ser demagoga, demonstra uma complexa formulação política de que a Nova Constituição possa conter conteúdos populares, mas se mantém conservadora. Tanto é que ao elaborar sua matéria pautada na fala do senador Fernando Henrique Cardoso, a revista sustentava que “*‘o combate não é entre esquerda e direita, mas entre arcaico e moderno’*, diz Fernando Henrique”. (ISTO É, 28.10.1987, p. 21). Se a questão fundamental é o embate entre o arcaico e o moderno, para ISTO É moderno é subentendido como o progresso do capitalismo. Abrimos aqui espaço para pontuar que o problema não venha a ser somente a demagogia. Segundo o jornalista Cláudio Abramo,

A atitude mais freqüentemente detectada junto ao político comum, “normal”, é a de usufruto da ignorância do povo, da sua desinformação. Não é apenas a demagogia, mãe do populismo e do arrivismo, a responsável por fenômeno absolutamente inexplicáveis no cenário político brasileiro, mas igualmente responsável é a consciência, que a maioria dos políticos conserva, de que a maioria das pessoas às quais eles se dirigem não entende absolutamente nada do que lhe está sendo dito e não compreende que seu voto está ligado a sua vida cotidiana. O que é rigorosamente verdadeiro. (ABRAMO, 1986, p. 47).

Se a elaboração da Constituinte está em torno do debate de escrevê-la de forma moderna, o resultado desse debate foi apontado pela ISTO É no editorial de 25.11.1987. A revista pensava que

A Constituinte, na última hora, executou uma tarefa que foi além da definição de regras clássicas da política partidária: afinal, tratava-se de administrar os conflitos que explodem na sociedade quando as receitas autoritárias caem no vazio. A ela restou, portanto, sinalizar uma saída de curto prazo para uma crise que já há algum tempo havia deixado de ser exclusivamente econômica. Com isso, ficou longe dos objetivos que a cidadania lhe confiou - escrever uma lei perene. Não cumpriu seu papel de representação nacional. (ISTO É, 25.11.1987, p. 17).

De modo sintético, a revista da Gazeta Mercantil caracterizava que a Constituinte não conseguiu suprimir a crise política. Nesse mesmo editorial, encontramos a postura da revista sobre o governo Sarney. De acordo com ISTO É,

Nos últimos meses, de fato, o governo deixou escapar chances preciosas para fazer uma gestão que encerrasse com final feliz a passagem pelo Planalto do presidente levado ao poder no acordo conduzido por Tancredo Neves. Sobretudo deixou de utilizar todas as possibilidades que lhe foram abertas pelo Plano Cruzado, ainda em 1986. Por isso, ao presidente só restou ver o poder escapar paulatinamente de seu gabinete, num acordo partidário que lhe deu dissabores e escasso apoio real. (ISTO É, 25.11.1987, p. 17).

Por essa citação, fica evidente que a postura da revista foi alterando conforme a gestão do presidente José Sarney, deixando de apoiá-lo, em fim do ano de 1987. Neste tópico pudemos constatar que os conteúdos constitucionais debatidos na Assembléia Nacional Constituinte não entraram em votação no ano de 1987, apenas houve discordâncias e semelhanças entre os partidos políticos que tiveram assento na Constituinte. O estudo em torno do ano do processo de instalação da Assembléia Nacional Constituinte nos permitiu perceber em que momento a revista ISTO É da Gazeta Mercantil atuou, se posicionou, como também a postura que ela assumiu diante da elaboração de uma Constituição moderna e democrática e diante do governo José Sarney, como acabamos de ver.

Como vimos, a intervenção jornalística da revista ISTO É através de seus editoriais e matérias foi visando reforçar o seu projeto hegemônico, defendendo a liberdade e a democracia dominante. Intervindo jornalisticamente sempre quando o processo de negociação (necessidade de um pacto) entre os partidos políticos e governo atrapalhava os debates e o andamento constitucionais para a promulgação da Nova Carta Constitucional. A revista semanal interveio para resguardar a continuidade do trabalho da Constituinte brasileira e a defender a finalização da transição democrática.

3.2 E A NOVA CONSTITUIÇÃO? COMO FOI AVALIADA PELA ISTO É?

No tópico anterior vimos como a revista semanal ISTO É se posicionou e atuou no ano de 1987 com relação à Assembléia Nacional Constituinte instalada. Devido à atenção que a mesma tem cedido para os trabalhos constitucionais e o acompanhamento das discussões dentro da Assembléia Nacional Constituinte brasileira, ela defendeu o seu projeto hegemônico através de seus conteúdos jornalísticos para a assimilação pelos seus leitores dos elementos de sua defesa como a liberdade e a democracia. Elementos no qual a revista interveio quando o assunto era político. Nesse tópico procuramos apreender como ela continuou buscando informar opinião, narrando e mostrando sua imagem ao leitor sobre o trabalho da Constituinte até a sua aprovação. Buscamos também identificar os elementos presentes nas suas matérias e editoriais no ano de 1988.

No que tange ao editorial de 20.01.1988, **Balanco de forças**, foi o primeiro do ano de 1988 em que foi possível notar a preocupação da revista com relação ao andamento dos trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Nesse editorial, a revista ISTO É levantou três questões - que para ela são - importantes. A primeira se referiu à existência de forças políticas que se confrontam no Legislativo. A revista ao afirmar que a disputa que estava sendo travada no Congresso Nacional era a batalha política da Assembléia Constituinte, mostrou que essa disputa estava dentro das forças políticas presentes no Congresso. O que significa dizer que essas forças políticas são os projetos dos partidos políticos que procuraram defender suas idéias no Legislativo para incorporar dentro da Nova Carta Constitucional. Tal processo foi destacado pela revista quando os conservadores conseguiram obter uma força, que para ISTO É, era inegável. Segundo a revista ISTO É,

Na sua primeira fase, a Constituinte serviu de vitrina para que os conservadores exercitassem sua inegável força. O troco veio em seguida, ao abrirem-se as portas da Comissão de Sistematização. Ali vicejaram idéias, hoje incluídas na versão da Carta que se encontra em debate, como **a nacionalização das empresas estrangeiras distribuidoras de derivados de petróleo, regras trabalhistas que fizeram estremecer o empresariado - preocupando inclusive sindicatos -**, para culminar em alianças que podaram um ano do mandato do presidente e adotaram o parlamentarismo. (ISTO É, 20.01.1988, p.19. Grifo meu).

Na citação em destaque, podemos constatar que além da discussão sobre a força, podemos perceber que a revista mostrou e especificou a existência de debate em torno de questões como nacionalizar ou não as empresas estrangeiras, modificar ou não as regras

trabalhistas, sendo esse o motivo de preocupação da classe empresarial. A segunda questão levantada pela revista nessa citação é o parlamentarismo, parece que a revista possuía uma “simpatia” pelo sistema de governo que com a divisão dos poderes, supostamente facilitaria uma melhor administração do poder central, tendo em vista a baixa popularidade e credibilidade no governo Sarney nesse período, como também para a definição do novo perfil constitucional brasileiro.

A terceira e última questão presente e encontrada nesse editorial foi mais uma vez a defesa, por parte da revista ISTO É, do Estado de Direito. Essa questão foi produzida no editorial da seguinte maneira:

As panes que se abateram sobre a economia brasileira durante o ano de 1987 somaram-se a uma diluição do Executivo, numa crise de hegemonia alimentada dentro das próprias elites brasileiras. Se as 317 assinaturas cincoanistas significarem apoio concreto a um governo que tem como principal tarefa levar a nação ao Estado de Direito, sem acidentes, as previsões pessimistas que tomaram conta do país podem ser transformar em páginas do passado. (ISTO É, 20.01.1988, p.19).

Percebe que além de chamar atenção para a continuidade da crise de hegemonia da elite brasileira, procurou reforçar o apoio dos constituintes ao cinco anos de mandato através da ligação que fez desse cinco anos ao Estado de Direito. A definição do Estado de Direito, segundo o **Dicionário de política** “*os direitos fundamentais representam a tradicional tutela das liberdades burguesas: liberdade pessoal, política e econômica. Constituem um dique contra a intervenção do Estado*”. (BOBBIO, 1999, p. 401). Dessa forma, a burguesia manteria os seus direitos tradicionais se constituído o Estado de Direito no Brasil.

No ano de 1988 ainda estava em discussão no Legislativo - discussão que já vinha sendo feita desde a convocação da Assembléia Nacional Constituinte - se o mandato do presidente da República Federativa do Brasil José Sarney (PMDB) seria de cinco ou quatro anos. Armando Boito Jr, ao discutir a “conjuntura da transição neoliberal”, esclarece que “*as propostas neoliberais ganharam espaço dentro do governo Sarney*”. (BOITO JUNIOR, 1999, p. 119). O que se deve à alternativa da burguesia brasileira em relação à sua atividade econômica diante da debilidade de sua economia em virtude da crise econômica: dívida externa, déficits, inflação, entre outros, na década de 1980, favorecendo seu apoio à defesa dos cinco anos de mandato para Sarney.

A discussão em torno do mandato presidencial, para René Dreifuss, “*serviria de mecanismo de apaziguamento nas relações governo-empresariado e de fortalecimento do*

eixo civil-militar de elite”. (DREIFUSS, 1989, p. 201). Essa questão do mandato contribuiria para a reorganização da burguesia como também no entendimento entre as frações do poder. Vemos que para o setor empresarial estava mais preocupado com as emendas constitucionais em que estariam inseridas as políticas de seu interesse direto do que com a duração do mandato presidencial, pois nesse último caso, como o próprio Dreifuss argumenta, era uma tática para moldar os embates na Constituinte brasileira quando se refere a outras questões constitucionais.

Na matéria cujo título é “**Sarney volta a respirar os cinco anos: Planalto passa a dar as cartas com a emenda que restabelece o mandato presidencial**”, (ISTO É, 20.01.1988) a revista caracterizava o problema da aprovação do mandato presidencial (4 ou 5 anos), quando ocorreu uma reviravolta na questão do mandato de José Sarney na Constituinte. Num primeiro momento, a aprovação era de cinco anos no mandato, mas a defesa do mandato de 4 anos ganhou força por causa da crescente crise econômica e política presente no governo Sarney. De acordo com ISTO É, no plenário as negociações e os acordos entre os parlamentares constituintes não foram escassos, favoráveis ou contrários, nos pontos principais, para a construção do perfil da nova Carta brasileira: mandato presidencial de Sarney (4 ou 5 anos), sistema de governo (presidencialista ou parlamentarista), empresas nacionais, estabilidade no emprego e outros assuntos que envolvem questões trabalhistas. Lembramos que no tópico anterior na matéria **Constituinte – um vôo cego** publicada em 08.07.1987, ISTO É definiu o projeto de Bernardo Cabral como desastroso, no entanto, nessa matéria ela mostra quais os pontos em conflito desse projeto e como ficou definido o processo de votação no plenário dos textos constitucionais. Vejamos:

A entrega das emendas ao projeto de Bernardo Cabral, ocorrida na última quarta-feira, mostrou que a Constituinte continua a caminhar dividida. Apesar das negociações entre os parlamentares, os acordos foram escassos e os pontos principais da nova Carta só se resolvem mesmo no próximo dia 27, quando começa a batalha do plenário. **Mandato de Sarney.** O projeto Cabral fixou-o em quatro anos, incluindo o tema no capítulo das disposições transitórias. Mas 317 constituintes, que assinaram a emenda Iansen, querem cinco, ou aceitam discutir o assunto. Se nenhuma proposta conseguir maioria absoluta no voto, vale para Sarney o mandato fixado para os futuros presidentes. Ou seja: cinco anos. **Sistema de governo.** A emenda proposta pelo deputado Egydio Ferreira Lima, parlamentarista, recebeu 346 assinaturas. A emenda do senador Humberto Lucena, presidencialista, obteve outras 349. São, ao todo, 695 assinaturas. Como existem apenas 559 constituintes, muita gente assinou as duas. Na medida dessa indefinição, o sistema de governo só se resolve em plenário. **Empresa nacional.** Não houve acordo entre os constituintes. Cabral e a esquerda só consideram nacional a empresa cujo controle decisório e capital votante pertençam a

pessoas domiciliadas no Brasil. O Centrão luta por uma definição mais genérica. Quer caracterizar como empresas nacionais todas aquelas constituídas sob a legislação brasileira. **Estabilidade no emprego.** Não há acordo. A esquerda se apega à proibição da dispensa sem justa causa, ao passo que o Centrão e parte do PMDB preferem substituí-la por uma indenização a ser paga pelo empregador, correspondente a um salário para cada ano trabalhado. Mesmo aí o acordo é difícil: o Centrão não aceita que esse sistema seja retroativo além de 1º de janeiro de 1988. **Outras questões trabalhistas.** É o campo em que os entendimentos serão, provavelmente, mais difíceis. A maior parte dos constituintes quer fixar a jornada semanal de trabalho em 44 horas. No item da remuneração das horas extras, o Centrão e o Grupo dos 32 concordam em estabelecer um acréscimo de 50 %. Ao contrário de Cabral e da esquerda, que lutam por um aumento de 100%. (ISTO É, 20.01.1988, p. 23. Destaque no original).

Para entendermos essa passagem da revista ISTO É, vamos nos orientar pelo raciocínio de René Dreifuss, que ao discutir a questão do regime e do mandato presidencial, argumentou que as preocupações em relação a isso (regime e mandato) criavam tensão entre os empresários, primeiro por que:

Uma parte deste [empresariado] se engajaria na luta pela manutenção do presidente Sarney, pela definição de um mandato de 5 anos e pela aprovação de um regime presidencialista. Nisto, trabalhariam em convergência e, em certos momentos, em sincronização com a área militar, negociando demandas em troca do apoio empresarial às teses do governo e da caserna. (DREIFUSS, 1989, p. 201).

Segundo, porque *“uma parte minoritária, porém, exigiria, sem muito empenho, eleições em 1988. E isto por duas razões: a falta de credibilidade do governo e a sua incapacidade para direcionar a economia”*. (DREIFUSS, 1989, p. 201). O paralelo que podemos fazer entre o fragmento acima citado da revista e a citação retirada da obra de René Dreifuss se pauta no empresariado. A relação entre os principais assuntos da nova Carta com o empresariado está justamente na defesa da economia capitalista, em reduzir os salários dos trabalhadores, reduzir os direitos existentes na legislação trabalhista, impedir que novas conquistas possam ser adquiridas no campo do social e do trabalho, como também flexibilizar a força de trabalho. A manutenção dessa economia dependeria da definição dos itens em discussão cujas propostas deveriam estar em consonância com os interesses do empresariado sincronizado com os militares e com o apoio do empresariado ao governo, como podemos abordar a partir da citação de René Dreifuss. Como exemplo, o empresário apoiaria um mandato de cinco anos desde que o governo durante sua gestão beneficiasse a classe empresarial industrial e seus interesses econômicos, bem como defendesse a retirada do item

sobre a estabilidade no emprego da Nova Carta Constitucional, como também garantisse, em situação de greves trabalhistas, por exemplo, que a normatização constitucional estivesse em favor do empresariado.

Os constituintes têm como algumas de suas principais tarefas no plenário discutir e definir a duração do mandato (e outras questões constitucionais) do presidente da República. Em relação a essa situação, a revista ISTO É relatou em uma de suas matérias, **Constituinte - cai o primeiro buraco negro**, esse processo de negociação política, inclusive narrou a existência da “*constatação de que houve fraude em algumas votações de plenário*”. (ISTO É, 10.02.1988, p. 34). A construção disso destacamos na seguinte passagem:

O buraco negro - expressão inventada pelos constituintes para apontar o vazio que aparece a cada vez que nenhuma proposta consegue a maioria de 280 votos - surgiu na terça-feira, quando quatro emendas sobre a definição do direito de propriedade foram derrubadas, uma a uma, pela falta de quórum. O tema era uma espécie de cavalo de batalha do Centrão, cuja ala mais radical não admite qualquer restrição ao direito de propriedade e só aceita desapropriações se estas forem pagas em dinheiro, e a vista. (...) Se os excessos dos radicais do Centrão atrapalharam o grupo, **os excessos da esquerda** também foram listados entre as dificuldades que os constituintes transpuseram, na semana passada. Esses excessos foram marcados sobretudo por uma campanha nacional deflagrada por sindicalistas contra os deputados do Centrão. Em cada Estado, sindicatos imprimiram cartazes com a foto e o telefone dos parlamentares eleitos na região, tratando-os de “traidores do povo”. (ISTO É, 10.02.1988, p. 34. Grifo meu).

Por esta passagem, percebe-se a preocupação da revista não somente com a demora da aprovação dos textos por causa da falta de entendimento entre os políticos de partidos distintos, como também com o “Centrão”. Em sua narração, a revista criticou a política dos “*excessos da esquerda e da direita*” para buscar um consenso nessa situação. Vemos que ISTO É da Gazeta Mercantil ainda mantém a sua preocupação com esse partido suprapartidário. Tanto é que, segundo a revista semanal “*o consenso abriu também perspectiva de que o Centrão talvez tenha perdido definitivamente a força avassaladora que exibiu quando tratava de alterar o regimento interno da Constituinte*”. (ISTO É, 10.02.1988, p. 34). O que se pode deduzir nessa situação é que a votação do plenário em relação aos textos constitucionais se resultaria do consenso entre os constituintes.

Observa-se o comportamento do editorial **Eterno retorno**, em que a revista voltou a discutir a questão do Estado: “*poucas coisas são tão arreadas à modernização, tão lentas nos processos de mudança quanto a máquina estatal brasileira*”. (ISTO É, 02.03.1988, p. 15). Nesse editorial, ela caracterizou o Estado como um mal administrador e que sua máquina

estatal foi incapaz de avançar e de acompanhar os processos de mudanças, lê-se o progresso/modernização, ou seja, seria uma máquina atrasada diante dos países mais ricos. Usou argumento que fez com que o leitor se convencesse da necessidade de mudança na instituição governamental - lembrando que no fim do ano de 1987, a mesma já tinha retirado o seu apoio ao governo Sarney (ver editorial: **Novo capítulo** de 25.11.1987). Nesse sentido, ela trabalhou em cima do processo de mudança para a máquina estatal. Para ISTO É o Brasil:

Passou-se por um processo de transição do regime autoritário para o exercício e o aprendizado da democracia. A sociedade evoluiu e escreve através de seus representantes uma nova Carta, que reflita justamente esses avanços, organize um mínimo de consenso e mesmo ajude a modernizar o próprio aparelho estatal. O Estado, contudo, parece refletir sempre a mesma imagem opaca de inapetência para prevenir problemas e incúria para remediá-los. (ISTO É, 02.03.1988, p. 15).

A partir dessa citação, é interessante observar como a revista pensava o aparelho estatal. Depois do período de transição da ditadura militar para o governo civil, os parlamentares, representantes políticos, deveriam elaborar uma nova Carta Magna, que, segundo a revista, deveria conter o processo de modernização da máquina estatal, acompanhando os avanços que estavam sendo feitos com as outras questões constitucionais. Sobretudo, “*a sociedade se vê obrigada a suprir as deficiências do Estado*”. (ISTOÉ, 02.03.1988, p. 15). Em síntese, a revista da Gazeta Mercantil fez crítica ao Estado, dessa forma, colocou em prática a sua posição política e ideológica ao defender a diminuição das funções do Estado. Com esta posição, podemos deduzir que ela evidenciou a sua contribuição às medidas neoliberais.

A discussão referente à máquina estatal não foi, somente, um dos elementos que a revista abordou em seus editoriais e matérias. Ao analisarmos alguns de seus editoriais, nos deparamos com o tratamento que ISTO É deu à questão do pacto social e do Estado de Direito. Por essa questão, ela não deixou de mencionar o Estado vigente na década de 1980, mas é claro procurando sempre fazer a sua crítica a ele. A síntese que vemos no editorial de 06.04.1988, é de

(...) que o projeto de transição para a democracia começou a decolar da mesa dos estrategistas oficiais, ainda no governo Geisel, a elite brasileira inclui nas suas preocupações a formação de um amplo pacto nacional que sustentasse a passagem para o Estado de Direito. (ISTO É, 06.04.1988, p. 17).

Vemos, aqui, uma definição importante para ISTO É, o Estado de Direito. A revista defendeu essa forma de Estado de Direito, como expressão do processo de democratização e modernização da máquina estatal. A mesma não especificou como seria e como funcionaria esse Estado. Dessa forma, analisando o editorial, pudemos constatar que houve um pacto que sustentasse esse Estado de Direito como mostrou a revista. Para melhor entendemos o que vinha a ser um pacto, frisamos uma citação de René Dreifuss,

O “pacto” era uma necessidade política e econômica. Almejando a estabilização do quadro econômico, dentro da ótica da classe, procurava-se realçar figuras ditas “moderadas” do âmbito sindical, com as quais o empresariado se sentisse à vontade para dialogar em posição de supremacia, isolando ao mesmo tempo (ou, ao menos, criando fendas na pretensa frente sindical), as lideranças mais combativas da CUT e assim, procurando minar a suposta base de ação do Partido dos Trabalhadores. (DREIFUSS, 1989, p. 65).

Se o pacto era uma necessidade política e econômica para a estabilização da crise econômica, acordado entre o setor empresarial e a classe trabalhadora, foi também resultado da disputa entre eles, como produto do processo da luta de classes. Vemos que em meio ao editorial, a revista narrou que

a sociedade brasileira, que sempre demonstrou uma razoável capacidade de selar acordos regionais e setoriais, deparava com um desafio acima do seu nível de organização e representatividade política. Na semana passada, porém, reuniões realizadas em São Paulo entre empresários e trabalhadores chegaram pela primeira vez a um ponto comum em torno de uma questão nacional: empregados e empregadores são contrários à extinção da URP [Unidade de Referência de Preços]. (ISTO É, 06.04.1988, p. 17).

Como se vê aqui, há um detalhe nessa citação: a posição que os empresários e os trabalhadores assumiram diante da URP, ambos eram contrário à sua extinção. Por estar contornado por uma questão nacional, o pacto assinado entre ambos foi uma negociação, ou uma saída (solução) para a crise brasileira. Essa frase nos faz refletir que quem assumiu a organização da sociedade civil e representou a mesma, foi o *ensaio do pacto social*. Essa construção jornalística repercutiu na crítica de ISTO É à forma de organização e a representação do Estado brasileiro.

Na matéria “**Carta de alforria**”, a revista inseriu, em sua matéria, a entrevista de Sarney sobre a definição do mandato: “*‘Quem governa, governa com a realidade’ ensinou ele [Sarney] no depoimento que deu à imprensa meia hora depois de encerrada a votação. ‘E a*

realidade deste instante é que a Constituição deu-me confiança para governar até 1990”. (ISTO É, 08.06.1988, p. 19). Com o mandato para cinco anos, a revista mostra que o presidente da República José Sarney conseguiu apoio dos constituintes para resolver os problemas existentes na política e economia do Brasil. Nessa matéria ela passou a direcionar a discussão para a criação ou não de um novo partido político (PSDB), a formação desse partido seria em virtude das divergências dos políticos dentro do PMDB em relação às questões constitucionais como a do mandato presidencial: *“vitória dos cinco anos foi a senha para a decantada criação do novo partido de tendência social-democrata que deverá abrigar os dissidentes do PMDB e de alguns outros partidos, como o PFL”*. (ISTO É, 08.06.1988, p. 21).

Agora, a escassez do acordo e entendimento entre os parlamentares constituintes nos pontos principais do texto constitucional, deve-se à recusa da burguesia brasileira e do Centrão em contemplar os interesses da classe trabalhadora, como a estabilidade no emprego e os direitos trabalhistas. Isso podemos ver na narrativa da revista, **Conquistas à esquerda - retirada da estabilidade deixa empresários mais confiantes, mas o preço do acordo é alto**, *“para salvar os dedos contra a proposta de estabilidade no emprego, o Centrão entregou na Constituinte os anéis de avanços sociais absolutamente inesperados pelos empresários que lhe dão apoio”*. (ISTO É, 02.03.1988, p. 38). Esses avanços trouxeram queixas dos empresários que davam apoio ao “Centrão”. A proposta de estabilidade no emprego foi derrotada na Assembléia, mas encontramos na análise da matéria conquistas para os trabalhadores de extrema importância, segundo a revista, que são: o abono de 30% sobre as férias, a licença maternidade e paternidade, a redução de jornada de trabalho e o pagamento de horas extras. Vejamos isso na reportagem de ISTO É.

O próprio Centrão estava atônito com os resultados de uma negociação que eliminou o item sobre estabilidade no emprego, mas aprovou conquistas significativas para os trabalhadores, como pagamento de abono de 30% sobre as férias, quatro meses de licença para as gestantes e redução da jornada semanal de trabalho para 44 horas. Além desses, outros tópicos pareceram pouco interessantes para a iniciativa privada, como a limitação de turnos contínuos de trabalho no máximo seis horas, pagamento de horas extras com um acréscimo de no mínimo 50 % e licença paternidade de oito dias. (ISTO É, 02.03.1988, p. 38).

Constatando o fragmento acima, é preciso destacar que a revista mostrou que essas conquistas, como limitação de turnos, pagamentos de horas extras com acréscimo e licença paternidade, não interessavam às empresas privadas. Nessa questão, a revista analisou a

situação como favorável para a busca do consentimento, tal como também, evitar que o Congresso Nacional aprovasse as medidas “radicais”, descritas na citação. Para ela, ao desenvolver em sua matéria toda uma discussão em torno dos assuntos apresentados acima, o que mais importava para os empresários foi que “*a Constituinte trilha os caminhos do consenso numa tentativa de refletir a própria necessidade de modernização do capitalismo brasileiro*”. (ISTO É, 02.03.1988, p. 38). ISTO É afirma a necessidade de o capitalismo brasileiro se modernizar, inclusive para isto defendendo a concessão de alguns direitos sociais e trabalhistas. Como a crise econômica no país na década de 1980, a consequência da política econômica da ditadura trouxe para o governo civil situações drásticas a resolver, é claro que isso não se deu somente no patamar da economia, mas também no da política, do social e do cultural. Com a crise da hegemonia da elite dominante brasileira, o capitalismo brasileiro precisou sair da situação em que se encontrava e para isso buscou no momento em que o Brasil reescrevia a sua Constituição a solução para a sua crise.

Na sua edição 580, no editorial intitulado **A Hora do Acordo** (ISTO É, 03.02.1988), ISTO É abriu a discussão do seu editorial sobre manifestações da oposição ao regime militar que clamavam pela retirada do *entulho autoritário* do texto Constitucional. O que a revista pretendia com isso era chamar atenção, mais uma vez, do leitor para a presença - ainda - desse *entulho autoritário* na Constituinte. No meio do editorial, a revista deslocou a discussão em torno do tempo do mandato presidencial. Nesse editorial, vemos, aliás, em uma das passagens que

Na esteira do choque em torno do mandato do presidente, há vários outros pontos de conflito que ameaçam esticar o calendário da Constituinte a prazos insuportáveis. Por isso, mais do que em qualquer outra etapa dos trabalhos de redação da nova Carta, esta é a hora da negociação. (ISTO É, 03.02.1988, p. 21).

Ao dizer que os conflitos existentes nos itens principais constitucionais podem fazer com que a aprovação da Nova Carta Magna demorasse a acontecer, ISTO É para agilizar os debates constitucionais, propôs a necessidade da negociação. Essa proposta a revista fez porque a falta de consenso entre os membros constituintes evitou os avanços da discussão ficando, dessa forma, em volta do mesmo assunto e quando parece que ia avançar, ela retrocedeu como foi o caso do mandato presidencial. Mas ressalta que

Há um ano atrás, a instalação da Constituinte era acompanhada por um pano de fundo de sérios problemas econômicos. Esgotava-se a capacidade do Banco Central de manter em dia a conta da dívida com os banqueiros,

tornando obrigatória a maratona externa. Aqui dentro, o clima de incertezas entre o empresariado fechou as torneiras dos investimentos e fez reverter a curva do emprego. Recuos na estratégia de negociação da dívida e a ausência de sinais que estimulassem a conversão da poupança em novas fábricas e na ampliação das linhas de produção fizeram com que esse pano de fundo se tornasse mais denso e perigoso. (ISTO É, 03.02.1988, p. 21).

Nessa ocasião, ISTO É afirma que os trabalhos da Constituinte foram feitos com a presença dos problemas econômicos no Brasil. As incertezas dos rumos e da solução da crise econômica impediram o empresariado de obter avanços em suas linhas de produção. A revista deixou claro que *“não é a simples conclusão da esperada Constituição democrática que vai solucionar equações como essa. Mas nenhum país consegue traçar seu futuro sem que estejam definidas as regras que balizam os conflitos entre seus cidadãos”*. (ISTO É, 03.02.1988, p. 21). De modo sintético, para a revista semanal ISTO É a solução para os problemas existentes demanda da definição das regras implantadas na Constituinte, da política adotada e da forma de atuação do governo diante dos reais problemas presentes.

A demora do término da Constituinte foi uma preocupação da revista ISTO É na matéria publicada em 03.02.1988 que recebeu o título de **Constituinte – em marcha lenta** quando percebeu que as sessões plenárias não caminhavam para a reta final de seu trabalho. Sua preocupação foi apresentada ao leitor através da fala do governador paulista Orestes Quécia da seguinte maneira,

Agitada pelas articulações do Planalto em favor do mandato de cinco anos para o presidente José Sarney, que transformaram o cenário político numa espécie de mercado a céu aberto, e pelas investidas regimentais do Centrão, na primeira semana de plenário a Constituinte nunca esteve tão perto de um colapso sério - risco que sobressaltou até mesmo o governador paulista Orestes Quécia, um político que costuma economizar frases e prognósticos. “Estamos arriscados a não ter a nova Constituição logo. Se não houver entendimento, ela pode demorar mais um ano”, preocupava-se Quécia. (ISTO É, 03.02.1988, p. 29).

Como a revista vinha acompanhando o caminho e o trabalho da Constituinte, vemos uma questão importante a destacar nessa citação, a preocupação através do governador paulista peemedebista Orestes Quécia. Essa citação nos faz refletir mais uma vez que ao citar a fala do governador, encontramos novamente uma prática de padrão de manipulação na grande imprensa em que o jornalista Perseu Abramo denomina de *oficialismo*, em que o jornalista/editor usa a fala de uma autoridade, no caso do governador Orestes Quécia, para

reforçar ao leitor a veracidade da informação apresentada, fazendo com que o uso da fala consolide a posição da revista.

No tocante à edição de 10.02.1988, ISTO É discutiu a escassa prática democrática da elite brasileira e a forma de atuação do PMDB na Assembléia Constituinte. Além de relatar que o partido majoritário já não lembra da sua breve história como na luta pelas “Diretas Já”, foi apresentada pela revista da seguinte forma:

Descontada a previsível **ojeriza das formações derivadas da esquerda autoritária e da direita regressista**, vê-se na Constituinte o espetáculo inquietante da omissão com que larga franja do PMDB homenageia velhos inimigos da causa democrática. Atraído pelo facilitário da campanha de moralidade que mobiliza a opinião pública sem tratar do essencial, o partido majoritário vira as costas para sua breve história e, por intermédio de algumas das vozes que mais sofreram e se dignificaram na luta pela liberdade, soma no coro autoritário que pede punições sem processo para funcionários e políticos de fama inidônea. (ISTO É, 10.02.1988, p. 19. Grifo meu).

De fato, não há causa democrática, aqui a revista chama atenção para o PMDB que homenageia os inimigos da democracia, os militares. Vemos isso quando ISTO É narrou e considerou para seu leitor a homenagem do PMDB aos militares frentes “*a esquerda autoritária e a direita regressista*”, e que alertou que eles esqueceram que lutaram pela liberdade. Acrescenta que “*moralidade só prospera nas democracias estáveis, até por que o único antídoto eficaz contra a prevaricação no serviço público é a alternância no poder*”. (ISTO É, 10.02.1988, 19). Segundo a revista, para evitar a prevaricação do serviço público, é fundamental, além da alternância no poder, o fortalecimento das elites brasileiras através da prática democrática. Com base nesse preceito, a revista pensa que

Fazer eleições, trocar partidos no poder, limpar o cipoal legislativo que alimenta diretamente a corrupção do setor público na multiplicação de atos burocráticos que cerca uma liberação de verbas, **diminuir enfim o próprio Estado** - de forma que ocupe fatia cada vez menor da renda nacional - são medidas que induzem a moralidade num ambiente democrático. (ISTO É, 10.02.1988, p. 19. Grifo meu).

O desfecho da revista estava em orientar os seus membros constituintes para a diminuição do papel do Estado. Para isso, ela fez através de argumentos como a menção a supostos atos de burocratização para justificar a necessidade da diminuição do Estado. Finaliza seu editorial mostrando qual a função que entende que o Estado deve exercer:

Igualmente, desenvolver a escolaridade das crianças, aumentar a disponibilidade de bons alimentos para os pobres, oferecer transporte e moradia a baixo preço – numa palavra, integrar as massas brasileiras no centro de decisão e de bem-estar são providências que consolidam uma verdadeira sociedade democrática. Não é a moralidade que une esses dois grupos [PMDB e CNBB] de coisas benfazejas. (ISTO É, 10.02.1988, p. 19).

Esse editorial permite perceber que a revista da Gazeta Mercantil propôs ao Estado as funções básicas sociais para as pessoas, tais como escola, alimentos, transporte e moradia. Temos um destaque para a posição de ISTO É em adequar e/ou adaptar a Constituição com o desenvolvimento econômico e político no ano de 1988, “*para o presidente da Constituinte, os avanços da Carta apontam para o futuro e dotam a nação de princípios modernos, adequados à virada do século e à necessidade de uma democracia estável*”. (ISTO É, 01.06.1988, p. 17). Assim, a revista ISTO É passa a ser favorável a atitude do presidente da Constituinte Ulysses Guimarães em relação ao texto constitucional de “adequá-lo aos novos tempos”. Basta observar um aspecto básico encontrado no editorial com relação à sociedade.

Numa sociedade complexa e estratificada como a brasileira, seria mesmo impossível imaginar a unanimidade diante de uma lei. O que importa, porém, é que só a convivência dos cidadãos com a nova Carta poderá demonstrar se a nação já atingiu a maturidade para resolver seus problemas dentro do estado de direito. (ISTO É, 01.06.1988, p. 17).

Nessa matéria, ISTO É dizia que por mais que a sociedade brasileira seja complexa e estratificada em relação aos avanços da Nova Carta Constitucional, é visto aqui mais uma vez, a defesa, por parte da revista ISTO É, do Estado de Direito. Daí ela propôs a “maturidade” da nação e que os problemas existentes dessa sociedade sejam e devem ser feitos dentro do “*estado de direito*”. O resultado do trabalho na Assembléia que minimizaria os conflitos na sociedade seria visto a partir do convívio/relação dessa sociedade com a nova Carta Magna. Esse foi o questionamento que ISTO É utilizou, para convencer o leitor da possível volta dos militares ao governo através da referência que ela fez com a palavra maturidade. Sobre o Estado de Direito, Raymundo Faoro destaca que “*para o Estado de Direito, na verdade, as leis não governam em lugar dos homens, mas atuam como normas, corretivo para qualquer desvio de rota no comando por elas imposta*”. (FAORO, 1985, p. 39). Ao ressaltar, mais uma vez, a concepção do Estado de Direito, é nessa forma que os artigos constitucionais delimitavam os conflitos na sociedade capitalista, mas precisamente controlar a classe trabalhadora para não abalar a regra do sistema capitalista.

Em **Abuso de candidato** (ISTO É, 24.02.1988), a reportagem tratou da ofensiva que o presidente Sarney fez aos trabalhos da Constituinte que estava preste a diminuir um ano de seu mandato e da possível candidatura de Ulysses Guimarães à Presidência da República. Na matéria dizia que

O tiro de Ulysses foi certo ao recusar a execração dos trabalhos constitucionais, pois tudo indica que a democracia se sobrepõe aos interesses de grupo, com as questões mais polêmicas da nova Carta sendo objeto de acordos entre as partes. (ISTO É, 24.02.1988, p. 23).

Um aspecto que enfatiza a citação acima foi os interesses dos grupos como a UB, Centrão, PMDB (esquerda do partido). Quando se referiu ao tiro de Ulysses, estava se referindo a crítica que o presidente da Constituinte tem recebido de alguns políticos por ameaçar todos os trabalhos da Constituinte. Essa ameaça surgiu porque o presidente da Constituinte estava disposto a limitar um ano de mandato do presidente da República Sarney. A revista diante disso, define que *“não há por que zerar o que já foi feito. Mas exacerbou justamente por que na ânsia de ganhar contornos oposicionistas na pele de um candidato presidencial acabou subordinado a interesses particulares”*. (ISTO É, 24.02.1988, p. 23). Como solução para os problemas da possível candidatura de Ulysses Guimarães para a Presidência da República, a revista começou a se posicionar através de um nome provável para a candidatura da Presidência da República em 1988. A revista defendeu que *“nada impede, dependendo da conjuntura, que as conseqüências acabem beneficiando outro presidencial mais cauteloso - Orestes Quércia”*. (ISTO É, 24.02.1988, p. 23). Aqui podemos ver que a revista ISTO É, de propriedade de Luiz Fernando Levy, mostrou a sua postura e opção política em favor do paulista Orestes Quércia - PMDB. Lembrando que no ano de 1988, Orestes Quércia foi governador do Estado de São Paulo pelo PMDB. O mesmo foi quem cedeu apoio ao proprietário Domingo Alzugaray, quando este recomprou a revista ISTO É em julho de 1988.

É interessante fazer um comentário referente à ligação política entre o proprietário da revista ISTO É Domingo Alzugaray com o político paulista Orestes Quércia - PMDB. Segundo Mario Conti,

“Mino Carta conheceu Quércia quando ele ainda era senador. Começou a achar, em meados dos anos 80, que o progresso do país passaria por Quércia. Alzugaray era da mesma opinião. Quércia é um homem do progresso, de fazer obras, pensava, e se ele for eleito, São Paulo vai se desenvolver, a Editora Três crescerá, todos crescerão”. (CONTI, 1999, p. 422).

Como se vê, Domingo Alzugaray e Mino Carta acreditavam no trabalho político de Orestes Quércia para a progressão do Brasil, a possibilidade de uma vitória presidencial de Quércia beneficiaria financeiramente a Editora de ISTO É, como também o prestígio dessa mesma revista comercialmente. Porém, a recusa de Orestes Quércia em disputar a eleição presidencial de 1989, fez com que Mino Carta - que retornou a Editora de Alzugaray a convite do mesmo, em 1988 - e Domingo Alzugaray escolhessem outro candidato e “*engajaram IstoÉ na campanha de Luiz Antônio Fleury Filho*” (CONTI, 1999, p. 424) para a eleição presidencial.

Ainda com base na reportagem, **Abuso de candidato**, publicada em 24.02.1988, vemos como a revista tratou a política do deputado Ulysses Guimarães na Assembléia Nacional Constituinte:

O deputado [Ulysses Guimarães] teme, na verdade, que um novo confronto na Constituinte atrapalhe o rumo da negociação que a Assembléia tomou assim que cessou a guerra entre o grupo do senador Mário Covas e o Centrão. Durante mais de dois meses, Ulysses assistiu pacientemente aos combates, apostando no desgaste de ambos os lados. E acertou ao prever que nem os radicais de Covas - nem os do Centrão - conseguiriam maioria em plenário para tomar o timão da Constituinte. Como acertou, também, no momento de desembarcar de um governo que enfrenta uma franca rebeldia de suas bases políticas. “Ele deu o primeiro passo concreto para afastar-se do governo”, observava na última quinta-feira o senador Mário Covas. “Quem está no governo, hoje, é o antigo regime”. (ISTO É, 24.02.1988, p. 24).

Diante disso, a revista deixou claro na matéria que houve uma espécie de “duelo” entre o grupo do senador Mário Covas (PMDB) - visto como radical - e o “Centrão”. No entanto, a construção discursiva dessa matéria estava pautada, embora de forma ambígua, através da fala do senador Mário Covas que o governo José Sarney já é antigo para “os novos tempos”, ao mesmo tempo, chama atenção do leitor para o risco de volta dos militares ao poder. Ao utilizar a fala do senador para caracterizar o governo, vemos mais uma vez o uso do *oficialismo* – padrão de manipulação da grande imprensa que já apresentamos anteriormente nesse capítulo. Para André Couto,

IstoÉ chamava a atenção para a movimentação dos setores ‘conservadores’, que, descontentes com uma série de decisões preliminarmente adotadas pela Comissão de Sistematização da Constituinte, se rearticulavam num grande bloco que se autodenominava “Centrão”. Para *IstoÉ*, esse grupo ameaçava paralisar a elaboração da nova Carta. (COUTO, 2001, p. 2818. Destaque no original).

Na citação anterior a essa, ao mostrar a existência de conflitos presente na Assembléia Nacional Constituinte entre o “grupo de Mário Covas” e o “Centrão”, a revista procurou dizer aos leitores a presença da movimentação do conservadorismo do “Centrão” na Constituinte. ISTO É, em suas matérias, colocou esses dois grupos em lados opostos, e os partidos encontrados - presentes - no discurso da revista são os partidos que de alguma forma representam as distintas frações da burguesia. Em nenhum momento pudemos constatar a presença do Partido dos Trabalhadores (PT) ao longo de nossa análise. A revista procurou silenciar esse partido enquanto instrumento de organização da classe trabalhadora, evitando mostrar a divergência e convergência do PT em relação aos conteúdos constitucionais e a outros partidos.

É de fundamental importância compreender a atuação da revista durante a Assembléia Nacional Constituinte, pois, através dessa compreensão, podemos perceber quais os grupos que estavam em disputa no poder, defendendo propostas a serem incorporadas na nova Constituição. Como também pudemos constatar qual grupo foi omitido pela revista como o PT que também interveio no processo constituinte. Em relação ao governo de José Sarney, no início do mandato a revista de Luis Fernando Lévy, apoiou de forma discreta o governo Sarney, já que o mesmo é “*um político oriundo do regime militar*”. (COUTO, 2001, p. 2817) e ISTO É defendeu a retirada do entulho autoritário do regime militar-civil da nova Constituição. No desenvolvimento do trabalho na Assembléia Nacional Constituinte o desagrado de ISTO É por José Sarney – cujo governo foi marcado pela crise econômica, intrigas entre as frações da burguesia brasileira, a crise política – crescia. A revista semanal foi, dessa maneira, mudando sua opinião sobre o governo federal.

Além da crise política brasileira, devemos pontuar que no período em estudo dessa pesquisa, na gestão de José Sarney, o Brasil foi assolado por uma crise econômica em sua economia, o aumento do índice da inflação, a dívida interna e externa, o perigo da hiperinflação, o aumento dos preços dos produtos, o déficit público e a elevação dos preços em todos os setores relacionada com a economia afetaram e abalaram, de um modo ou de outro, toda a população brasileira, inclusive os salários dos trabalhadores não escaparam dessa crise econômica. Para melhor entendermos essa discussão, enfatizamos no argumento de Luiz Bresser Pereira,

No Brasil, em que o poder das diversas classes e frações de classe é tão díspar, a inflação tem sido basicamente um mecanismo de concentração de

renda e mais especificamente uma forma de transferir renda para os grupos capitalistas ao mesmo tempo mais dinâmicas e com maior poder sobre o Estado. Foi sempre uma forma de transferir renda dos trabalhadores para os capitalistas. (PEREIRA, 1992, p. 129-130).

O que podemos sintetizar nesse capítulo é que, enquanto agente político, a fundamentação da análise parece mostrar a postura da revista em favor do governador Orestes Quéricia (PMDB) e de seu grupo político, por Quéricia fazer parte do empresariado paulista, possivelmente a revista apoiou a posição do empresariado paulista, constituindo-se desta forma como partido desta fração da burguesia brasileira. A revista ISTO É, através das análises do processo em que se deu a Constituinte, já dava destaque para a força de articulação conservadora do “Centrão” na Assembléia Nacional Constituinte. Por tomar uma posição favorável à classe empresarial paulista procurou colocar em prática em seu conteúdo jornalístico as medidas defendidas por esse empresariado industrial como o afastamento do Estado da economia (desestatização da economia) - cabendo a este, apenas as atividades sociais necessárias, a não intervenção do Estado na negociação entre o empresário e o trabalhador, a defesa do capital nacional - embora a FIESP, defendia liberdade para o capital internacional. Em relação a isso, a revista da Gazeta Mercantil não teve uma postura amigável com os representantes multinacionais no Brasil quando o assunto se tratava da economia brasileira. ISTO É procurou, dessa forma, orientar e direcionar políticos constituintes para que os textos constitucionais enquadrassem o retorno do Estado de Direito, a democracia - dita burguesa -, a democratização da organização institucional política brasileira e a modernização do capitalismo brasileiro. A respeito do empresariado referente a questão social, Dreifuss argumenta que

Um reforço importante para o empresariado foi o dos governadores que se engajaram na luta contra as conquistas de modernização social. A tática desenvolvida pelo presidente da Fiesp e do Fórum Informal, Mário Amato - de consulta ao governador de seu estado, para uma manobra envolvente sobre os constituintes reticentes ou indisciplinados do Centrão -, já dava frutos e passaria a ser seguida por outros. (...) [Newton Cardoso] se disse empenhado em liderar, com o apoio do governador Orestes Quéricia, um movimento nacional para modificar, na segunda etapa da Constituinte, alguns dos itens que constavam do Capítulo dos Direitos Sociais. Enquanto Quéricia se empenhava em reunir lideranças sindicais e empresas paulistas para discutir o encaminhamento da questão econômica nacional (e concatenar esses esforços e conclusões com a presidência, ministros e outras autoridades da área econômica), Cardoso comparava a liderança-paternidade a um retorno “à era tupiniquim, quando os índios ficavam em casa, enquanto suas mulheres tinham filhos”. (DREIFUSS, 1989, p. 216-217).

Nessa citação, fica evidente o apoio do governador paulista Quércia à tática da FIESP para a derrubada das conquistas sociais. Durante a década de 1980, foi possível perceber que o “terreno” no campo político e econômico estava sendo preparado com a implementação de políticas neoliberais defendida, como vimos, por alguns políticos do PMDB. Esse modelo neoliberal ganhou força e foi efetivado, no Brasil, com a vitória do alagoano neoliberal Fernando Collor de Mello, nas eleições de 1989, com a nova Constituição brasileira aprovada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa pesquisa demonstrou que a hegemonia (projeto) sempre se afirma em meio às disputas ideológicas na sociedade capitalista. A construção da hegemonia está, como sempre esteve, relacionada à necessidade da classe burguesa em renovar suas formas de domínio, podendo ser ele: econômico ou político, para a reprodução do capital quando o sistema capitalista é atingido por uma crise econômica ou política, por exemplo, ou quando o poder da burguesia capitalista se encontra em risco - em virtude das divergências entre as frações existentes dentro da classe burguesa por causa das diferenças entre os projetos hegemônicos defendidos por elas. Na década em questão (1980), com a grande debilidade política e econômica presente no Brasil, a Assembléia Nacional Constituinte foi um processo de conflitos entre os setores sociais, foi um momento de disputa ideológica como também de embate entre projeto hegemônico. Tanto é que como vimos em nossa pesquisa, em vários momentos houve entendimento e desentendimento entre governo, partidos, empresários, classe trabalhadora - quanto a esta, não encontramos matérias/editoriais que tratassem especificamente dessa classe em relação a Constituinte. No caso, a classe burguesa - podendo ser a dominante - e a imprensa que compartilhava, como tinham em comum, procuraram construir uma democracia denominada liberal.

A partir dos estudos e reflexões teóricos que fizemos no primeiro capítulo, constatamos que a nova Constituição brasileira estabeleceu uma democracia liberal com separação dos poderes e eleições diretas para cargos dos executivos e legislativos. Alguns pontos da Constituição causaram polêmicas como a intervenção do Estado na economia a fim de regulamentá-la - que para os empresários remetia ao medo da estatização da economia -, a estabilidade de emprego, sistema de governo entre outras. Mas todos tinham um mesmo objetivo, o seu projeto de hegemonia a ser estabelecido na Constituição de 1988.

No presente estudo, nos capítulos 2 e 3, ficou evidente que a revista ISTO É, cuja bandeira para a formação de uma Assembléia Nacional Constituinte levantou desde 1984, passou a ter atuação, embora assumindo uma postura às vezes pretensamente neutra, às vezes permanecendo em “meio-termo”, diante das questões constitucionais, no processo de elaboração e de aprovação da nova Carta Magna brasileira, através de seus editoriais e matérias.

Vimos também que ela teve uma postura positiva às eleições indiretas de Tancredo Neves, tanto é que a mesma sempre noticiava a necessidade de Neves assumir a presidência

da República, para reorganizar, dialogar e manter a ordem dentro da classe burguesa. Em suma, o que podemos avaliar sobre o segundo e terceiro capítulos, a partir da análise da nossa fonte e objeto, é que pudemos constatar princípios liberais que a revista defendeu que foram os seguintes: Estado de Direito, democracia - embora a revista não disse qual democracia, a evidência do estudo mostrou que se tratava de uma democracia liberal -, Separação de Poderes que, para ISTO É, era mais fácil para o governo administrar o país tendo em vista a circunstância em que o Brasil se encontrava no período em questão. Além desses princípios, destacamos na análise elementos favoráveis a busca do consenso e ao projeto hegemônico por parte da revista como a soberania da Constituinte, a Assembléia Congressual, o parlamentarismo como sistema de governo, a liberdade individual - a econômica dos empresários -, a aclamação pela retirada do entulho autoritário e o chamamento da atenção do leitor para a falta de maturidade - essas duas expressões utilizada por ISTO É -, atentou o seu leitor da possível volta dos militares ao poder. Uma das questões principais na análise foi à necessidade de modernização do capitalismo brasileiro, a reconstrução política civil e a organização institucional da política brasileira. Como vimos, na década de 1980 o neoliberalismo ganhou espaço na política econômica mundial, principalmente depois com o fim da guerra fria, propondo um “Estado mínimo” e uma economia pautada na livre concorrência. No processo de estudo da análise, observamos que a revista ISTO É tenha tomado uma posição politicamente liberal, como já ressaltado, a partir dos elementos apresentados ao longo de nossa pesquisa. Porém, houve elementos em que a revista demonstrou aproximação com os princípios neoliberais, acerca do período em debate, isso se sucede quando esse setor de imprensa impressa fez crítica a ineficiência do Estado brasileiro e quando avaliou sua defesa na limitação das funções desse mesmo Estado, como a desestatização da economia em favor dos empresários brasileiros. Assim como ISTO É definiu o Estado em seu conteúdo jornalístico, a revista VEJA do Grupo Abril, também defendeu a privatização, a liberdade dos empresários em relação à economia sem a presença do Estado. Segundo Carla Luciana Silva, houve na reportagem de VEJA “*a defesa do fim do estado de bem estar social*”. (SILVA, 2005, p. 542). Como podemos perceber, o setor de imprensa tem uma linha ideológica e política a ser seguida, em outra palavra, seu projeto hegemônico a ser defendido.

Como se vê, vários foram os elementos da revista para orientar os constituintes para a elaboração da nova Constituição brasileira. No momento em que a revista se organizava através de suas edições, ela mostrou a sua postura diante da Assembléia Nacional Constituinte. Em certos momentos, a revista teve dificuldades em orientar os constituintes

políticos, o que se deve às “intrigas” entre os partidos da Aliança Democrática (PMDB e PFL) e o governo federal. Teve que trabalhar duplamente na sua narração, além de defender seu projeto de hegemonia, se intermediar com o mais radicais grupo do “Centrão”, lidar com a “esquerda autoritária e a direita regressista”. Em relação a este, apoiou no início do governo de José Sarney, mas no decorrer do trabalho da Assembléia Constituinte mudou de posição como vimos ao longo da análise. Mesmo que tenha defendido elementos neoliberais, o balanço que podemos fazer a esse respeito é que não é possível falar que a postura da revista ISTO É fosse totalmente neoliberal, pois teve momentos que ela defendeu os empresários nacionais (criticando os multinacionais no Brasil) e outro, em parte, defendia alguns elementos neoliberais, assim parece que ela estudava a condição, favorável ou não, desse modelo para o seu projeto hegemônico.

Parafrazeando a nossa análise, pudemos constatar o silenciamento de ISTO É da Gazeta Mercantil em suas matérias e editoriais a partido político como: o PT (Partido dos Trabalhadores) e o PCB (Partido Comunista Brasileiro). Isso aconteceu por causa do projeto de hegemonia da revista, isso fica evidente devido à postura que a mesma assumiu em relação a esses partidos. Pois, como sabemos que esses partidos fizeram parte da bancada da Assembléia Nacional Constituinte, suas presenças foram fortemente visto quando as questões da Assembléia se tratavam dos problemas sociais. Por isso, a revista procurou omitir a participação desses partidos em seus conteúdos jornalísticos, para que, assim, melhor pudesse trabalhar em sua linha editorial, a sua linha ideológica hegemônica.

A respeito da nossa concepção da imprensa enquanto aparelho privado de hegemonia, fica evidente os argumentos que foram utilizados e apresentados ao longo da pesquisa, a revista ISTO É como aparelho privado de hegemonia. Isso porque cada partido formal defende um projeto de hegemonia, em que exemplifica o seu programa e a sua orientação ideológica, econômica e política conforme o seu projeto. Por meio desse projeto é que a classe burguesa utiliza e exerce através da estratégia para beneficiar o capitalismo, o seu domínio econômico e político, para a aquisição da conquista de poder e aumentar a concentração de renda. Em suma, na medida em que, mesmo com a existência da fração dentro da classe burguesa, ela procura se organizar através de instrumentos mais propício aos seus interesses, como é no caso, a revista ISTO É. Disso, nada se difere, em muito, do projeto de hegemonia por parte da imprensa escrita, em particular, da revista ISTO É, cujo papel fundamental que ela passou a assumir nos anos da Constituinte foi a de uma postura liberalizante em seus trabalhos jornalísticos. Podemos concluir que, a direção política e ideológica da revista estava pautada nos princípios de uma hegemonia liberal.

O que refletimos reforça a necessidade de estarmos sempre atentos para a construção do conteúdo jornalístico para que, diante disso, não assimilamos a ideologia dominante. Para isso, é preciso estudar a imprensa em toda a sua amplitude, ou em parte, para entendemos mais sobre a imprensa e sua crescente influência nos setores sociais. Pois sua atuação e sua postura mudam conforme a situação do momento presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS E CAPÍTULO DE LIVRO

ABRAMO, Cláudio. *Uma Constituição diferente*. In: SADER, Emir. (org.) **Constituinte e Democracia no Brasil**. 4ª.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

ABRAMO, Perseu. **Padrões de Manipulação na Grande Imprensa**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

ANDERSON, Perry. *Balanço do Neoliberalismo*. In: SADER, EMIR; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23.

ARBEX JUNIOR, José. **Showrnlismo: a notícia como espetáculo**. São Paulo: Casa Amarela, 2001.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

BOITO JR, Armando. **Política neoliberal e sindicalismo no Brasil**. São Paulo: Xamã, 1999.

CASTRO, Antonio Escotesguy. **Política da Constituinte**. Porto Alegre/RS: Mercado Alegre, 1985. Série Tempo de Pensar.

CASTRO, Nilo Piana de; MARÇAL, Fábio Azambuja. *O cinema e a Segunda Guerra Fria: os anos Reagan*. In: **Contrapontos**. Ensaio de História Imediata. Organizadores: Luis Dario Teixeira Ribeiro, Enrique Serra Padrós, Érico Pinheiro Fernandez e Christiano Van Gorkon. Porto Alegre: Folha da História Palmarica, 1999.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CHOMSKY, Noam. **O lucro ou as pessoas?** Neoliberalismo e ordem global. 4º ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

CONTI, Mario Sergio. **Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

DIAS, Edmundo Fernandes. *O Embate hegemônico*. In: **Política Brasileira: embate de projetos hegemônicos**. São Paulo: Editora Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2006.

_____. *Hegemonia: a racionalidade que se faz à história*. In: DIAS, Edmundo Fernandes. [et al]. **O Outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato R. *Empresários e Constituinte: continuidade e rupturas no modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil*. In: CAMARGO, Aspácio; DINIZ, Eli. **Continuidade e mudança no Brasil da Nova República**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1989. p. 116-136.

DREIFUSS, René Armand. **O jogo da direita**. Petrópolis, Editora Vozes Ltda, 1989.

EAGLETON, Terry. **Ideologia**. São Paulo: Unesp/Boitempo, 1997.

Estados Unidos: mídia e poder. Entrevista: Noam Chomsky. In: **Contrapontos**. Ensaio de História Imediata. Organizadores: Luis Dario Teixeira Ribeiro, Enrique Serra Padrós, Érico Pinheiro Fernandez e Christiano Van Gorkon. Porto Alegre: Folha da História Palmarica, 1999.

FAORO, Raymundo. **Assembléia Constituinte**. A legitimidade recuperada. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. 4ª.Edição.

_____. *Constituinte: a verdade e o sofisma*. In: SADER, Emir. (org.) **Constituinte e Democracia no Brasil**. 4ª.ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986. p. 7-16.

FRIEDMAN, Milton; FRIEDMAN, Rose. **Liberdade de escolher**. 2ª.ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 1979.

GARCIA, Marília. **O que é constituinte**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. 2º ed. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasiliense, 2002.

_____. **Cadernos do Cárcere**. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasiliense, 2001.

HABERT, Nadine. **A década de 70: apogeu e crise da ditadura militar brasileira**. 3ª.ed. São Paulo: Editora Ática, 1996. Séries Princípios.

LIGUORI, Guido. **Roteiros para Gramsci**. Tradução de Luiz Sérgio Henrique. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

MACIEL, David. **A argamassa da ordem**. São Paulo: Xamã, 2004.

MARCONDES FILHO, Ciro. **O capital da notícia**. (Jornalismo como produção social da segunda natureza). São Paulo: Editora Ática, 1989. 2ª.edição.

MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia Maria. **História do Brasil recente: 1964-1992**. 4ª.ed. São Paulo: Editora Ática, 1996. Série Princípios.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Sociedade*. IN: MATTOS, Marcelo B. **História: pensar e fazer**. Niterói, LDH, 1999.

MICELI, Sérgio. *O papel político dos meios de comunicação de massa*. In: SCHWARTZ, Jorge; SOSNOWSK, Saul. (orgs.) **Brasil: o trânsito da memória**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

MORAIS, Reginaldo. **Pacto social**: da negociação ao pacote. São Paulo: L&PM Editores, 1986. Coleção Universidade Livre.

NEUMANN, Laurício; DALPIAZ, Oswaldo. **Constituinte: vez e voz do povo?** Porto Alegre/RS: Edições Mundo Jovem, 1985.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. (org.) **A nova pedagogia da hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso.** São Paulo: Xamã, 2005.

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. **De Geisel a Collor: forças armadas, transição e democracia.** Campinas/SP: Papyrus editora, 1994. Coleção Estado e Política.

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico.** São Paulo: Boitempo, 2008. (Estado de Sítio).

PCB. **Novos rumos: a Constituição nova para o Brasil.** Proposta para a Constituinte. Partido Comunista Brasileiro(PCB). São Paulo: Editora Novos Rumos. Março de 1986.

PEREIRA, Luiz Bresser. **Economia brasileira. Uma introdução crítica.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1992.

PETRAS, James. **Armadilha neoliberal e alternativas para a América Latina.** São Paulo: Xamã, 1999.

_____. *Os fundamentos do neoliberalismo.* In: RAMPINELLI, Waldir. **No fio da navalha: crítica das reformas neoliberais de FHC.** São Paulo: Xamã, 1997. p. 15- 38.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. **Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio.** Petrópolis, RJ:Vozes, 2000.

RAMONET, Ignacio. **A tirania da Comunicação.** Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. *Tempos atuais e História Imediata.* In: **Contrapontos.** Ensaio de História Imediata. Organizadores: Luis Dario Teixeira Ribeiro, Enrique Serra Padrós, Érico Pinheiro Fernandez e Christiano Van Gorkon. Porto Alegre: Folha da História Palmarica, 1999.

RODRIGUES, Marly. **A década de 80.** Brasil: quando a multidão voltou às praças. São Paulo: Editora Ática, 2001. Série Princípios.

SANTOS, Ulisses B. dos; RIELLA, Carlos. *Minimização da notícia: um aspecto da mídia brasileira contemporânea.* In: **Contrapontos.** Ensaio de História Imediata. Organizadores: Luis Dario Teixeira Ribeiro, Enrique Serra Padrós, Érico Pinheiro Fernandez e Christiano Van Gorkon. Porto Alegre: Folha da História Palmarica, 1999.

SILVA, Carla Luciana. *Uma reflexão a partir de Gramsci sobre a imprensa.* In: DEL ROIO, Marco (org.) **Trabalho, política e cultura em Gramsci.** Marília/SP: Oficina Universitária Unesp, 2007. p. 93-96.

SILVA, Carlos E. Lins da. *Estado, sociedade civil e meios de comunicação.* In: SCHWARTZ, Jorge; SOSNOWSK, Saul. (orgs.) **Brasil: o trânsito da memória.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.

TESES E DISSERTAÇÕES

DUARTE, Selma Martins. **Isto É:** os discursos em torno da lenta redemocratização brasileira (1976-1981). Dourados/MS, 2007. Dissertação (Mestrado em História) - UFGD.

FONSECA, Francisco César P. **Divulgadores e vulgarizados:** a imprensa e construção da hegemonia ultraliberal no Brasil. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade de São Paulo.

_____. **A imprensa liberal na transição democrática (1984-1987): projetos político e estratégias de convencimento** (Revista Visão e Jornal O Estado de São Paulo). São Paulo, 1994. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas.

SILVA, Carla Luciana. **Veja: o indispensável partido neoliberal.** 1985-2002. Niterói/ RJ, 2005. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal Fluminense/UNIOESTE.

ARTIGO E RESENHA DE JORNAL E REVISTA

BIANCHI, Alvaro. *Hegemonia em tempos de cólera: a difícil construção de uma ordem mundial.* In: **Revista Outubro.** São Paulo: Alameda, nº 8, p. 97-116, 2003.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Crise, classes e ordem.* In: **Jornal Espaço Plural.** Marechal Cândido Rondon/PR, ano VI, nº 14, p. 20-22, 1º semestre de 2006.

_____. *Reestruturação produtiva: forma atual da luta de classes.* In: **Revista Outubro.** São Paulo: Alameda, nº 1, p. 45-52, maio de 1998.

MORAES, Denis. *Mídia e poder mundial.* In: **Revista História e Luta de Classes.** Ano 1, edição nº 2, p. 5-16, fevereiro 2006.

PAGOTTO, Maria Amélia Ferracciú. Resenha: Edmundo Fernandes Dias. *Política brasileira: embate de projetos hegemônicos.* São Paulo: Instituto José Luiz e Rosa Sundermann, 2004, Série Polêmicas. p. 245-254. In: **Revista Outubro.** São Paulo: Alameda, nº 15, 2007.

VERBERTES EM DICIONÁRIOS

KUSHNIR, Beatriz. Verbetes: *Mino Carta.* In: **Dicionário Histórico-Bibliográfico pós 1930.** Vol. 1. Coordenação Alzira Alves [et al.]. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas. Ed.Ver. e Atual., 2001.

BOBBIO, Norberto. Verbetes: *Estado Contemporâneo.* In: _____. **Dicionário de política.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1999. 2ª.ed. volume 1.

BOCAYVA, Pedro C. C.; VEIGA, Sandra M. **Novo vocabulário político: hegemonia e pluralismo**. Rio de Janeiro: Fases/Vozes, 1992.

COUTO, André. Verbetes: *Isto É*. In: **Dicionário Histórico-Bibliográfico pós 1930**. 5 Vol. Coordenação Alzira Alves [et al.]. Ed.Ver. e Atual. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2001.

ANEXOS

ANEXO 1

REVISTA ISTOÉ - LEVANTAMENTOS DOS EDITORIAIS

(1985-1988)

ANO 1985

EDITORIAL	AUTOR	DATA	EDIÇÃO
Tudo bem	Os Editores	20.03.1985	Nº 430
Vale o programa	Os Editores	27.03.1985	Nº 431
Governar bem	Os Editores	03.04.1985	Nº 432
A lei e o povo	Os Editores	10.04.1985	Nº 433
Infecção e morte	Os Editores	17.04.1985	Nº 434
Hora da verdade	Os Editores	24.04.1985	Nº 435
Sete anos depois	Os Editores	08.05.1985	Nº 437
Conta bem salgada	Os Editores	15.05.1985	Nº 438
Justiça trincada	Os Editores	22.05.1985	Nº 439
A questão agrária	Os Editores	29.05.1985	Nº 440
Políticos e perdedores	Os Editores	05.06.1985	Nº 441
Uma boa partitura	Os Editores	12.06.1985	Nº 442
Pé no freio	Os Editores	26.06.1985	Nº 444
Na hora de ver o FMI	Os Editores	10.07.1985	Nº 446
Prioridades da saúde	Os Editores	11.09.1985	Nº 455
Os pólos de novembro	Os Editores	09.10.1985	Nº 459
A questão agrária	Os Editores	16.10.1985	Nº 460
Olha a produtividade	Os Editores	23.10.1985	Nº 461
A inércia continua	Os Editores	30.10.1985	Nº 462
Lucro com a Petrobrás	Os Editores	13.11.1985	Nº 464
Dívida e liderança	Os Editores	27.11.1985	Nº 466
Novo ciclo econômico	Os Editores	18.12.1985	Nº 469

ANO 1986

EDITORIAL	AUTOR	DATA	EDIÇÃO
Confiança abalada	Os Editores	01.01.1986	Nº 471
Crise do desgoverno	Os Editores	15.01.1986	Nº 473
Portos de uma só via	Os Editores	22.01.1986	Nº 474
Inflação e competência	Os Editores	05.02.1986	Nº 476
Sarney escolhe o campo	Os Editores	12.02.1986	Nº 477
Informática dura	Os Editores	19.02.1986	Nº 478
Estocada nos preços	Os Editores	26.02.1986	Nº 479
Três condições	Os Editores	05.03.1986	Nº 480
Uma pedra morro acima	Os Editores	12.03.1986	Nº 481

Dois grandes presidentes	Os Editores	19.03.1986	Nº 482
Conflitos de interesses	Os Editores	02.04.1986	Nº 484
Pacotes ainda maiores	Os Editores	09.04.1986	Nº 485
Quadrilhas são de ladrões	Os Editores	16.04.1986	Nº 486
Mar de oportunidades	Os Editores	04.06.1986	Nº 493
Demanda e inflação	Os Editores	11.06.1986	Nº 494
Política e negócios	Os Editores	25.06.1986	Nº 496
Bons funcionários	Os Editores	02.06.1986	Nº 497
Voto democrático	Os Editores	09.06.1986	Nº 498
500 emoções semanais	Os Editores	23.07.1986	Nº 500
O pacote vale	Os Editores	30.07.1986	Nº 501
Na esteira do debate	Os Editores	03.09.1986	Nº 506
Filme novo	Os Editores	10.09.1986	Nº 507
Além da intenção	Os Editores	29.10.1986	Nº 514
Safra para guardar	Os Editores	05.11.1986	Nº 515
Responsabilidade única	Os Editores	19.11.1986	Nº 517
Carga pesada	Os Editores	26.11.1986	Nº 518
Missão estratégica	Os Editores	17.12.1986	Nº 521
Pistas do futuro	Os Editores	24.12.1986	Nº 522
Informática é riqueza	Os Editores	31.12.1986	Nº 523

ANO 1987

EDITORIAL	AUTOR	DATA	EDIÇÃO
Caminho aberto	Os Editores	28.01.1987	Nº 527
Ordem das urnas	Os Editores	04.02.1987	Nº 528
Segundo tempo	Os Editores	11.02.1987	Nº 529
Desafio político	Os Editores	18.02.1987	Nº 530
Parada dura	Os Editores	25.02.1987	Nº 531
Jogo a sério	Os Editores	04.03.1987	Nº 532
Na boa direção	Os Editores	11.03.1987	Nº 533
Questão básica	Os Editores	18.03.1987	Nº 534
Sem atalhos	Os Editores	25.03.1987	Nº 535
O mandato e os partidos	Os Editores	01.04.1987	Nº 536
Desafio às elites	Os Editores	08.04.1987	Nº 537
Irresponsabilidade	Os Editores	15.04.1987	Nº 538
Lições de História	Os Editores	22.04.1987	Nº 539
Brisa a favor	Os Editores	29.04.1987	Nº 540
Sociedade e Estado	Os Editores	06.05.1987	Nº 541
Velhos cacoetes	Os Editores	20.05.1987	Nº 543
Canto de liberdade	Os Editores	27.05.1987	Nº 544
Duas faces	Os Editores	03.06.1987	Nº 545
Céu mais claro	Os Editores	24.06.1987	Nº 548
Tentação perigosa	Os Editores	08.07.1987	Nº 550
Bomba-relógio	Os Editores	15.07.1987	Nº 551
O destino da dívida	Os Editores	22.07.1987	Nº 552
Verdadeira missão	Os Editores	29.07.1987	Nº 553
Rumo à história	Os Editores	05.07.1987	Nº 554
Visão do futuro	Os Editores	12.08.1987	Nº 555

Soluções graduais	Os Editores	19.08.1987	Nº 556
Quem tem a força	Os Editores	02.09.1987	Nº 558
Tradição nacional	Os Editores	30.09.1987	Nº 562
Saga no exterior	Os Editores	07.09.1987	Nº 563
A megaculpa	Os Editores	14.09.1987	Nº 564
Brilho e ilusão	Os Editores	21.09.1987	Nº 565
A crise de 1987	Os Editores	28.09.1987	Nº 566
Democracia em teste	Os Editores	04.11.1987	Nº 567
Bom-senso	Os Editores	11.11.1987	Nº 568
Hora de somar	Os Editores	18.11.1987	Nº 569
Novo capítulo	Os Editores	25.11.1987	Nº 570
Desafio na Amazônia	Os Editores	02.11.1987	Nº 571
A safra em marcha	Os Editores	09.12.1987	Nº 572
Diálogo a termo	Os Editores	16.12.1987	Nº 573
Sonhos e desilusões	Os Editores	23.12.1987	Nº 574
Tempo de lazer	Os Editores	30.12.1987	Nº 575

ANO 1988 (JANEIRO - JULHO)

EDITORIAL	AUTOR	DATA	EDIÇÃO
Teste de lucidez	Os Editores	06.01.1988	Nº 567
Mudança de rota	Os Editores	13.01.1988	Nº 577
Balanço de forças	Os Editores	20.01.1988	Nº 577
Fábula eterna	Os Editores	27.01.1988	Nº 579
Hora do acordo	Os Editores	03.02.1988	Nº 580
Moral e democracia	Os Editores	10.02.1988	Nº 581
Acena de vitória	Os Editores	17.02.1988	Nº 582
Semelhanças	Os Editores	24.02.1988	Nº 583
Eterno retorno	Os Editores	02.03.1988	Nº 584
Rota do conflito	Os Editores	09.03.1988	Nº 585
Males do populismo	Os Editores	16.03.1988	Nº 586
Rumo ao futuro	Os Editores	22.03.1988	Nº 587
Força de elite	Os Editores	30.03.1988	Nº 588
Ensaio do pacto	Os Editores	06.04.1988	Nº 589
Visão democrática	Os Editores	13.04.1988	Nº 590
Inépcia administrativa	Os Editores	27.04.1988	Nº 592
Pano de fundo financeiro	Os Editores	04.05.1988	Nº 593
Teste de fogo	Os Editores	01.06.1988	Nº 597
Crime e paz social	Os Editores	08.06.1988	Nº 598
Mudança de patamar	Os Editores	15.06.1988	Nº 599
Solução global	Os Editores	22.06.1988	Nº 600
Aos Leitores	Domingo Alzugaray e Luis Fernando Lévy	29.06.1988	Nº 601

ANEXO 2

REVISTA ISTO É - LEVANTAMENTOS DAS MATÉRIAS
(1985-1988)

ANO 1985

MATÉRIA	SEÇÃO	DATA/EDIÇÃO	PÁGINA
Estréia a Nova República. A doença de Tancredo não impediu uma tranqüila transição no poder.	Brasil	20.03.1985/430	20-22
Ocupação das mesas. A Nova República suspira e vai em frente.	Brasil	27.03.1985/431	25-29
Presidente Sarney. A terceira cirurgia dá ao vice o apoio integral dos partidos e a coragem de governar.	Brasil	03.04.1985/432	16-20
Cuidados no poder. Sarney assume de verdade, atento à família de Tancredo e às sensibilidades do PMDB.	Brasil	10.04.1985/433	24-27
Gordo plano de ação. Políticos esperam Tancredo articulando reformas.	Brasil	17.04.1985/434	32-36
O Presidente. Com a própria voz. Sarney já age como sucessor de Tancredo.	Brasil	24.04.1985/435	46-48
Partidos. As medidas do apoio. Pacto político pode dar diretas em 1987.	Brasil	24.04.1985/435	50
Na busca do aval. Em meio às greves, Sarney constrói seu estilo, faz política e semeia uma estratégia.	Brasil	08.05.1985/437	22-23
Congresso. Reformas na agenda. Para começar, diretas nas capitais.	Brasil	08.05.1985/437	24
Diretas daqui a pouco. Congresso unânime aprova mudança no sistema de eleição do presidente da República.	Brasil	15.05.1985/438	18-21
O próximo capítulo. Vem aí o segundo lote de reformas.	Brasil	15.05.1985/438	26
O Presidente. Pôr ordem na bagunça.	Brasil	22.05.1985/439	27
Sociedade. Constituinte na escola. No Paraná, estudantes do 1º e 2º	Brasil	22.05.1985/439	31

grau discutem a nova Carta do país.			
Regras para 1987. Já no ato da convocação da Constituinte Sarney quer demarcar os limites de seu trabalho.	Brasil	29.05.1985/440	24-25
Constituinte S.A. Empresários se mobilizam para defender os seus interesses na própria Constituição.	Brasil	05.06.1985/441	18-19
A preparação do terreno. Emenda e comissão constitucional vem aí.	Brasil	05.06.1985/441	19
PMDB. Queixas e ameaças. Plano de novo partido e de mudança para o PDT.	Brasil	05.06.1985/441	20
É bom para o Brasil. Sarney escolhe assessores, reúne grupos para debate e monta seu próprio esquema de governo.	Brasil	12.06.1985/442	18-20
Congresso. O que passou, passou. Voto duplo é punido, mas a votação valeu.	Brasil	26.06.1985/444	23-26
Pacote de embaraços. o governo pisa em falso ao ir pelo seu caminho.	Brasil	10.07.1985/446	23-25
Geisel apóia reformas e discute a Constituinte.	Brasil	10.07.1985/446	24
Para que serve a comissão?	Brasil	11.09.1985/455	24
A bancada de Sarney. Como o presidente toca o congresso.	Brasil	09.10.1985/459	18-20
Constituinte - Complicações no congresso.	Brasil	09.10.1985/459	20
Constituinte. Passagem garantida. Ulysses administra a emenda Sarney	Brasil	16.10.1985/460	24
A toque de caixa. A Aliança Democrática salva a emenda Sarney e garante que o novo congresso será a Constituinte.	Brasil	23.10.1985/461	20-21
Poder civil modera a voz na anistia. Discussão da Constituinte para quando chefes militares se negam a rediscutir acordo.	Brasil	30.10.1985/462	18-19
Governo. Gosto azedo do poder. Programas sociais estão quase paralisados.	Brasil	30.10.1985/462	20-21
Congresso. Derrotas para todos.	Brasil	30.10.1985/462	22
Parceiros em conflitos. Ofensiva de Ulysses fratura Aliança Democrática, fortalece o PMDB e incomoda Sarney.	Brasil	13.11.1985/463	22-25

Os homens do presidente. Sarney começa a decidir quem fica e quem sai do ministério na reforma prevista para janeiro.	Brasil	27.11.1985/466	22-25
Desacertos no congresso. A Constituinte vão, volta...	Brasil	27.11.1985/466	24
Já há apostas para 86.	Brasil	27.11.1985/466	26
Reforma em nome da eficiência. Sarney aproveita troca de ministros para alterar a máquina administrativa do governo.	Brasil	18.12.1985/469	22-23

ANO 1986

MATÉRIA	SEÇÃO	DATA/EDIÇÃO	PÁGINA
A hora da verdade. Os eleitos de novembro tomam posse em meio a dificuldades que ameaçam promessas de Campanha.	Brasil	01.01.1986/471	14-15
Congresso. Vão cego para novembro.	Brasil	15.01.1986/473	24
Ministério. Cada um cuida de si. Sarney irritado com falta de empenho.	Brasil	22.01.1986/474	24-26
PMDB. Dureza para o aleijado.	Brasil	22.01.1986/474	27
Um dilema gaúcho. O Rio Grande do Sul busca conciliação para sair da crise, numa sociedade marcada por radicalismos.	Brasil	05.02.1986/476	18-23
Ministério. O primeiro ministro. O poder de Marco Maciel no gabinete civil.	Brasil	05.02.1986/476	24-25
Governo. Recompensa federal. Civil rompe 21 anos de hegemonia militar.	Brasil	05.02.1986/476	26-27
Ao sabor do dono. O presidente recompõe seu governo de acordo com o que pensa e à revelia da esquerda.	Brasil	12.02.1986/477	14-16
Aposta no futuro. Sarney confia na sua UDN e compõe um governo pensado em ter maioria na Constituinte e seis anos de poder.	Brasil	19.02.1986/478	18-24
Independência ou morte. Depois da reforma, o PMDB quer ostentar distância do governo para não perder nada do seu eleitorado.	Brasil	26.02.1986/479	18-19
Pacote de risco. Sarney aposta	Brasil	05.03.1986/480	18-19

tudo em medidas econômicas destinadas a alterar profundamente a vida do país.			
Rebeldia congelada. O PMDB já não finge que está mal com Sarney.	Brasil	05.03.1986/480	24-25
Tempo de conversão. Os políticos se adaptam à nova realidade.	Brasil	12.03.1986/481	21-23
Suave decolagem. O sistema de produção aceita sem turbulência a primeira semana mudanças.	Brasil	12.03.1986/481	24-26
Reajustes políticos. Sarney quer ação dos partidos, mas age sem eles.	Brasil	19.03.1986/482	26-28
Ensaio. Muita coisa mudou. Mas poucos sabem para onde vai o país.	Brasil	19.03.1986/482	62-65
Tempo de dúvidas. Sob o impacto da candidatura Antonio Ermírio, o PMDB se pergunta se Quércia é seu melhor nome.	Brasil	02.04.1986/484	18-21
Constituinte. Grupo bem afinado. Artistas querem se eleger em bloco.	Brasil	09.04.1986/485	20-21
Constituinte. Em ordem de marcha. CNBB faz assembléia e quer combater abuso do poder econômico nas eleições.	Brasil	16.04.1986/486	26-27
Constituinte. Sonhos de um governador	Brasil	04.06.1986/493	27
Governo. A falta que ele fará. Sem Ulysses, perspectivas de crise.	Brasil	11.06.1986/494	26-27
Lotes de fortuna. Quércia ficou rico comprando terrenos baratos e afastados para vender caro na valorização.	Brasil	25.06.1986/496	22-25
PMDB. Desventuras de sempre.	Brasil	02.07.1986/497	24
Constituinte. Comissão do descompasso.	Brasil	09.07.1986/498	22
Vitória da teimosia. Nem a ascensão de Maluf tira Quércia do páreo.	Brasil	09.07.1986/498	23-24
Estabilidade até as últimas conseqüências. Governo reage à ofensiva contra Plano Cruzado com as armas que um Estado forte lhe dá.	Brasil	23.07.1986/500	22-23
Tempo de vacas magras. Governo se atrapalha na disputa com a UDR.	Brasil	23.07.1986/500	24-25

Prova de força. Sarney voa acima dos partidos, convoca o povo e arrisca prestígio no compulsório.	Brasil	30.07.1986/501	18-22
Governo. Apostas na mesa. Quem o governo apóia nos Estados.	Brasil	03.09.1986/506	24-26
Constituinte. A omissão da comissão.	Brasil	10.09.1986/507	28
Presidência. O tamanho do mandato.	Brasil	29.10.1986/514	30
Choque na Aliança. PMDB cobra discretamente o premio pela vitória prevista e o PFL reage ao cerco.	Brasil	05.11.1986/515	24-26
Momento de grandeza. O povo confia a 559 parlamentares a redação de um novo código de convivência para 135 milhões de brasileiros	Brasil	19.11.1986/517	22-28
Trégua na vitória. PMDB foi buscar cargos e voltou com o pacote.	Brasil	26.11.1986/518	31-34
Retorno triunfal. Ressurgem no poder os vencidos de 64.	Brasil	26.11.1986/518	40-48
Rescaldo da campanha.	Brasil	26.11.1986/518	51-55
Mudança de barricada.	Brasil	26.11.1986/518	48
Hora de negociar. Sarney chama Pazzianotto para negociar um pacto social e superar a crise no governo.	Brasil	17.12.1986/521	18-22
Oposição por dentro. Opção conservadora é ficar com Sarney.	Brasil	17.12.1986/521	23-25
Na primeira pessoa. Os êxitos e atribuições de Sarney podem servir de treino para o ano da Constituinte.	Brasil	24.12.1986/522	28-30
Pouco consenso. O que pensam os constituintes.	Brasil	24.12.1986/522	44-49
Vozes na rua. O povo e a Constituinte.	Brasil	24.12.1986/522	52-57
Idéias da elite. Muitos partidos, pouca greve.	Brasil	24.12.1986/522	58
PMDB. Obra a longo prazo. Presidenciáveis buscam seus espaços.	Brasil	31.12.1986/523	20-21

ANO 1987

MATÉRIA	SEÇÃO	DATA/EDIÇÃO	PÁGINA
Constituinte. Confronto de regimentos.	Brasil	28.01.1986/527	28
Tempo de presidente. Sarney quer superar junto com os políticos a crise econômica e influir na Constituinte.	Brasil	04.02.1987/528	18-22
A batalha dos regimentos.	Brasil	04.02.1987/528	20
Desventuras de estreatantes.	Brasil	04.02.1987/528	21
Artigo primeiro. A questão da soberania instala-se na Constituinte e mexe com os partidos e o governo.	Brasil	11.02.1987/529	18-21
Exclusividade fulminada.	Brasil	11.02.1987/529	20
Estrelas da estréia.	Brasil	11.02.1987/529	21
O bloco do presidente. Diante das críticas, Sarney oferece paciência e sai em busca de apoio acima dos partidos.	Brasil	18.02.1987/530	18-21
Postura moderada. O tom do apoio do PMDB ao governo	Brasil	25.02.1987/531	23-25
Constituinte. Passagem interdita "Bloco do Sarney" segura votação do regimento.	Brasil	04.03.1987/532	26-27
Missão de presidente. Sarney incumbiu Ulysses de buscar um acordo para acabar com o impasse na Constituinte.	Brasil	11.03.1987/533	18-19
Constituinte. A batalha das comissões.	Brasil	18.03.1987/534	29
Constituinte. O segredo do senador.	Brasil	25.03.1987/535	24
Governo. Pacto com a nação. Sarney articula definição do mandato.	Brasil	01.04.1987/536	23
Constituinte. A aliança restaurada.	Brasil	08.04.1987/537	21
Trama no Morumbi. Três governadores pedem a cabeça de Funaro, pressionam Sarney e provocam uma crise no PMDB.	Brasil	15.04.1987/538	20-22
No centro da crise. Tenso, preocupado e com gastrite, Sarney busca na solidão uma saída para o seu governo.	Brasil	29.04.1987/540	18-21

Erro de cálculo. Manobra na saída de Funaro liquida mandato de seis anos e abala sustentação do governo.	Brasil	06.05.1987/541	16-21
Mandato em reforma. Longe de Sarney, o PMDB antecipa a sucessão.	Brasil	06.05.1987/541	28-30
A supercantada do Planalto. Para preservar o mandato e conter as diretas, Sarney quer dividir seus poderes com o congresso.	Brasil	13.05.1987/542	18-21
Constituinte. Os primeiros contornos.	Brasil	13.05.1987/542	21-22
Armadilha do poder dividido. Sarney acena com um parlamentarismo onde só haveria lugar para ele, mas o PMDB ameaça com a redução do poder e do mandato presidenciais.	Brasil	20.05.1987/543	18-21
Partido do Planalto. Sarney esquece consenso e lança operação de comando que racha o PMDB e muda eixo da crise.	Brasil	27.05.1987/544	18-19
Caminhos da discórdia. Crise de hegemonia ameaça as instituições.	Brasil	27.05.1987/544	20-21
O poder da caneta. Sarney troca cargos por apoio político.	Brasil	27.05.1987/544	22-25
No rastro de Covas. A candidatura do líder do PMDB à presidência vira um espinho para Sarney e um dilema para o partido.	Brasil	03.06.1987/545	22-25
Mandato. De volta à chuva. Estratégia de Sarney começa a fazer água.	Brasil	03.06.1987/545	27-28
Governo.Mudança à vista. O parlamentarismo vai se tornando inevitável.	Brasil	24.06.1987/548	26-27
Constituinte. Pressão de fora. Emendas populares tentam reverter tendências.	Brasil	01.07.1987/549	23-24
A procura do equilíbrio.	Brasil	01.07.1987/549	24
Constituinte. Um vôo cego. A crise ameaça a nova Constituição.	Brasil	08.07.1987/550	25-29
Bate-boca no poder. Sarney e Ulysses voltam a trombar, e suas diferenças agitam os bastidores da convenção do PMDB.	Brasil	15.07.1987/551	18-21
Constituinte. Limites para a anistia.	Brasil	22.07.1987/552	25
Pacote de salvação. Uma aliança	Brasil	29.07.1987/553	18-21

tática entre Ulysses e os governadores impediu que o Planalto e a esquerda implodissem o PMDB.			
Constituinte. Ofensiva do exterior.	Brasil	29.07.1987/553	23
Poder ao presidente. Com a ajuda de Ulysses, Maciel e Leônidas, o governo começa a reverter a tendência parlamentarista.	Brasil	05.08.1987/554	18-20
Abalos de agosto. Um ministro da PFL vai atirando, Sarney endurece com o PMDB, dá anistia e acena com nova Lei de Segurança.	Brasil	12.08.1987/555	18-20
Constituinte. Força de Hércules. Mitologia inspira consenso e novos partidos..	Brasil	19.08.1987/556	26-28
Crise. O ronco da caserna. Leônidas quer mudar ou dissolver a Constituinte.	Brasil	02.09.1987/558	27-30
Toque de recolher. Com o funeral da Aliança, Sarney começa a montar o governo que lhe reserva a nova contradição	Brasil	30.09.1987/562	20-23
Drible a crise. O PMDB fica com Ulysses, reage à manobra para dividi-lo e deixa Sarney numa encruzilhada.	Brasil	07.10.1987/563	20-21
Constituinte. Projeto de privilégios.	Brasil	07.10.1987/563	26
Governo. Lance de alto risco. Sarney usa arma do ministério para domar o PMDB.	Brasil	14.10.1987/564	24-26
Crise. Estocada da direita. Figueiredo assume articulação contra Sarney.	Brasil	21.10.1987/565	28-29
O país real quer a sua Constituição. Com avanços e retrocessos, a Constituição que se escreve ainda está longe do Brasil moderno.	Brasil	28.10.1987/566	18-22
Pressão alta. Empresários e governo armam ofensiva contra estabilidade no emprego e a favor do mandato de Sarney.	Brasil	04.11.1987/567	18-20
Diretas à vista. As eleições em 88 ganham respaldo político e militar, e o general Leônidas ingressa no time dos presidenciáveis.	Brasil	11.11.1987/568	22-26
Aliados em retirada.	Brasil	18.11.1987/569	18-19

Governadores desistem do apoio aos cinco anos e disparam sucessão de Sarney.			
Começa a corrida. Orestes Quércia e Dílson Funaro saem em frente no primeiro teste da sucessão de Sarney.	Brasil	25.11.1987/570	20-23
Vitória em risco. Parlamentarismo pode não sobreviver ao plenário.	Brasil	25.11.1987/570	24-26
Acerto de contas. Sarney joga pesado contra seus adversários.	Brasil	25.11.1987/570	26-28
Batalha adiada. Constituintes fogem do confronto e voltam a negociar a mudança do regimento.	Brasil	02.12.1987/571	18-20
Renascer das cinzas de Sarney convoca Antônio Carlos Magalhães, muda de tática e joga tudo para recuperar o seu mandato.	Brasil	09.12.1987/572	20-23
Constituinte. Volta ao comando. Entre Covas e Centrão, Ulysses se fortalece.	Brasil	16.12.1987/573	21-22
Saída de emergência. PMDB quer uma convenção nacional para livrar-se do Centrão e garantir os votos de 88.	Brasil	23.12.1987/574	12-13
Como o diabo gosta. Livre do PMDB, Sarney quer gastar e fazer tudo o que prometeu. Até a ferrovia Norte-Sul.	Brasil	30.12.1987/575	28-30

ANO 1988

MATÉRIA	SEÇÃO	DATA/EDIÇÃO	PÁGINA
Signo de pressa. Cardeais do PMDB batem o martelo na sucessão presidencial em 1988 e querem candidato já.	Brasil	06.01.1988/576	22-24
Tempo de acerto: PMDB costura aliança para a hora do voto.	Política	13.01.1988/577	26-28
Sarney volta a respirar os cinco anos: Planalto passa a dar as cartas com a emenda que restabelece o mandato presidencial.	Brasil	20.01.1988/578	22-25
Constituinte – Em marcha lenta.	Brasil	03.02.1988/580	29-31
Limite da dissidência. Esquerda articula um novo partido, mas tem medo de sair do PMDB e sumir	Brasil	10.02.1988/581	22-24

das urnas.			
Constituinte - Cai o primeiro buraco negro.	Brasil	10.02.1988/582	34
Abuso de Candidato.	Brasil	24.02.1988/583	22-24
Política - Com apoio fardado.	Brasil	02.03.1988/584	24-26
Conquista a esquerda. Retirada da estabilidade deixa empresários mais confiantes, mas o preço do acordo é alto.	Brasil	02.03.1988/584	38-40
Confronto na praça dos Três Poderes.	Brasil	09.03.1988/585	36-38
Constituinte - Correção de rota.	Brasil	16.03.1988/586	35-36
Vitória do poder central. Esquerda e direita marcham juntas numa grande frente a favor de um Estado forte.	Brasil	30.03.1988/588	20-30
Operação salvamento: Quércia articula o PMDB para conter dissidências e garantir apoio ao governo Sarney.	Brasil	06.04.1988/589	18-20
Constituinte - Revolução tributária.	Brasil	13.04.1988/590	30-32
O lance seguinte. Pronta a Constituição, Ulysses já pode se preparar para eleições presidenciais.	Brasil	01.06.1988/593	18-22
Carta de alforria. Definição de mandato elimina o mais grave foco de tensão sobre o governo Sarney.	Brasil	08.06.1988/598	18-22
Hora do casuísmo. Parlamentares despejam questões menores no último capítulo da nova Constituição.	Brasil	15.06.1988/599	22-25
Tiro em pleno vôo. Sarney exonera militar que criticou ministros e duvidou da política econômica do governo.	Brasil	22.06.1988/600	18-19
Constituinte - Ponto a favor das eleições.	Brasil	22.06.1988/600	19-20
Um acerto político. Sarney alivia pressão econômica sobre São Paulo, dando mais fôlego a Quércia.	Brasil	29.06.1988/601	20-22

ANEXOS 3

EDITORIAIS ANALISADOS

EDITORIAL	AUTOR	DATA	EDIÇÃO
Tudo bem	Os Editores	20.03.1985	Nº 430
Vale o programa	Os Editores	27.03.1985	Nº 431
Governar bem	Os Editores	03.04.1985	Nº 432
A lei e o povo	Os Editores	10.04.1985	Nº 433
Políticos e perdedores	Os Editores	05.06.1985	Nº 441
Os pólos de novembro	Os Editores	09.10.1985	Nº 459
Sarney escolhe o campo	Os Editores	12.02.1986	Nº 477
Responsabilidade única	Os Editores	19.11.1986	Nº 517
O mandato e os partidos	Os Editores	01.04.1987	Nº 536
Canto de liberdade	Os Editores	27.05.1987	Nº 544
Tentação perigosa	Os Editores	08.07.1987	Nº 550
Verdadeira missão	Os Editores	29.07.1987	Nº 553
Novo capítulo	Os Editores	25.11.1987	Nº 570
Balanço de forças	Os Editores	20.01.1988	Nº 577
Hora do acordo	Os Editores	03.02.1988	Nº 580
Moral e democracia	Os Editores	10.02.1988	Nº 581
Eterno retorno	Os Editores	02.03.1988	Nº 584
Ensaio do pacto	Os Editores	06.04.1988	Nº 589
Teste de fogo	Os Editores	01.06.1988	Nº 597
Aos Leitores	Domingo Alzugaray e Luis Fernando Lévy	29.06.1988	Nº 601

ANEXO 4

MATÉRIAS ANALISADAS

MATÉRIA	SEÇÃO	DATA/EDIÇÃO	PÁGINA
Ocupação das mesas. A Nova República suspira e vai em frente.	Brasil	27.03.1985/431	25-29
Presidente Sarney. A terceira cirurgia dá ao vice o apoio integral dos partidos e a coragem de governar.	Brasil	03.04.1985/432	16-20
Regras para 1987. Já no ato da convocação da Constituinte Sarney quer demarcar os limites de seu trabalho.	Brasil	29.05.1985/440	24-25
Constituinte S.A. Empresários se mobilizam para defender os seus interesses na própria Constituição.	Brasil	05.06.1985/441	18-19
Constituinte – Complicações no Congresso	Brasil	09.10.1985/459	20
Constituinte – passagem garantida. Ulysses administra a emenda Sarney	Brasil	16.10.1985/460	24
Poder civil modera a voz na anistia. Discussão da Constituinte para quando chefes militares se negam a rediscutir acordo.	Brasil	30.10.1985/462	18-19
Constituinte. Em ordem de marcha. CNBB faz assembléia e quer combater abuso do poder econômico nas eleições.	Brasil	16.04.1986/486	26-27
Constituinte. Comissão do descompasso.	Brasil	09.07.1986/498	22
Constituinte. A omissão da comissão.	Brasil	10.09.1986/507	28
Presidência. O tamanho do mandato.	Brasil	29.10.1986/514	30
Artigo primeiro. A questão da soberania instala-se na Constituinte e mexe com os partidos e o governo.	Brasil	11.02.1987/529	18-21

Constituinte. Passagem interdita “Bloco do Sarney” segura votação do regimento.	Brasil	04.03.1987/532	26-27
A supercantada do Planalto. Para preservar o mandato e conter as diretas, Sarney quer dividir seus poderes com o congresso.	Brasil	13.05.1987/542	18-21
Caminhos da discórdia. Crise de hegemonia ameaça as instituições.	Brasil	27.05.1987/544	20-21
Constituinte. Pressão de fora - emendas populares tentam reverter tendências.	Brasil	01.07.1987/549	23-24
Constituinte – um vôo cego. A crise ameaça a nova Constituição.	Brasil	08.07.1987/550	25-29
O país real quer a sua Constituição. Com avanços e retrocessos, a Constituição que se escreve está longe do Brasil moderno.	Brasil	28.10.1987/566	18-22
Sarney volta a respirar os cinco anos: Planalto passa a dar as cartas com a emenda que restabelece o mandato presidencial.	Brasil	20.01.1988/578	22-25
Constituinte – Em marcha lenta: política e negócios atrapalham o plenário.	Brasil	03.02.1988/580	29-31
Constituinte - cai o primeiro buraco negro.	Brasil	10.02.1988/582	34
Abuso de Candidato.	Brasil	24.02.1988/583	22-24
Conquista a esquerda. Retirada da estabilidade deixa empresários mais confiantes, mas o preço do acordo é alto.	Brasil	02.03.1988/584	38-40
Carta de alforria. Definição de mandato elimina o mais grave foco de tensão sobre o governo Sarney.	Brasil	08.06.1988/598	18-22